

ActivoBank
simplifica

Relatório de **GESTÃO** 2021



Índice

Mensagem do Conselho de Administração	4
Governo societário	6
Composição dos Órgãos Sociais	7
Prémios	8
Relatório do Conselho de Administração	11
1. Enquadramento económico e financeiro	12
2. Resumo dos principais indicadores	14
3. Análise da atividade	18
4. Análise financeira	26
5. Prestação de serviços intragrupo	29
6. Evolução previsível do Banco em 2022	30
7. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos membros dos órgãos de administração, elementos-chave de gestão e de fiscalização	31
8. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos Colaboradores	34
9. Estrutura e práticas de governo societário (síntese)	35
10. Proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral	36
11. Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros	36
12. Referências finais	37
13. Anexo	38

Mensagem do Conselho de Administração

O DESAFIO DE 2021

O ano 2021 foi marcado por particulares desafios para o ActivoBank. Ainda a viver no contexto de uma pandemia que a todos afeta, soubemos dar resposta aos aspetos mais importantes na relação de negócio que nos liga aos nossos Clientes.

Fizemo-lo, organizando-nos de forma a poder prestar o melhor serviço possível através de cada um dos canais utilizados pelos nossos Clientes no seu contacto diário com o Banco, quer seja de modo presencial nos nossos pontos Activo ou de forma remota. Assim, tanto o canal de atendimento humano como os canais digitais assumiram-se com uma importância crescente nesta relação.

É nesta relação próxima e simbiótica entre a utilização dos canais digitais e o suporte humano que continuaremos a apostar, servindo os nossos Clientes de forma transversal e completa, e continuando a ser uma fonte de criação de valor para o Grupo Banco Comercial Português (BCP).

O CRESCIMENTO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

Ajustámos a nossa marca aos desafios do tempo atual, introduzindo alterações em diferentes dimensões (cor, comunicação, imagem, canais), e implementámos ao longo do ano um grande número de iniciativas, quer ao nível dos serviços prestados, quer ao nível dos produtos disponibilizados. Melhorámos e acrescentámos à nossa app e site novas funcionalidades, lançámos novos produtos e promovemos a renovação de alguns dos meios de pagamento que usamos, das quais as mais visíveis poderão ter sido as alterações na imagem utilizada nos cartões de débito e de crédito. Mais do que uma ambição, esta mudança era, para nós, uma necessidade ao nível da imagem, inovação e diferenciação que queríamos implementar.

Relativamente à evolução do negócio, em 2021, e em particular no negócio core da nossa atividade para a área de particulares, respondemos de forma adequada à procura dos nossos Clientes em diferentes áreas. Conseguimos, assim, aumentar a penetração na nossa base de Clientes de produtos de poupança, de crédito, e de investimento e seguros.

Fizemo-lo procurando corresponder aos desafios que o mercado, a concorrência e os Clientes nos colocam, atendendo sempre às expectativas do Banco inovador e diferenciador que queremos ser.

Em paralelo, e é algo de que nos orgulhamos, estivemos ao longo do ano no topo da preferência dos Clientes nas dimensões de “satisfação global, recomendação, canais digitais e produtos”¹.

—
¹ Dados Basef-Marktest

Esta forma de estar valeu-nos inúmeras distinções, das quais destacamos os prémios Cinco Estrelas e Escolha do Consumidor na categoria de banco digital.

Esta dinâmica permitiu a consolidação do crescimento do ActivoBank em diferentes dimensões, das quais há que destacar os recursos, o crédito, os investimentos e o número de Clientes.

UM BANCO QUE VÊ O FUTURO COM O SEU ADN DIGITAL

Na projeção do futuro do ActivoBank, é importante perceber a importância capital que o digital – e em particular o *mobile* – tem para o Banco. O período de pandemia que atravessamos acelerou a adoção crescente dos canais digitais como preferenciais na relação de contacto que os Clientes têm connosco.

Esta mudança no padrão de consumo de serviços bancários aponta para o peso crescente que estes canais já hoje têm, contribuindo de forma significativa em diferentes dimensões de negócio, seja na captação de Clientes, nos serviços prestados ou na contratação de produtos, destacando-se nestes últimos a constituição de poupanças, a contratação de créditos e os produtos de investimento e seguros.

A utilização do *mobile* como plataforma mais utilizada nesta relação é, assim, uma realidade incontornável, já no presente. A quase totalidade da transacionalidade diária mais comum é feita através deste canal e a venda dos produtos já disponíveis no *mobile* assume um peso crescente no total registado pelo Banco.

Esta aceleração teve implicações ao nível organizativo, sendo o reforço de competências nas áreas de marketing, projetos e tecnologia uma consequência direta e uma necessidade óbvia num Banco como o ActivoBank.

A evolução dos canais digitais permitiu-nos disponibilizar ao longo do ano novos serviços e funcionalidades, quer na nossa app quer no site, em praticamente todas as áreas de negócio.

Este é o ADN do ActivoBank, e é através desta diferenciação que pretendemos alimentar a preferência que os nossos Clientes nos continuam a manifestar.

Governo societário

O ActivoBank adota um modelo de governo societário monista, o qual assenta na existência de uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração (que inclui membros executivos e não executivos), um Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

Para além destes, é nomeada em Assembleia Geral uma Comissão de Remunerações, órgão que aconselha e auxilia o Conselho de Administração em assuntos relativos a recursos humanos.

O Conselho de Administração delegou poderes de gestão corrente do Banco em dois dos seus membros, a seguir indicados.



Composição dos Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Banco Comercial Português, S.A.	Presidente
Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral	1.º Secretário
Maria Manuela Nunes Rodrigues dos Anjos	2.º Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Maya Dias Pinheiro	Presidente
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Vice-Presidente
António Luís Duarte Bandeira	Vogal, CEO (executivo)
Maria de los Angeles Sanchez Sanchez	Vogal, COO (executivo)
Rosa Maria Ferreira Vaz Santa Bárbara	Vogal (não executivo)
José Guilherme Potier Raposo Pulido Valente	Vogal (não executivo)

CONSELHO FISCAL

Cândido de Jesus Bernardino	Presidente
Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira	Vogal
Isabel Maria Beja Gonçalves Novo	Vogal
João José Carvalho Pereira	Vogal suplente

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	Efetivo
Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC n.º 992	Suplente

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Miguel Maya Dias Pinheiro
Maria Helena Soledade Nunes Henriques

SECRETARIADO DA SOCIEDADE

Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral	Secretário da Sociedade
Maria Manuela Nunes Rodrigues dos Anjos	Secretário da Sociedade suplente

O ActivoBank é uma subsidiária do Banco Comercial Português S.A. e beneficia, por esta via, de um conjunto de serviços prestados por diferentes direções do Grupo.

Assume especial relevância o facto das funções de Conformidade, Risco e Auditoria serem prestadas pelas respetivas áreas do Banco Comercial Português S.A. (Direções de *Compliance*, *Risk Office* e *Auditoria*), tendo o ActivoBank nomeado responsáveis que articulam de forma direta com estas direções.

Prémios

Ao longo de 2021, o ActivoBank viu o mercado reconhecer a qualidade dos seus serviços e produtos, através da atribuição de um conjunto significativo de prémios, que deixam a equipa orgulhosa e reconhecida, mas também desafiam o Banco a melhorar em tudo o que faz.



O ActivoBank foi distinguido, pelo terceiro ano consecutivo, com o **Prémio Escolha do Consumidor 2021 na categoria de Banco Digital**, com uma nota geral de satisfação dos consumidores de 85,10%.

A Escolha do Consumidor tem por objetivo dar a conhecer as marcas que mais satisfazem o consumidor, ajudando-o a fazer uma compra informada. O processo de avaliação é feito mediante estudos independentes e estatisticamente representativos, com consumidores, recorrendo a técnicas de avaliação adequadas a cada categoria. São considerados como critérios a satisfação e recomendação de cada marca na sua categoria.

A categoria Banco Digital considerou sete marcas e o estudo envolveu 2025 consumidores, dos quais Clientes e não Clientes.

Na edição de 2021, o ActivoBank destacou-se nos critérios avaliados com uma nota (de zero a dez) de 8,70 nos “Custos menores das comissões”, de 8,61 na “Facilidade nas Operações” e de 8,55 na “Fiabilidade”.

Destaque também para os critérios de “Qualidade das Plataformas Online” (classificação de 8,46), “Simplicidade na Informação Prestada” (8,35), “Boa Comunicação com o Cliente” (8,19) e “Rapidez no Apoio ao Cliente” (8,05).

Na sétima Edição dos Prémios Cinco Estrelas, **o ActivoBank foi distinguido na categoria de Banca Digital, pelo segundo ano consecutivo**, com uma classificação de satisfação global de 80,4%: uma Marca Cinco Estrelas.



Os Prémios Cinco Estrelas, atribuídos pela U-Scout, são um sistema de avaliação que mede o grau de satisfação que os produtos, serviços e marcas conferem aos seus utilizadores, tendo como critérios de avaliação as principais variáveis que influenciam a decisão de compra dos consumidores. A metodologia utilizada centra-se em testes e estudos de mercado onde são inquiridos consumidores-alvo distintos e complementares através de *Focus Group* e *Comités de Avaliação*, *Inquéritos de Satisfação* e *Estudos de mercado à marca*.

Na Categoria de Banca Digital, foram avaliadas quatro marcas considerando os critérios de: Satisfação-Experimentação, Preço/Qualidade, Intenção de Recomendação, Confiança na Marca e Inovação. No total de todo o processo de avaliação, foram inquiridos 1403 consumidores.



Escolha Acertada da DECO PROTESTE, na categoria Crédito Pessoal, no valor de 25.000€ a 84 meses. Prémio atribuído em novembro de 2021.

A Conta Simples e a Conta Ordenado Activo são a Escolha Acertada da DECO PROTESTE nas categorias de Conta à Ordem sem ordenado domiciliado e com ordenado domiciliado, respetivamente. Prémios atribuídos em julho de 2021.



Prémio Digital Banking Award 2020, atribuído pela World Finance, nas categorias **"Best Consumer Digital Bank"** e **"Best Mobile Banking APP"**





RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

01

Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco ActivoBank, S.A. (“ActivoBank” ou “Banco”) vem apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2021.

Em cumprimento do Código das Sociedades Comerciais, este documento inclui, ao longo do respetivo texto e das notas às demonstrações financeiras, informação a que se refere cada uma das rubricas obrigatórias elencadas no art.º 66.º, n.º 5 (“Relatório de Gestão”).

1.

Enquadramento económico e financeiro

5,9%
Crescimento do PIB
global em 2021

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO MUNDIAL

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que, após a forte recuperação que se observou em 2021, a taxa de crescimento do PIB global abrande em 2022, de 5,9% para 4,4%. Esta projeção tem associado um importante conjunto de riscos descendentes, que englobam a evolução da pandemia, os efeitos das disrupções nas cadeias de fornecimento globais e a possibilidade de uma maior restritividade da política monetária, induzida por subidas acentuadas da inflação.

Nos EUA, a recuperação muito marcada da atividade em 2021, a par com o aumento dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, desencadeou um processo de rápida subida dos níveis de inflação, o que impeliu a Reserva Federal a acelerar o processo de remoção das medidas de estímulo monetário no final do ano. Neste contexto de maior restritividade da política monetária, o FMI prevê que o PIB dos EUA apresente níveis de crescimento mais moderados em 2022 (4,0%). Na China, espera-se um abrandamento significativo da atividade (de 8,1% para 4,8%), penalizado pelas vulnerabilidades financeiras do setor imobiliário. Por sua vez, na área do euro, a retoma da atividade tem vindo a avançar mais moderadamente, o que tem contribuído para manter as pressões inflacionistas controladas, permitindo ao Banco Central Europeu progredir muito gradualmente no processo de redução do grau de acomodação da política monetária. Com efeito, as taxas de juro Euribor mantiveram-se relativamente estáveis no decurso do ano.



MERCADOS FINANCEIROS GLOBAIS

Nos mercados financeiros, o ano de 2021 foi marcado, por um lado, por valorizações expressivas dos principais índices acionistas mundiais, suportadas pela forte recuperação da atividade económica, e, por outro lado, pela subida das taxas de juro de longo prazo, que acompanharam a escalada da inflação e as consequentes expectativas de remoção das medidas de estímulo monetário, nomeadamente nos EUA. Neste sentido, o dólar norte-americano apreciou-se no conjunto do ano, em particular contra o euro. O enquadramento macroeconómico favorável e o ambiente de otimismo que predominou nos mercados beneficiaram os *spreads* de crédito das economias desenvolvidas.

Nos mercados emergentes, porém, o desempenho das várias classes de ativos afigurou-se menos positivo, num quadro de maiores dificuldades de controlo da pandemia e de fragilidades idiossincráticas.

PERSPETIVAS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

Em Portugal, no quarto trimestre de 2021, o PIB cresceu 5,8%, em termos homólogos, o que representa uma aceleração face ao crescimento observado no período precedente. O desempenho da atividade reflete um forte dinamismo da procura doméstica, estimulada pelo aumento do consumo, que tem beneficiado da melhoria do mercado de trabalho e dos elevados níveis de poupança acumulada pelas famílias, a par com a retoma das exportações, designadamente no que respeita aos serviços.

A tendência de recuperação da economia portuguesa deverá prosseguir em 2022, sustentada pelas perspetivas de que o consumo se mantenha dinâmico, bem como o investimento, que continuará a ser impulsionado pela execução do Plano de Recuperação e Resiliência, e pela retoma do turismo para níveis mais próximos dos verificados pré-pandemia, num quadro de maior controlo da Covid-19. Neste sentido, o Banco de Portugal prevê que o PIB português cresça 5,8% em 2022, após o crescimento de 4,9% observado em 2021. No que concerne à taxa de inflação registou-se uma subida anual em 2021, de -0,1% para 0,9%. Em 2022, o Banco de Portugal prevê que a taxa de inflação seja de 1,8%.

O enquadramento macroeconómico favorável e o ambiente de otimismo que predominou nos mercados beneficiaram os *spreads* de crédito das economias desenvolvidas.

2

Resumo dos principais indicadores

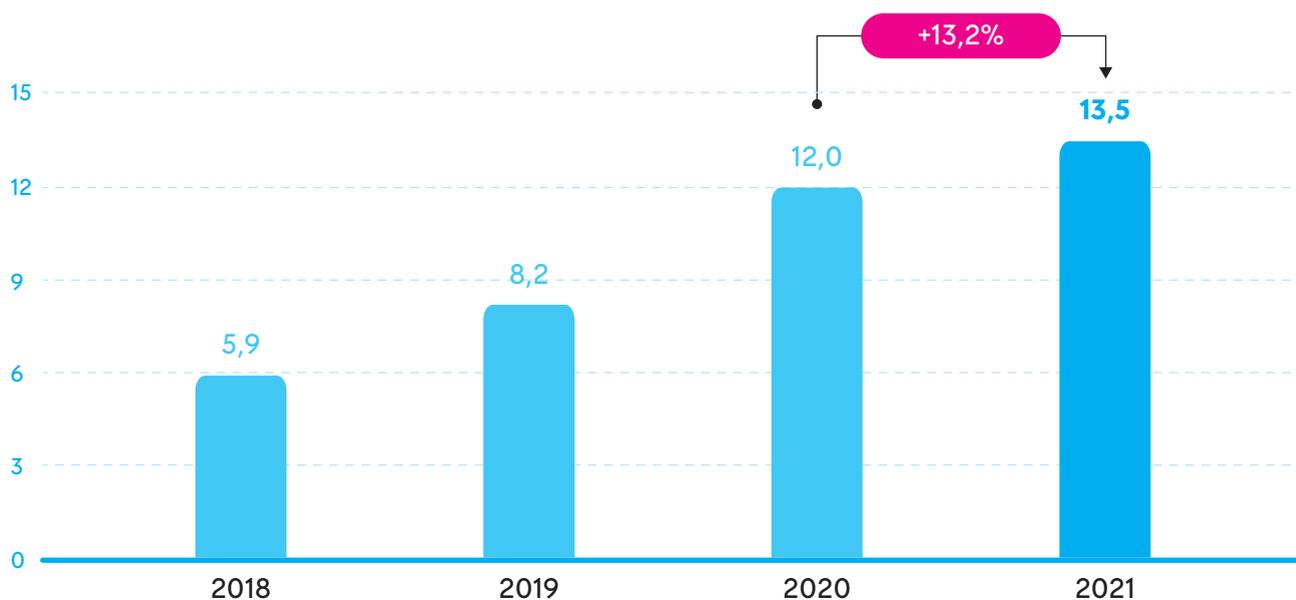
RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do ActivoBank, em 2021, cifrou-se em **13,5 milhões de euros**, o que representa um aumento de 13,2% relativamente ao resultado líquido de 2020.

Este crescimento deve-se a um aumento da margem financeira, resultado do incremento da carteira de crédito, das comissões – em particular no crédito à habitação, em que o ActivoBank atua como intermediário de crédito do Banco Comercial Português S.A. e **duplicou a sua produção de crédito em 2021**, quando comparada com a do ano anterior –, e das áreas de investimento e cartões, igualmente com bons resultados no ano.

Resultado líquido

(milhões de euros)



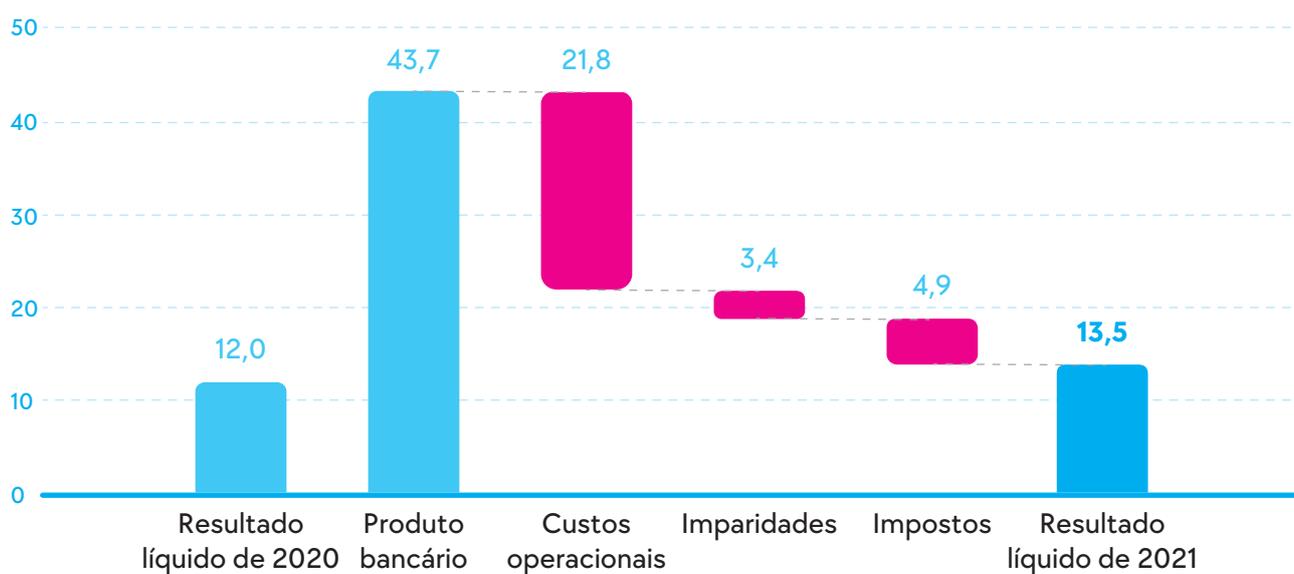
O ActivoBank duplicou a sua produção de crédito à habitação em 2021, quando comparada com a do ano anterior.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

A evolução do resultado líquido permite perceber um incremento muito favorável do produto bancário pelos motivos atrás referidos, uma manutenção dos custos em valores alinhados com o plano de crescimento do Banco e um valor de imparidades controlado e em linha com o previsto.

Evolução do resultado líquido

(milhões de euros)

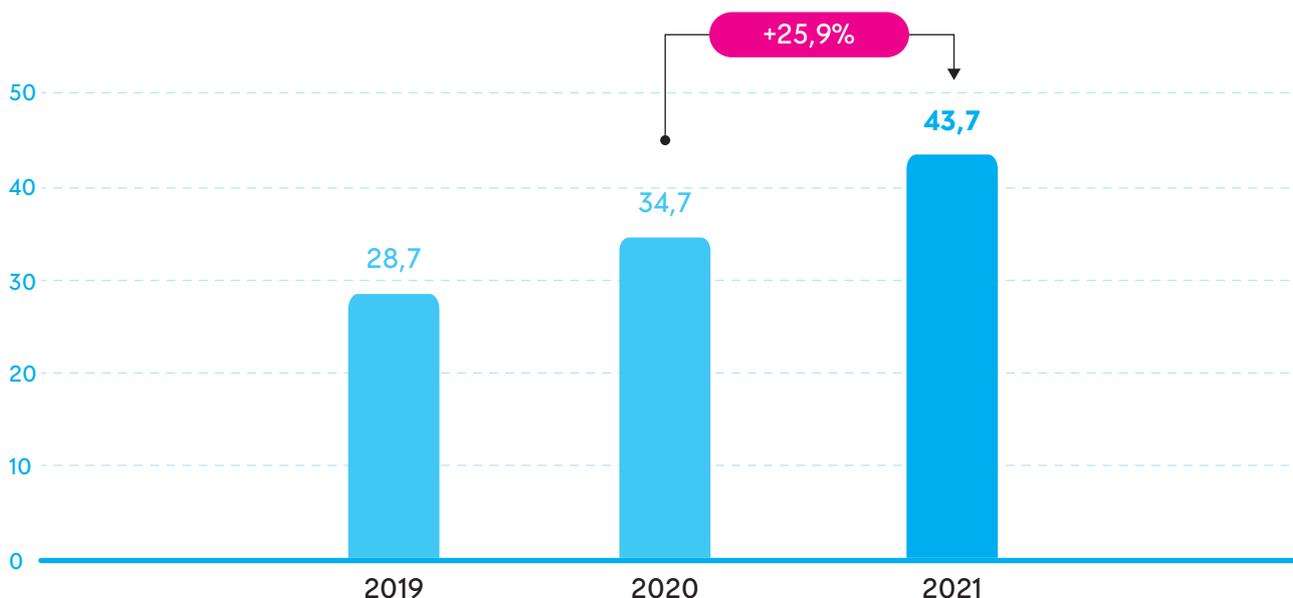


PRODUTO BANCÁRIO

O produto bancário **creceu 25,9% para um valor de 43,7 milhões de euros**, alavancado no aumento da margem e das comissões, com um contributo significativo da produção de crédito à habitação, que se traduziu nas comissões recebidas.

Produto bancário

(milhões de euros)



A margem financeira subiu 2,5%, para 23,5 milhões de euros, impulsionada pelo aumento da carteira de crédito.

As comissões aumentaram de forma significativa em 66,7%, para um valor de 21,5 milhões de euros, suportadas no crescimento de negócio, em particular no crédito à habitação, em que, como foi dito, o ActivoBank atua como intermediário de crédito do Banco Comercial Português S.A.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais subiram 10,2%, um valor bastante inferior ao aumento proporcional dos proveitos, e verificaram-se em áreas fundamentais ao crescimento do negócio.

Os Custos com Pessoal aumentaram 6,3% e os Fornecimentos e Serviços de Terceiros 16,1%, estes últimos relacionados, essencialmente, com contratos de serviços que suportam operativas de Clientes (transações, atendimento no centro de contactos e outros contratos de suporte à operação).

IMPARIDADES

As imparidades atingiram 3,4 milhões de euros, valor que já incorpora algumas operações de carácter extraordinário efetuadas no ano.

(milhões de euros)

	2020	2021	Var. 20/21
Recursos à Ordem	1.163,9	1.533,3	+ 31,7 %
Recursos a Prazo ⁽¹⁾	898,8	1.043,9	+ 16,1 %
Total de Depósitos de Clientes	2.062,7	2.577,2	+ 24,9 %
Fundos de Investimento	119,7	156,5	+ 30,7 %
Títulos Depositados ⁽²⁾	162,4	216,4	+ 33,3 %
Património Financeiro de Clientes⁽³⁾	2.407,4	3.003,8	+ 24,8 %
Crédito Habitação ⁽⁴⁾	310,4	521,3	+ 67,9 %
Restante Crédito ⁽⁵⁾	122,2	142,7	+ 16,8 %
Proveitos Operacionais	34,7	43,7	+ 25,9 %
Custos Operacionais	19,8	21,8	+ 10,2 %
Resultado Líquido	12,0	13,5	+ 13,2 %

⁽¹⁾ Correspondem a Depósitos a Prazo + Depósitos de Poupança + Cheques e Ordens de Pagamento.

⁽²⁾ Valor correspondente a ações nacionais e estrangeiras.

⁽³⁾ Corresponde a Recursos à Ordem + Recursos a Prazo + Fundos de Investimento + Títulos Depositados + *Unit Linked*, Seguros de Poupança, Produtos Estruturados e Obrigações + Plataformas Externas.

⁽⁴⁾ Valor da carteira angariada pelo ActivoBank e colocada junto do Banco Comercial Português.

⁽⁵⁾ Corresponde ao Crédito a Clientes concedido pelo ActivoBank, líquido de imparidade para riscos de Crédito.



3.

Análise da atividade

Em 2021, o ActivoBank manteve a sua aposta no crescimento do negócio assente em duas frentes de atuação:

- Crescimento da base de Clientes, apostando na contínua atratividade da marca e no crescimento no mercado;
- Desenvolvimento da relação junto da atual base de Clientes com o objetivo de aumentar o nível de fidelização numa ótica de relação de primeiro Banco.

No que diz respeito à primeira dimensão, foram desenvolvidos projetos e iniciativas de forma a promover uma maior notoriedade junto do público-alvo, com campanhas de natureza 100% digital, assim como foi reforçada a proposta de valor com a disponibilização de novas funcionalidades e produtos através da app ActivoBank.

O contínuo desenvolvimento de soluções de valor 100% focadas no Cliente e assentes na transparência, simplificação e acessibilidade, valores *core* do Banco, materializou-se no lançamento de novas funcionalidades na app permitindo aos Clientes aceder à totalidade dos serviços.

No âmbito do desenvolvimento da relação com a base de Clientes atuais, foi aplicada uma nova estratégia de *Customer Relationship Management* com a implementação tecnológica de novas ações integradas de contacto nas diversas frentes de negócio e enquadradas com os canais preferenciais do Cliente.

O desenvolvimento destas ações permitiu avançar de forma significativa nas áreas de crédito e investimentos, materializando-se na evolução positiva dos resultados do Banco.

Em relação às principais frentes de atuação em matéria de produtos e serviços destaca-se o seguinte:

- Aposta no crescimento através da captação de Clientes de classe A/B dirigindo o Banco para um segmento jovem em início de carreira e altamente digital e escolarizado;
- Aumento da produção de **Crédito Pessoal e Crédito Habitação** com o consequente impacto na carteira do Banco e na margem financeira gerada, rentabilizando a base de Clientes atual e gerando fidelização;
- **Na área de investimentos, maiores níveis de diversificação de produtos fora de balanço**, procurando evoluir nas respostas aos questionários DMIF, e disponibilização de produtos de investimento 100% digitais;
- Colocação de seguros em venda ativa e venda associada nas diferentes modalidades, de acordo com as necessidades que cada tipo de Cliente apresenta;
- Reforço da aposta na colocação de cartões de crédito, através da implementação de campanhas dirigidas para estimular a utilização, e lançamento de novas propostas de valor.

Do ponto de vista da comunicação, **foi implementado o projeto de rebranding** que se consubstancia num novo posicionamento no mercado junto do segmento alvo e no ajustamento dos elementos originais da marca, permitindo manter a identidade da mesma e dar resposta à utilização em ambiente cada vez mais digital.

Desta forma, foi implementado um novo código de imagem e o **rebranding dos cartões**, permitindo materializar a simplicidade do Banco com uma imagem *clean* e orientação vertical. Foi ainda lançado, no fim de 2021, o novo cartão **ABGold**, uma proposta de valor com um pacote de benefícios associados para um segmento de Clientes específicos.

**Novos Cartões ActivoBank.
A nova cara da simplicidade.**

Novos Cartões ActivoBank: Cartão de Débito, Crédito e Cartão de Crédito AB Gold. Peça já o seu em ActivoBank.pt

No primeiro semestre de 2021, o ActivoBank foi reconhecido como **Escolha do Consumidor**, na categoria de Banco Digital; com o **Prémio Cinco Estrelas**, na categoria de Banca Digital; **Best Mobile Banking App e Best Consumer Digital Bank da World Finance**. Estes prémios materializam a estratégia do Banco em apostar na qualidade do atendimento, na inovação e no serviço digital e resultam da confiança dos consumidores na marca.

Durante todo este ano, o ActivoBank desenvolveu iniciativas no âmbito da literacia financeira, alinhadas com os valores da marca de simplificação de conceitos bancários e maior inclusão de todos ao nível financeiro.

O Banco assegurou um conjunto de conteúdos, que disponibilizou nos seus canais de comunicação digitais – Facebook, YouTube, Instagram, LinkedIn e TikTok. Refira-se que o ActivoBank foi o primeiro Banco português a criar conteúdos na rede social TikTok numa lógica de *infotainment*.

Estes conteúdos foram publicados nos formatos de conferências de investimentos (*About Investments*), *webcasts* ou vídeos e imagens informativas.

Ainda neste âmbito, o ActivoBank promoveu uma parceria com a Cofina, em que foram trabalhados conteúdos de literacia financeira de investimentos para publicações de *branded content*, as quais apoiaram o âmbito social referido.

Ainda em matéria de literacia financeira na área de investimentos, foram trabalhados conteúdos de LinkedIn, em parceria com a Nova Investments Club, com o mote de descomplicar conceitos de investimento avançados.

Pela abrangência das plataformas utilizadas, estes conteúdos ficaram disponíveis para Clientes e não Clientes, possibilitando assim sustentar o valor de simplificação que o ActivoBank pretende transmitir no mercado.



CAPTAÇÃO DE CLIENTES

Em 2021, a base de Clientes ActivoBank verificou um **crescimento de 15,5%, tendo alcançado 395 mil Clientes, e um aumento de 29,2% no subsegmento target de Clientes Pré-Affluent e Affluent.**

Para o crescimento sustentado da base de Clientes contribuíram as iniciativas de campanha de abertura de conta permanentes em marketing digital, direcionando *leads* de negócio para o processo de abertura de conta digital via app e site.

Adicionalmente, mantiveram-se as ações comerciais com oferta distinta para a captação de Clientes colaboradores de empresas de relevo, através dos *work-sites* promovidos para este efeito.

A abertura de conta com origem 100% digital **representou, em 2021, cerca de 30% da captação total do Banco.**

Destaca-se ainda, como ação de marketing mais significativa, a campanha institucional com a *Influencer* Mariana Cabral (Bumba na Fofinha), com o objetivo de captar Clientes e Ordenados *Affluent* e *Pré-Affluent*.

A campanha destacou as vantagens de ser Cliente ActivoBank e teve como oferta não-financeira um *voucher* nos Hotéis do Grupo Discovery Hotel Management (DHM) para novas domiciliações de ordenado de valor igual ou superior a um montante definido.

O ActivoBank, em conjunto com a Google, realizou um estudo de *Brand Lift*, o qual comprovou o sucesso desta campanha do ponto de vista de recordação, notoriedade, consideração e intenção de compra.

CRÉDITO PESSOAL E CRÉDITO HABITAÇÃO

Durante o ano de 2021, foram realizadas várias campanhas de crédito pessoal e de crédito habitação em meios totalmente digitais, reforçando as características dos produtos (e.g. taxa competitiva do crédito pessoal e redução de prestação até 30% no crédito habitação).

Foi ainda desenvolvida uma campanha em parceria com a empresa Vorwerk, no âmbito da oferta de crédito habitação, destinada a operações de valor superior, com oferta do equipamento *Bimby* a Clientes.

Ao nível do crédito destaca-se o lançamento do crédito formação, com uma taxa competitiva, isento de comissão de abertura e no âmbito do qual só são cobrados juros durante os estudos. Este produto destina-se a apoiar a estratégia de captação de Clientes jovens digitais, garantindo o contacto com o Banco desde a fase académica.

Com o objetivo de apoiar as escolhas mais ecológicas dos Clientes, criando hábitos sustentáveis nas suas casas e nas suas deslocações, foram lançados dois novos produtos:

- **Crédito +Energia** para o financiamento de equipamentos para produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis e
- **Crédito EcoActivo** para artigos ou equipamentos que, não sendo produtores de energia, se caracterizam pela sua elevada eficiência e/ou classificação energética.

Adicionalmente, mantiveram-se as dinâmicas sazonais de campanhas de crédito com recurso a conceitos temáticos distintos e aplicação pontual de taxa promocional. Neste âmbito, destaca-se a campanha de desconfinamento “Faz a vida acontecer” e a ação “Corrida à *Black Friday*”.

Para além das iniciativas de marketing digital, foram ainda promovidas ações de meios *offline*, com presença assídua no formato rádio.

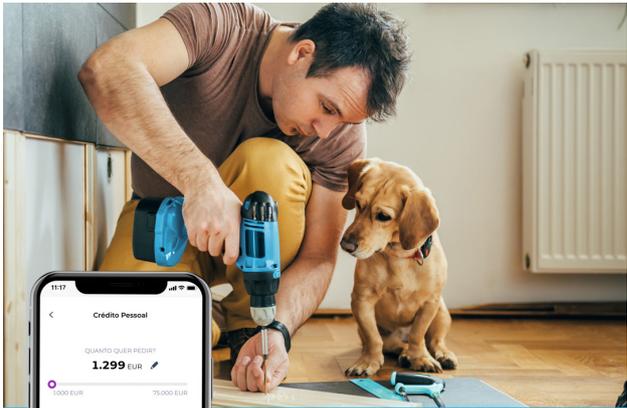


A sua casa de sonho tem de saber fazer o jantar?
Só se for com Bimby®

Crédito Habitação TAEG 1,9%

Campanha válida de 1/7 a 30/9
 Saiba mais em [ActivoBank.pt](https://www.activobank.pt)
 Banco ActivoBank S.A.

AB | bimby



Faz a vida acontecer

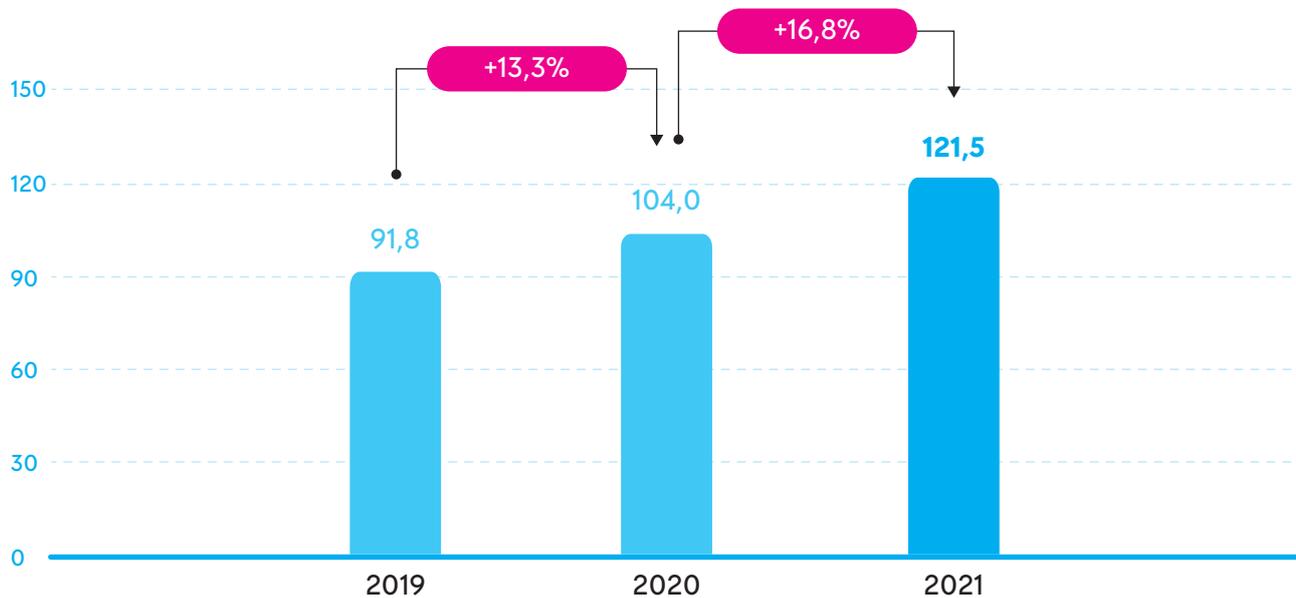
Crédito Pessoal
~~TAEG 11,6% | TAN 7,000%~~
TAEG 10,7% | TAN 6,200%

Campanha válida de 01/09 a 31/10

AB

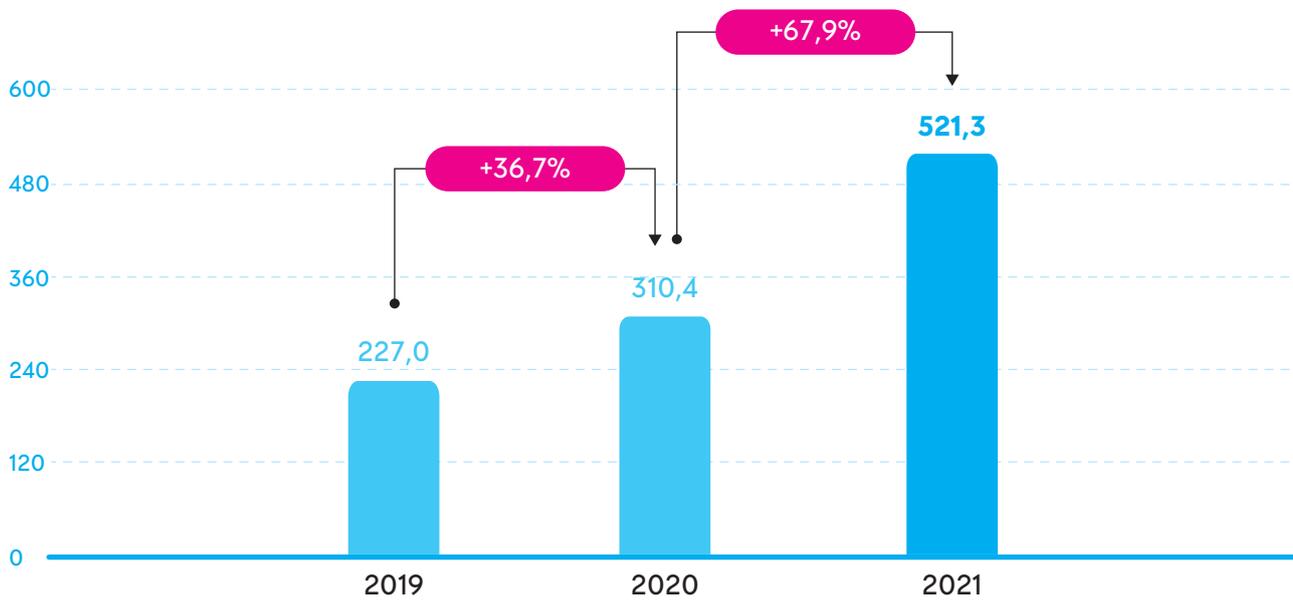
Carteira de Crédito Pessoal

(milhões de euros)



Carteira de Crédito Habitação

(milhões de euros)



INVESTIMENTOS

Na área de investimentos, e depois do lançamento da comercialização de fundos, foi lançada a colocação de **certificados através da app ActivoBank**, sendo possível, com uma única transação de Bolsa, aceder aos mercados de obrigações e ações mundiais por meio da nova família de Certificados Estratégia de Alocação. Estes certificados replicam o comportamento de dois índices mundiais de referência de obrigações e ações nas proporções pré-definidas, com dedução do Custo de Gestão e rebalanceamento semestral.

Ainda ao nível das campanhas de investimentos em 2021, destaca-se a **campanha de fundos temáticos em matéria de fundos de investimento ESG**.

É também de realçar o lançamento do **serviço de aconselhamento pontual ActivoBank**, de apoio ao investimento, o qual combina as necessidades e objetivos dos Clientes com o seu perfil para encontrar a solução de investimento ou reforma adequada a cada Cliente. No âmbito deste serviço, estão incluídos fundos de investimento, seguros financeiros e certificados comercializados pelo ActivoBank.

No que respeita à carteira de produtos de investimento, em 2021, 26% dos ativos sob gestão em comercialização corresponderam a fundos de investimento que respeitam aspetos sociais e ambientais, o que representa mais do sêxtuplo do verificado no ano anterior. Num total de 27 produtos, refira-se as emissões de Fundos de Investimento SRI disponíveis para comercialização, 19 emissões que respeitam temas éticos e 8 emissões que respeitam temas ambientais.

Foram ainda desenvolvidos *webinars* de literacia financeira para Clientes e não Clientes com periodicidade mensal denominados *About Investments*.

Estas iniciativas permitiram alcançar um crescimento de 24% da base de diversificação no ActivoBank.

Investir pode ser mais simples com o Aconselhamento adequado.



AB

O DIGITAL

O desenvolvimento de soluções digitais e a entrega contínua de soluções inovadoras que simplifiquem a vida dos Clientes é um dos principais objetivos de negócio do ActivoBank. Deste modo, em 2021, o Banco continuou a materializar a estratégia de digitalização contínua e a entrega de **novas propostas de valor através da app ActivoBank**.

Dos principais projetos destacam-se:

- Resposta ao questionário de investidor (DMIF);
- Subscrição de certificados;
- Lançamento do cartão de crédito AB Gold através da app;
- Subscrição dos seguros de saúde Médis e Médis Dental na app;
- Seguro de vida YOLO para Clientes mais jovens;
- Manutenção de dados de Clientes 100% digital.

O ACTIVOBANK EM NÚMEROS

Em 2021, a captação atingiu cerca de 54,8 mil Clientes e o crescimento de contas permitiu alcançar uma base de aproximadamente 395,8 mil Clientes. A base de Clientes Affluent e Pré-Affluent cresceu cerca de 29,2%. Os Clientes captados estão concentrados no escalão etário dos 25 aos 44 anos (em linha com a base de Clientes atual), com nível de escolaridade médio.

Os níveis de diversificação aumentaram 23,8% na carteira global, com 30,7% de incremento em fundos de investimento e 125% em certificados, em resultado do processo de digitalização da subscrição via app ActivoBank.

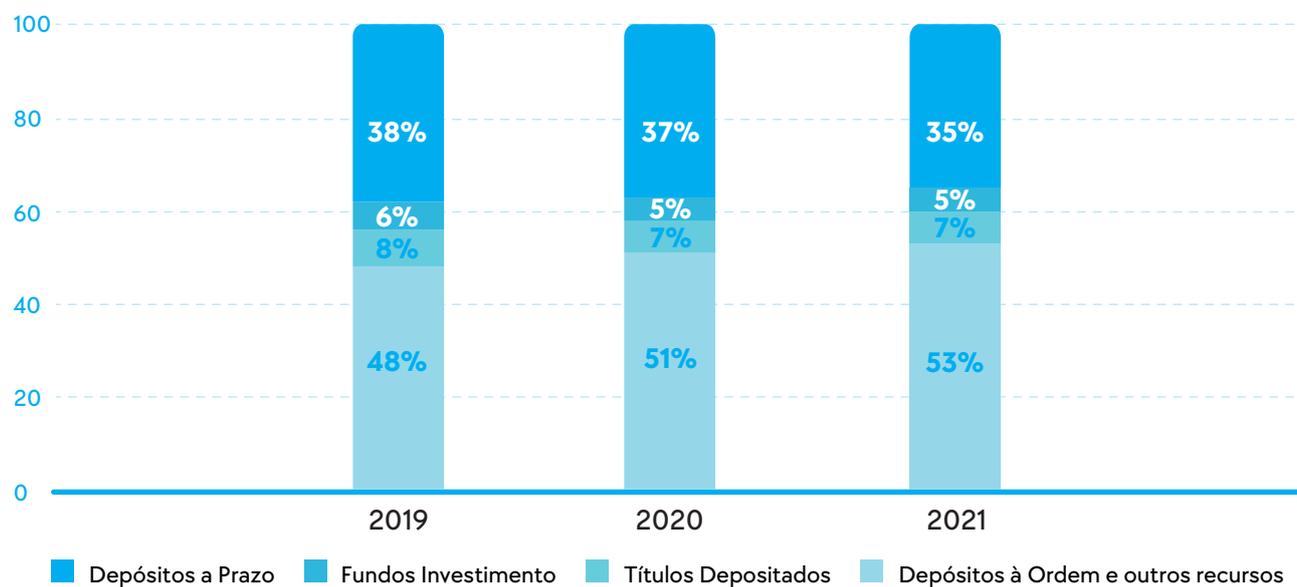
No final de 2021, o património financeiro⁽¹⁾ dos Clientes no Banco situava-se nos 3.003,8 milhões de euros, o que representa um crescimento de 24,8% face ao ano anterior.

A estrutura do património dos Clientes manteve uma componente elevada de recursos à ordem e a prazo⁽²⁾, num contexto de taxas reduzidas, situação que reforça a necessidade de se atuar mais rapidamente na diversificação dos recursos dos Clientes.

⁽¹⁾ Corresponde a Recursos à Ordem + Recursos a Prazo + Fundos de Investimento + Títulos Depositados + *Unit Linked*, Seguros de Poupança, Produtos Estruturados e Obrigações + Plataformas Externas.

⁽²⁾ Correspondem a Depósitos a Prazo + Depósitos de Poupança + Cheques e Ordens de Pagamento.

Estrutura do património



No final de dezembro, a carteira de **Crédito Pessoal** era de 121,5 milhões de euros, representando um aumento de 16,9% face ao período homólogo. A produção de Crédito Pessoal cresceu cerca de 32,6% relativamente ao mesmo período de 2020 em resultado do desconfinamento económico, maior dinâmica comercial e campanhas de marketing.

A carteira de **Crédito Habitação** atingiu os 521,3 milhões de euros, um acréscimo de 67,9% face ao período homólogo. A produção de Crédito Habitação aumentou 140,8% face ao mesmo período.

4.

Análise financeira

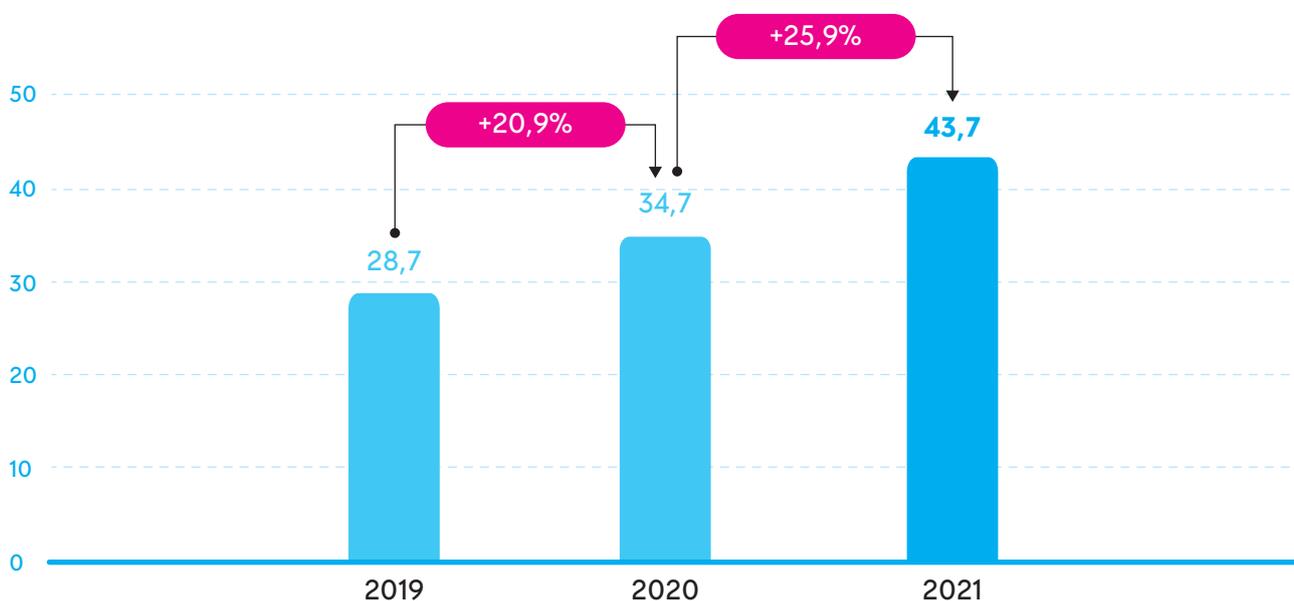
O **Crédito a Clientes (bruto)** situou-se **17,6% acima do observado no período homólogo, tendo atingido 147,0 milhões de euros em dezembro de 2021**. Se considerarmos o Crédito Habitação angariado pelo ActivoBank e colocado no Banco Comercial Português, S.A., o Crédito Total líquido de imparidades para risco de Crédito atingiu **664,0 milhões de euros**, revelando um crescimento de 53,5% face ao período homólogo. Excluindo a carteira de crédito à habitação, este valor é de 142,7 milhões de euros.

O **Total de Depósitos de Clientes** atingiu 2.577,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, apresentando uma evolução de 24,9% face ao valor apurado na mesma data do ano anterior. O Património Financeiro de Clientes, que corresponde ao Total de Depósitos, aos Fundos de Investimento, aos Títulos Depositados e a Outros Recursos, ascendeu a 3.003,8 milhões de euros (+24,8% face ao período homólogo).

Em 2021, o **Resultado Líquido** do ActivoBank ascendeu a 13,5 milhões de euros, situando-se 13,2% acima dos 12,0 milhões de euros alcançados em 2020.

Para este resultado contribuiu o **Produto Bancário**, ao ter apresentado um aumento expressivo de 25,9%, fixando-se em 43,7 milhões de euros no final de 2021, tendo-se cifrado em 34,7 milhões de euros no período homólogo.

Produto Bancário (milhões de euros)



A **Margem Financeira** revelou uma evolução favorável, ao aumentar 2,5% face aos 22,9 milhões de euros apurados em dezembro de 2020, tendo alcançado 23,5 milhões de euros em 2021. Esta evolução positiva deveu-se, maioritariamente, ao aumento dos juros gerados pela carteira de Crédito a Clientes, sendo também de referir a redução do custo do *funding*, através da descida continuada da remuneração dos Depósitos a Prazo de Clientes, apesar do crescimento verificado nos volumes destes depósitos face a 2020.

As **Comissões Líquidas** atingiram 21,5 milhões de euros em 2021, representando uma expressiva subida de 66,7% face aos 12,9 milhões de euros apurados em 2020. Esta escalada foi, essencialmente, determinada pelo comportamento favorável das comissões relacionadas com a angariação de operações de Crédito Habitação, que representaram mais 124,6%. Também as comissões de Transferências de Valores e Cartões registaram uma evolução bastante favorável (+50,1%), decorrente do crescimento da base de Clientes com conseqüente aumento no parque de Cartões e no volume das transferências efetuadas. É ainda de referir a expansão verificada ao nível das comissões provenientes de fundos de investimento e de seguros, com taxas de crescimento de 34,0% e 31,2%, respetivamente.

Os **Outros Proveitos de Exploração líquidos** registaram uma redução de 0,2 milhões de euros (-13,4%), que incluem os custos suportados com as contribuições obrigatórias, os quais totalizaram 441 mil euros, acima dos 388 mil euros registados em 2020.

Em dezembro de 2021, os **Custos Operacionais** (Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros e Amortizações), cifraram-se em 21,8 milhões de euros, situando-se 10,2% acima dos 19,8 milhões de euros apurados em 2020.

Custos Operacionais

(milhões de euros)



Os **Custos com Pessoal** registaram um acréscimo de 6,3%, atingindo os 8,4 milhões de euros em dezembro de 2021. Esta situação reflete o aumento do *Headcount* (192 Colaboradores em 2021 que compararam com 187 em 2020) e da remuneração dos órgãos sociais.

Os **Fornecimentos e Serviços de Terceiros** fixaram-se em 11,6 milhões de euros no final de 2021, apresentando um crescimento de 16,1% face ao período homólogo. Destaca-se a subida dos custos com *Outsourcing*, no valor de 0,8 milhões de euros, e com publicidade, no montante de 0,2 milhões de euros.

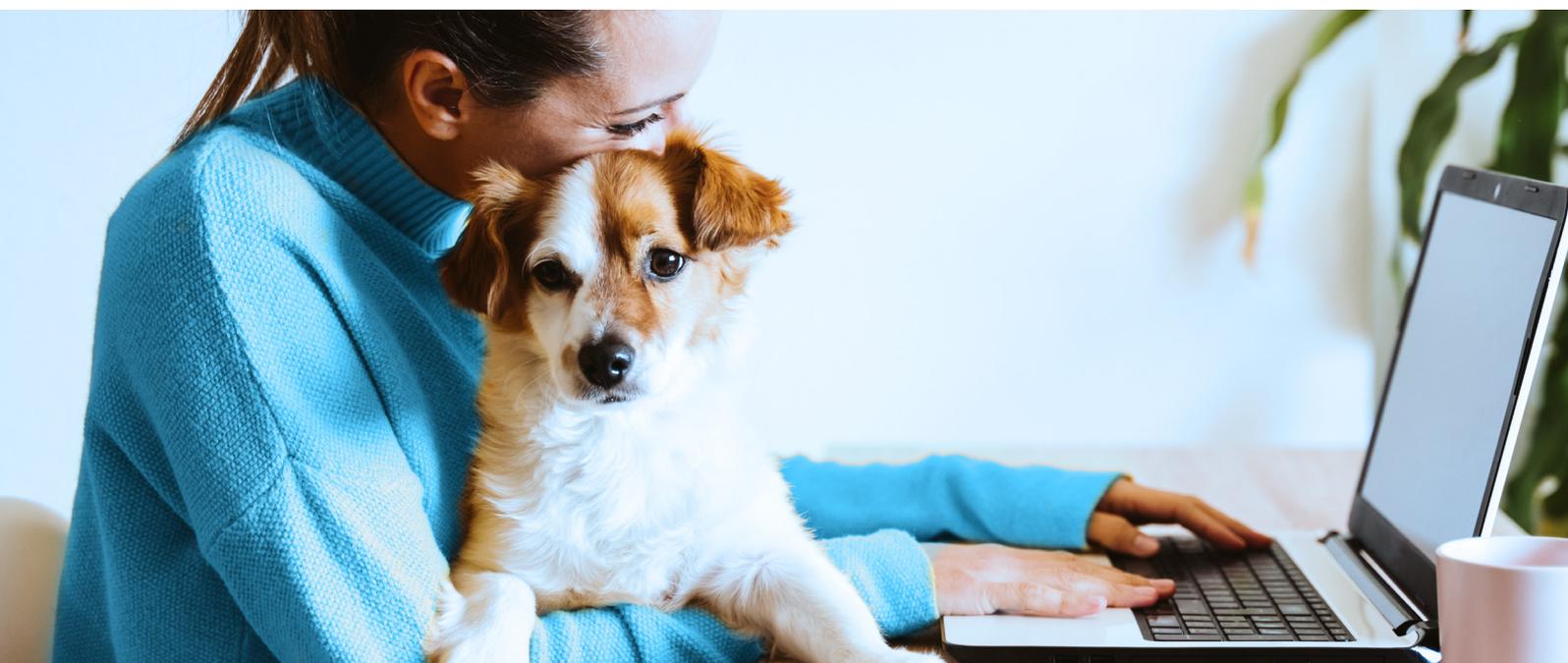
As **Amortizações do Exercício** fixaram-se em 1,9 milhões de euros em 2021, o que compara com 2,0 milhões de euros registados em 2020. Esta redução deveu-se, essencialmente, à diminuição das amortizações com imóveis.

O **Rácio de Eficiência do ActivoBank** situou-se em 50,0%, revelando uma melhoria face ao rácio de 57,1% apurado em 2020. O impacto negativo do aumento dos custos operacionais foi mais do que compensado pela evolução favorável verificada no Produto Bancário, alavancado nas Comissões Líquidas.

Quanto às **Imparidades para Risco de Crédito**, registaram uma tendência crescente, cifrando-se em 3,1 milhões de euros.

Os **Impostos, correntes e diferidos, sobre Lucros** totalizaram 4,9 milhões de euros em 2021, montante que compara com 0,9 milhões de euros apurados no ano anterior. Este aumento resulta do facto de o Banco Comercial Português, S.A. ter optado, em 2021, por não refletir o efeito da compensação entre lucros tributáveis e prejuízos fiscais em cada uma das sociedades abrangidas pelo RETGS – Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades. Deste modo, o imposto sobre o rendimento, ao nível individual do ActivoBank, foi apurado como se o regime não fosse aplicável.

Refira-se ainda que, em julho de 2021, o ActivoBank procedeu a um aumento de 26,6 milhões de euros no capital social, fixando-se este em 127,6 milhões de euros.



5.

Prestação de serviços intragrupo

O ActivoBank, sendo um **intermediário financeiro** cujo capital social é detido, na totalidade, pelo Banco Comercial Português, S.A. (BCP), prossegue a sua atividade otimizando os meios e recursos do Grupo BCP, nos termos e segundo os instrumentos e procedimentos previstos nas normas legais e regulamentares aplicáveis e consoante as matérias ou funções especificamente em causa.

Ocorre, assim, a **subcontratação ao Banco Comercial Português, S.A.** de diversas funções, ao abrigo do disposto no Código dos Valores Mobiliários (art.º 308.º e seguintes), nomeadamente no que se refere a:

- (i) **Serviços administrativos e corporativos gerais, Contabilidade, Assessoria Jurídica, Operações (na parte não realizada pela Direção de Suporte ao Negócio do Banco), Crédito, Informática, Suporte à Gestão de Pessoas, CRM, Risco, Compliance, Auditoria Interna;**
- (ii) **Utilização da rede de sucursais do Millennium bcp para a prestação de um conjunto de operações/serviços bancários.**

Por outro lado, em matéria de controlo interno, nos termos do artigo 50.º do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, encontram-se estabelecidos entre o ActivoBank e o Banco Comercial Português, S.A. **serviços comuns** para o desenvolvimento das responsabilidades atribuídas às funções de gestão de riscos (*Risk Office*), de conformidade (*Compliance*) e de auditoria interna (DAU).

No que se identifica com a função de **cumprimento normativo** (*Compliance Office*), é de referir que esta instituição tem nomeado um responsável pelo cumprimento normativo, que no âmbito das suas funções é apoiado pelos serviços comuns existentes no Banco Comercial Português, S.A.



O ActivoBank, sendo um intermediário financeiro cujo capital social é detido, na totalidade, pelo Banco Comercial Português, S.A. (BCP), prossegue a sua atividade otimizando os meios e recursos do Grupo BCP, recorrendo à subcontratação de diversas funções.

6.

Evolução previsível do Banco em 2022

A proposta de valor do ActivoBank de se afirmar como **Banco Digital das gerações futuras** ganhou uma importância adicional despoletada pelo contexto pandêmico em que vivemos.

Ao objetivo de **conveniência, simplificação e transparência alia-se agora o objetivo de manter a vida financeira acessível e fácil de uma forma segura e 100% digital** e remota, ao mesmo tempo que mantemos a presença junto dos Clientes em momentos que assim o exigem através da nossa rede de Pontos Activo.

Por outro lado, o serviço prestado baseado num conceito de banco *value-for-money*, onde o valor pago pelo Cliente é aplicado em serviços de valor acrescentado, coloca o desafio da maior formação no mercado e da rentabilidade ao nível da criação de novas propostas de valor num conceito de estratégia de crescimento totalmente focado no Cliente e no valor criado.

Neste sentido, em 2022, o ActivoBank manter-se-á fiel aos seus valores originários de transparência e *Customer centricity*, mas evoluirá para a aplicação de novos modelos de negócio que permitirão acelerar o crescimento sustentado e capturar um posicionamento de Banco principal, tais como as parceiras nas várias áreas de negócio e aplicação do modelo *fremmium* na área de *Daily Banking*, procurando sempre a criação de novas soluções de valor numa lógica de *pay per use*.

O Banco continuará a sustentar o modelo de negócio, na reestruturação digital do *servicing* e no desenvolvimento dos processos de venda cada vez mais suportados em estratégias e campanhas de CRM, marketing digital e processos 100% digitais.

Em resultado disso, em 2022, prevê-se que o Banco cresça em todas as vertentes de negócio e evolua como Banco principal, mantendo a digitalização e a inovação como valores *core*.

O valor atual da proposta de serviços é cada vez mais diferenciador e único e isso permitirá que seja o primeiro Banco dos Clientes e de muitos potenciais Clientes que se juntarão ao ActivoBank em 2022.

Em 2022, a trajetória de recuperação do PIB mundial poderá, contudo, ser fortemente condicionada pelos efeitos adversos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, nomeadamente por via do agravamento das pressões inflacionistas, das restrições nas cadeias de produção e do aumento da incerteza e da instabilidade nos mercados financeiros internacionais.

7.

Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos membros dos órgãos de administração, elementos-chave de gestão e de fiscalização

MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Informa-se que, de acordo com a política de remunerações aprovada para as sociedades controladas pelo Banco Comercial Português, a remuneração e outros benefícios dos Colaboradores do Grupo BCP são fixadas em razão da sua **experiência, senioridade e categoria profissional**, independentemente das funções que, em cada momento, sejam chamados a desempenhar em qualquer sociedade integrada no Grupo.

Relativamente aos seus **Administradores**, a Sociedade suportou remunerações e encargos no montante total de 389.064,85€, desagregado da seguinte forma:

- António Luís Duarte Bandeira, no montante de 239.174,74€, dos quais 181.323,10€ de remuneração fixa e 13.251,00€ de remuneração variável, sendo o valor remanescente relativo a encargos sociais obrigatórios;
- Maria de los Angeles Sanchez Sanchez, no montante de 149.890,11€, dos quais 114.450,56€ de remuneração fixa e 6.750,00€ de remuneração variável, sendo o valor remanescente relativo a encargos sociais obrigatórios.

No exercício a que este Relatório reporta, a remuneração variável paga acima indicada refere-se a:

- **60% do valor da remuneração variável** atribuída em 2021, relativa ao exercício de 2020, que foi disponibilizada em 2021, repartido da seguinte forma: 50% paga em numerário e 50% em ações do BCP. Os restantes 40% atribuídos serão disponibilizados de forma diferida, ao longo dos próximos cinco anos, com o pagamento, em cada ano futuro, repartido em 50% em numerário e 50% em ações do BCP;
- **8% da remuneração variável** atribuída em 2020, relativa ao exercício de 2019, que tinha sido diferida para os cinco anos seguintes, paga 50% em numerário e 50% em ações do BCP;
- **16,6% da remuneração variável** atribuída em 2019, relativa ao exercício de 2018, que tinha sido diferida para os três anos seguintes, paga em ações do BCP.

Não existiram custos com pensões e outros encargos referentes a membros do Conselho de Administração.

Não foram concedidos créditos em 2021, sob qualquer forma, aos membros do Conselho de Administração.

ELEMENTOS-CHAVE DE GESTÃO (ECG)

As remunerações pagas e os encargos sociais suportados com os elementos-chave de gestão, por segmentos, são analisados como segue:

	2020				2021			
	Retalho	Funções de Controlo	Outros	Total	Retalho	Funções de Controlo	Outros	Total
Remunerações fixas	111.017,51	56.162,07	342.202,59	509.382,17	123.322,06	153.628,44	293.564,91	570.515,41
Remunerações variáveis:	13.328,75	1.759,50	33.804,15	48.892,40	26.447,04	8.574,20	27.066,00	62.087,24
Remuneração variável anual	2.436,75	1.298,53	5.493,38	9.228,66	0,00	2.504,28	0,00	2.504,28
Distribuição de resultados	2.000,00	0,00	6.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos às redes comerciais e prémios	8.892,00	460,97	22.310,77	31.663,74	26.447,04	6.069,92	27.066,00	59.582,96
Encargos sociais obrigatórios	31.699,44	14.766,26	95.081,83	141.547,53	38.619,97	40.250,83	83.281,75	162.152,55
Indemnizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	156.045,70	72.687,83	471.088,57	699.822,10	188.389,07	202.453,47	403.912,66	794.755,20
N.º de beneficiários	3	1	6	10	3	2	6	11

Nota:

Os Elementos-chave de Gestão incluem apenas os Diretores que reportam diretamente à Administração.

Relativamente às funções de Gestão de Risco não existem remunerações a divulgar por essas funções serem asseguradas pela Direção de *Risk Office* do Banco Comercial Português, SA, tendo sido elaborado um protocolo para o efeito entre as partes.

MEMBROS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Os honorários relativos a serviços prestados pelo **Revisor Oficial de Contas** foram os seguintes:

Honorários da Deloitte por serviços prestados entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021

Auditoria		Serviços de garantia de fiabilidade		Consultoria fiscal		Outros Serviços		Total	
Euros	%	Euros	%	Euros	%	Euros	%	Euros	%
40.000	40,2%	29.850	30,0%	-	-	29.750	29,9%	99.600	100%

Aos membros do **Conselho Fiscal** foram pagas as seguintes remunerações pelo ActivoBank:

Nome	Cargo	Valores anuais
Cândido de Jesus Bernardino	Presidente do Conselho Fiscal ⁽¹⁾	3.800,00€
Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira	Membro do Conselho Fiscal	3.800,00€
Carlos Manuel Teixeira de Morais Rocha	Presidente do Conselho Fiscal ⁽²⁾	4.000,00€
Isabel Maria Beja Gonçalves Novo	Membro do Conselho Fiscal ⁽³⁾	240,00€
Total remunerações pagas		11.840,00€

⁽¹⁾ Assumiu a Presidência em 04-11-2021

⁽²⁾ Renunciou ao cargo em 31-07-2021

⁽³⁾ Iniciou funções em 15-12-2021

8.

Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos Colaboradores

No exercício de 2021, e de acordo com a política de remunerações fixadas para as sociedades controladas pelo BCP, a remuneração e outros benefícios dos **Colaboradores do Grupo** (inclui ECG) são fixadas em razão da sua experiência, senioridade e categoria profissional, independentemente das funções que, em cada momento, sejam chamados a desempenhar.

No exercício de 2021, foram realizadas 21 saídas: 14 por mobilidade para outras empresas do Grupo e 7 por rescisão de contrato. No mesmo ano, o ActivoBank recebeu 26 Colaboradores, 14 dos quais via mobilidade de outras empresas do Grupo e 12 por contratação externa.

No que respeita aos valores das remunerações e indemnizações pagas aos Colaboradores no decorrer do exercício de 2021, excluindo os órgãos sociais e estagiários, apresentaram a seguinte distribuição:

Número de Colaboradores que receberam durante o ano	Remunerações fixas pagas no ano	Remunerações variáveis pagas no ano*	Total de remunerações pagas no ano	Indemnizações pagas no ano
207	5.518.286,75	431.077,58	5.949.364,33	76.685,86

Foi ainda pago o valor de 601.947,17€ a 124 estagiários.

*Distribuição da remuneração variável:

Incentivos às redes comerciais	419.296,17
Remuneração variável anual	4.539,41
Outras remunerações variáveis	7.242,00
Total	431.077,58

9.

Estrutura e práticas de governo societário (síntese)

A sociedade adotou a estrutura societária a seguir indicada:

- Mesa da Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

No que respeita às práticas de governo societário, a **sociedade Banco Activo-Bank, S.A.** segue as adotadas pelo Banco Comercial Português, S.A., sociedade que detém diretamente a totalidade do seu capital social, desde 19 de dezembro de 2017, estando as práticas regulatórias seguidas pelo Banco Comercial Português, S.A. no âmbito do Governo da Sociedade descritas no Relatório sobre o Governo da Sociedade daquele Banco, disponível para consulta no sítio www.millenniumbcp.pt, documento que foi elaborado em respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais.

O **Conselho de Administração do ActivoBank** aprovou a aplicação das seguintes Políticas de *Compliance*, vigentes no Banco Comercial Português, S.A.:

- Política de Aceitação de Clientes;
- Política de Identificação e Diligência de Clientes;
- Política de Análise e Monitorização de Entidades de Risco Elevado;
- Política de Deveres de Combate e Prevenção ao Branqueamento de Capitais e de Financiamento de Terrorismo;
- Política de Execução de Ordens.

O Banco procede periodicamente à revisão das referidas políticas, em ordem à respetiva atualização em face da entrada em vigor de diversos normativos.

10.

Proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral

Tendo em consideração, por um lado, os resultados apurados no exercício de 2021 e, por outro, a perspetiva de crescimento da atividade do Banco, com consequente reflexo nos níveis de rácios de capital, propõe-se que o resultado líquido do exercício, no montante de 13.535.751,48€, tenha a seguinte aplicação:

- Reserva Legal: **1.353.575,16€**
- Resultados transitados: **12.182.176,32€**

11.

Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

Nota relativa ao **relato financeiro** dos mediadores de seguros ou de resseguros prevista no artigo 4.º da norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O ActivoBank está registado, com o número 419501226, na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), desde 21 de janeiro de 2019, na categoria de Agente de Seguros com autorização para os ramos vida e não vida. As políticas contabilísticas adotadas pelo Banco encontram-se devidamente identificadas na nota 1 às demonstrações financeiras.

Em 2021, o Banco recebeu, exclusivamente de empresas de seguros, e a título de comissões pela sua atividade de mediação de seguros, um total de 757.786€, de acordo com a seguinte distribuição:

	Ramo vida	Ramo não vida	Total	%
Ocidental, Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	327.994	-	327.994	43%
Ocidental, Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	-	429.792	429.792	57%
Total	327.994	429.792	757.786	100%

Não são aplicáveis as disposições relativas a contas "Clientes", contas a receber e a pagar, contas a receber vencidas, garantias colaterais, transmissão de carteiras de seguros, contratos cessados com empresas de seguros e obrigações materiais.

12.

Referências finais

Ao concluir o Relatório da Atividade desenvolvida em 2021, o Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela **cooperação dispensada**, no âmbito das suas atribuições, às entidades e pessoas que mais contribuíram para a realização dos objetivos estabelecidos.

Às Autoridades Monetárias e Financeiras e ao Órgão de Supervisão, nomeadamente o **Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**, pela colaboração e apoio sempre manifestados.

Aos Clientes, pela confiança que a sua preferência demonstra, o Conselho de Administração agradece e compromete-se a procurar continuamente dar melhores respostas para a satisfação das suas necessidades.

Ao Acionista, pelo seu apoio constante e pelo acompanhamento interessado na atividade da Sociedade.

Aos membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, pela atitude participativa e construtiva que sempre manifestaram.

Aos Colaboradores, pelo empenho, motivação, disponibilidade e competência profissional que sempre demonstraram, confirmando a sua dedicação à Instituição, contribuindo para a consecução dos objetivos.

Lisboa, 25 de março de 2022

Miguel Maya Dias Pinheiro

Miguel de Campos Pereira de Bragança

António Luís Duarte Bandeira

Maria de los Angeles Sanchez Sanchez

Rosa Maria Ferreira Vaz Santa Bárbara

José Guilherme Potier Raposo Pulido Valente

13.

Anexo

Informação sobre as ações e obrigações que cada membro dos Órgãos de Administração e Fiscalização, respetivo cônjuge e descendentes menores detêm na Sociedade ou em Sociedade com as quais esta esteja em relação e domínio ou de grupo:

Conselho de Administração							
Acionistas/obrigacionistas	Título	N.º títulos à data de		Natureza do negócio e quantidade de valores mobiliários negociados			Preço unitário em euros
		31/12/2020	31/12/2021	Aquisições	Alienações	Data	
Membros dos Órgãos Sociais, dirigentes e membros próximos da família							
Membros dos Órgãos Sociais							
Miguel Maya Dias Pinheiro	Ações BCP	621.467	800.692	179.225		25/06/2021	0,1422
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Ações BCP	602.626	763.422	160.796		25/06/2021	0,1422
António Luís Duarte Bandeira	Ações BCP (****)	210.905	239.209	28.304		25/06/2021	0,1422
Maria de los Angeles Sanchez Sanchez	Ações BCP	8.192	19.191	10.999		25/06/2021	0,1422
Rosa Maria Ferreira Vaz Santa Bárbara	Ações BCP	41.204	68.163	26.959		25/06/2021	0,1422
José Guilherme Potier Raposo Pulido Valente	Ações BCP	186.063	208.437	22.374		25/06/2021	0,1422
Membros próximos da família							
José Pedro Maya Dias Pinheiro	Ações BCP	10.656	10.656				
Isabel Susana Rodrigues Marques Alves Geraldes Pires	Ações BCP	2.048	2.048				
Cristina Dias Pinheiro	Ações BCP	2.100	2.100				
Ana Margarida Rebelo A.M. Soares Bandeira	Ações BCP (****)	210.905	239.209	28.304		25/06/2021	0,1422
António da Silva Bandeira	Ações BCP	20.000	20.000				

(****) Posição em contas solidárias do BCP, AB e CGD

Conselho Fiscal							
Acionistas/obrigacionistas	Título	N.º títulos à data de		Natureza do negócio e quantidade de valores mobiliários negociados			Preço unitário em euros
		31/12/2020	31/12/2021	Aquisições	Alienações	Data	
Membros dos Órgãos Sociais, dirigentes e membros próximos da família							
Membros dos Órgãos Sociais							
Carlos Manuel Teixeira de Moraes Rocha	Ações BCP	105.972	105.972				
Cândido de Jesus Bernardino	-	0	0				
Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira	-	0	0				
Isabel Maria Beja Gonçalves Novo	-	0	0				
João José Carvalho Pereira	Ações BCP	34.700	34.700				
Membros próximos da família							
Maria Teresa Rocha Frota de Moraes Rocha	Ações BCP	487	487				

ActivoBank

simplifica

BANCO ACTIVOBANK, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Euros)

	Notas	2021	2020
Juros e proveitos equiparados	2	24.164.991	23.910.516
Juros e custos equiparados	2	(708.874)	(1.033.093)
MARGEM FINANCEIRA		23.456.117	22.877.423
Rendimentos de instrumentos de capital	3	103.269	88.127
Resultados de serviços e comissões	4	21.545.454	12.924.392
Ganhos / (perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados	5	(1.037)	118
Ganhos / (perdas) cambiais	5	66.441	(32.093)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	5	(164.786)	(4.220)
Outros proveitos / (custos) de exploração	6	(1.336.284)	(1.186.727)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		43.669.174	34.667.020
Custos com o pessoal	7	8.357.276	7.861.100
Outros gastos administrativos	8	11.554.227	9.955.597
Amortizações do exercício	9	1.918.253	1.988.789
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		21.829.756	19.805.486
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES		21.839.418	14.861.534
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	10	(3.129.310)	(1.940.849)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11	(234.763)	2.069
Imparidade de outros ativos	12	-	596
Outras provisões	13	(69.179)	(44.083)
RESULTADO OPERACIONAL		18.406.166	12.879.267
Resultados de alienação de outros ativos	14	(68)	8.256
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		18.406.098	12.887.523
Impostos			
Correntes	23	(5.131.647)	(1.127.664)
Diferidos	23	261.300	200.753
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.535.751	11.960.612

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO ACTIVOBANK, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Euros)

	Notas	2021	2020
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.535.751	11.960.612
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral			
Ganhos/(perdas) do exercício	30	(72.872)	(155.431)
Reclassificação de ganhos ou perdas para resultados		-	(98)
Impacto fiscal		19.195	40.968
		(53.677)	(114.561)
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral			
Ganhos/(perdas) do exercício	30	(314.504)	568.927
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício	33	1.091.769	(1.084.497)
Impacto fiscal		90.378	281.067
		867.643	(234.503)
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		813.966	(349.064)
Total do rendimento integral do exercício		14.349.717	11.611.548

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO ACTIVOBANK, S.A.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Euros)

	Notas	2021	2020
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	240.100	200.500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	188.328.022	206.596.942
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	17	1.200.034.444	1.150.051.556
Crédito a clientes	18	142.708.300	122.227.755
Títulos de dívida	19	716.048.412	716.399.771
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros não detidos para negociação			
obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	20	14.103	10.140
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	20	506.466.472	4.481.870
Outros ativos tangíveis	21	4.240.975	5.532.607
Ativos intangíveis	22	123.425	135.008
Ativos por impostos diferidos	23	384.556	32.930
Outros ativos	24	27.669.176	21.079.532
TOTAL DO ATIVO		2.786.257.985	2.226.748.611
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito		1.045	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	25	2.577.168.873	2.062.694.244
Provisões	26	453.979	384.800
Passivos por impostos correntes	23	4.727.023	457.714
Passivos por impostos diferidos	23	-	9.741
Outros passivos	27	9.416.180	9.660.944
TOTAL DO PASSIVO		2.591.767.100	2.073.207.443
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	28	127.600.000	101.000.000
Reservas e resultados acumulados	29 e 30	53.355.134	40.580.556
Resultado líquido do exercício		13.535.751	11.960.612
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		194.490.885	153.541.168
		2.786.257.985	2.226.748.611

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO ACTIVO BANK, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Euros)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros recebidos	10.611.640	7.529.244
Comissões recebidas	22.998.325	14.435.803
Recebimentos por prestação de serviços	63.219	200.377
Pagamento de juros	(744.904)	(1.237.019)
Pagamento de comissões	(1.186.962)	(970.568)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	34.592	24.347
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(21.206.143)	(19.448.873)
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	(814.340)	(388.275)
	9.755.427	145.036
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais:		
Fundos recebidos de/(adiantados a) instituições de crédito	(50.000.000)	(35.000.000)
Depósitos com instituições financeiras do Grupo	(4.938.800)	(3.838.300)
Fundos recebidos de clientes	(24.552.908)	(10.222.911)
Títulos negociáveis a curto prazo	(15.698)	(4.611)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	1.045	-
Débitos para com clientes – à vista	369.439.690	285.447.082
Débitos para com clientes – a prazo	145.336.841	150.490.640
	445.025.597	387.016.936
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos recebidos	103.269	45.188
Juros recebidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado	14.540.586	13.776.100
Compra de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado	(500.550.000)	(350.586.000)
Vencimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado	800.000	16.506.000
Compra de ativos tangíveis e intangíveis	(646.834)	(69.628)
Venda de de ativos tangíveis e intangíveis	31.729	18.078
Diminuição/(aumento) em outras contas do ativo	(3.534.007)	(116.192)
	(489.255.257)	(320.426.454)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	26.600.000	36.500.000
Aumento/(diminuição) em outras contas de passivo	(599.660)	(3.697.229)
	26.000.340	32.802.771
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	(18.229.320)	99.393.253
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	206.797.442	107.404.189
Caixa (nota 15)	240.100	200.500
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 16)	188.328.022	206.596.942
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	188.568.122	206.797.442

(*) Nos exercícios de 2021 e de 2020, esta rubrica não inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de ativos de baixo valor.

(**) No exercício de 2021, esta rubrica inclui o montante de Euros 1.031.469 (31 de dezembro de 2020: Euros 1.032.080) relativo a pagamentos de capital do passivo de locações.

BANCO ACTIVOBANK, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Euros)

	Total dos capitais próprios	Capital	Reservas legais e estatutárias e outras reservas	Reservas e resultados acumulados	Resultado líquido do exercício
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	105.429.620	64.500.000	4.735.379	28.002.864	8.191.377
Resultado líquido do exercício	11.960.612	-	-	-	11.960.612
Outro rendimento integral	(349.064)	-	-	(349.064)	-
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	11.611.548	-	-	(349.064)	11.960.612
Aumento de capital (nota 28)	36.500.000	36.500.000	-	-	-
Aplicação de resultados:					
Reserva legal	-	-	819.138	-	(819.138)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	7.372.239	(7.372.239)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	153.541.168	101.000.000	5.554.517	35.026.039	11.960.612
Resultado líquido do exercício	13.535.751	-	-	-	13.535.751
Outro rendimento integral	813.966	-	-	813.966	-
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	14.349.717	-	-	813.966	13.535.751
Aumento de capital (nota 28)	26.600.000	26.600.000	-	-	-
Aplicação de resultados:					
Reserva legal	-	-	1.196.061	-	(1.196.061)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	10.764.551	(10.764.551)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	194.490.885	127.600.000	6.750.578	46.604.556	13.535.751

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Políticas contabilísticas

A. Bases de apresentação

O Banco ActivoBank, S.A. (ActivoBank ou Banco), anteriormente designado por Banco Mello de Investimentos, S.A., foi constituído com a designação inicial de Sociedade Financeira Portuguesa – Banco de Investimento, S.A., em 27 de setembro de 1969 com o estatuto jurídico de sociedade anónima, tendo sido transformado em empresa pública em 14 de março de 1975, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132-A/75. De acordo com o Decreto-Lei n.º 282-A/90, publicado em 14 de setembro, o Banco foi transformado em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, sendo privatizado em sessão especial de Bolsa em 6 de maio de 1991.

Em janeiro de 2000, o Banco Comercial Português, S.A. (BCP) e o Grupo José de Mello estabeleceram um acordo de integração dos respetivos grupos financeiros. Na sequência do referido acordo, o Banco passou a integrar o Grupo BCP, tendo sido iniciada uma fase de reestruturação e integração da sua atividade no referido Grupo.

Em 20 de abril de 2001 foi alterada a denominação social para Banco ActivoBank (Portugal), S.A. Durante o exercício de 2001, procedeu-se à cisão-fusão por destaque de parte do património do Banco ActivoBank (Portugal), S.A. no BCP Investimento – Banco Comercial Português de Investimento, S.A., tendo a escritura pública sido realizada em 17 de dezembro de 2001. O património destacado correspondia a ativos e passivos associados à atividade da banca de investimento que eram originários do Banco Mello Investimentos, S.A.

Em 1 de fevereiro de 2010 foi alterada a denominação social para Banco ActivoBank, S.A.

O Banco tem por objeto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de acordo com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As demonstrações financeiras do ActivoBank são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Comercial Português, *ultimate parent company* do Banco.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015 (que revogou o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005), as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2016, inclusive. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 25 de março de 2022, sendo apresentadas em Euros.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

A1. Comparabilidade da informação

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2021. As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, do regime do acréscimo e do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração, sob parecer da Comissão Executiva, formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1.Q.

B. Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Esta política, incluindo o modelo de imparidade, são aplicados de acordo com uma metodologia transversal definida pelo BCP. Deste modo, todos os aspetos abaixo apresentados são apurados com base no universo conjunto de exposições do BCP e ActivoBank.

B1. Ativos financeiros

B1.1. Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados dentro de uma das seguintes categorias:

- “Ativos financeiros ao custo amortizado”;
- “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”; ou,
- “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados”.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- o modelo de negócio do Banco para a gestão do ativo financeiro; e,
- as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

O Banco procedeu, com referência a 1 de janeiro de 2018, a uma avaliação do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos, ao nível do portfólio, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão. A informação considerada nesta avaliação incluiu:

- as políticas e objetivos estabelecidos para o portfólio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia de gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, mantendo um determinado perfil de taxa de juro, adequando a duração dos ativos financeiros à duração dos passivos que financiam estes ativos ou na realização de cash flows através da venda dos ativos;
- a forma como a performance do portfólio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco;
- a avaliação dos riscos que afetam a performance do modelo de negócio (e dos ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos;
- a remuneração dos gestores de negócio, i.e., em que medida a compensação depende do justo valor dos ativos sob gestão ou dos cash flows contratuais recebidos; e,
- a frequência, volume e periodicidade das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas e as expectativas sobre as vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objetivos de gestão dos ativos financeiros e de como os cash flows são obtidos.

Os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros geridos e avaliados ao justo valor por opção são mensurados ao justo valor através de resultados em virtude de não serem detidos nem para a recolha de cash flows contratuais nem para recolha de cash flows contratuais e venda desses ativos financeiros.

Avaliação se os cash flows contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI – Solely Payments of Principal and Interest)

Para efeitos desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e pelos outros riscos e custos associados à atividade (e.g., risco de liquidez e custos administrativos), bem como por uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os cash flows contratuais referem-se exclusivamente ao recebimento de capital e juros, o Banco considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI. No processo de avaliação, o Banco teve em consideração:

- eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- características que resultem em alavancagem;
- cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- cláusulas que possam limitar o direito de o Banco reclamar os fluxos de caixa em relação a ativos específicos (e.g., contratos com cláusulas que impedem o acesso a ativos em caso de *default* – “*non-recourse asset*”); e,
- características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se:

- o ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- o pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não pagos (poderá incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado); e,
- o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

B1.1. 1. Ativos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao custo amortizado” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e,
- os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

A categoria de “Ativos financeiros ao custo amortizado” inclui aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes e títulos de dívida geridos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais (obrigações de dívida pública, obrigações emitidas por empresas e papel comercial).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

As aplicações em instituições de crédito e os créditos a clientes são reconhecidos na data em que os fundos são disponibilizados à contraparte (*settlement date*). Os títulos de dívida são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquiri-los.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação e, subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (nota B1.5.), as quais são registadas por contrapartida da rubrica “Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado”.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de “Juros e proveitos equiparados”, com base no método da taxa de juro efetiva e de acordo com os critérios descritos na nota B3.

Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica “Ganhos/(perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado”.

B1.1. 2. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro; e,
- os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, e em que não se verifique uma retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3, o Banco pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” (FVOCI). Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento, e está apenas disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de instrumento de capital prevista na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação e, subsequentemente, são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumulados em outro rendimento integral são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada “Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas (nota B1.5). As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica “Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, por contrapartida de outro rendimento integral, e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica de “Juros e proveitos equiparados”, com base no método da taxa de juro efetiva e de acordo com os critérios descritos na nota B3.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação e, subsequentemente, são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos ou perdas acumulados registados em “Variações de justo valor” transferidos para “Resultados transitados” no momento do seu desreconhecimento.

B1.1.3. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” (FVPL) se o modelo de negócio definido pelo Banco para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado, nem ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI).

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

O Banco classificou os “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” nas seguintes rubricas:

a) “Ativos financeiros detidos para negociação”

Os ativos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial, fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

b) “Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados”

Nesta rubrica, são classificados os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transações efetuadas pelo Banco no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de “Juros e proveitos equiparados”, com base na taxa de juro efetiva de cada transação, exceto a periodificação dos juros dos derivados de negociação que são registados na rubrica “Ganhos/(perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados”. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação”, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”.

B1.2. Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

B1.3. Modificação e desreconhecimento de ativos financeiros

Princípios gerais

i) O Banco desreconhece um ativo financeiro quando, e apenas quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou,
- transfere o ativo financeiro tal como definido nos pontos ii) e iii) adiante referidos e a transferência satisfaz as condições para o desreconhecimento de acordo com o ponto iv).

ii) O Banco transfere um ativo financeiro se, e apenas se, se verificar uma das seguintes situações:

- transferir os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro; ou,
- reter os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro, mas assumir uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a um ou mais destinatários num acordo que satisfaça as condições previstas no ponto iii).

iii) Quando o Banco retém os direitos contratuais de receber os fluxos resultantes de caixa de um ativo financeiro (designado o “ativo original”), mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a uma ou mais entidades (designados os “destinatários finais”), o Banco trata a transação como uma transferência de um ativo financeiro se, e apenas se, todas as três condições que se seguem forem satisfeitas:

- o Banco não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais, a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original. Os adiantamentos a curto prazo pela entidade com o direito de total recuperação da quantia emprestada, acrescida dos juros vencidos às taxas de mercado, não violam esta condição;
- o Banco está proibido, pelos termos do contrato de transferência, de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e,
- o Banco tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos. Além disso, não tem o direito de reinvestir esses fluxos de caixa, exceto no caso de investimentos em dinheiro ou seus equivalentes (tal como definido na IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa) durante o curto período de liquidação entre a data de recebimento e a data da entrega exigida aos destinatários finais, e os juros recebidos como resultado desses investimentos são passados aos destinatários finais.

iv) Quando o Banco transfere um ativo financeiro (ver ponto ii) acima referido), deve avaliar até que ponto retém os riscos e benefícios decorrentes da propriedade desse ativo. Neste caso:

- se o Banco transferir substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro, desreconhece o ativo financeiro e reconhece separadamente como ativos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos com a transferência;
- se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro, continua a reconhecer o ativo financeiro;
- se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro, deve determinar se reteve o controlo do ativo financeiro. Neste caso:

- a) se o Banco não reteve o controlo, deve desreconhecer o ativo financeiro e reconhecer separadamente como ativos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos com a transferência;
- b) se o Banco reteve o controlo, deve continuar a reconhecer o ativo financeiro na medida do seu envolvimento continuado no ativo financeiro.

v) A transferência dos riscos e benefícios referida no ponto anterior é avaliada por comparação da exposição do Banco, antes e depois da transferência, à variabilidade das quantias e momentos de ocorrência dos fluxos de caixa líquidos resultantes do ativo transferido.

vi) A questão de saber se o Banco reteve ou não o controlo (ver ponto iv) acima referido) do ativo transferido depende da capacidade daquele que recebe a transferência para vender o ativo. Se aquele que recebe a transferência tiver capacidade prática para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessitar de impor restrições adicionais à transferência, considera-se que a entidade não reteve o controlo. Em todos os outros casos, considera-se que a entidade reteve o controlo.

Critérios de desreconhecimento

No contexto dos princípios gerais descritos na secção anterior, e tendo em conta que os processos de alteração de contratos podem conduzir, em algumas circunstâncias, ao desreconhecimento dos ativos financeiros originais e ao reconhecimento de novos ativos (sujeito à identificação do ativo financeiro adquirido ou originado em imparidade de crédito – POCI), o objetivo desta secção é descrever os critérios e circunstâncias que levam ao desreconhecimento de um ativo financeiro.

O Banco considera que uma modificação nos termos e condições de uma exposição de crédito resultará no desreconhecimento da transação e no reconhecimento de uma nova transação quando a modificação se traduzir em pelo menos uma das seguintes condições:

- criação de uma nova exposição que resulta de uma consolidação da dívida, sem que nenhum dos instrumentos desreconhecidos tenha um valor nominal superior a 90% do valor nominal do novo instrumento;
- dupla prorrogação do prazo residual, desde que a prorrogação não seja inferior a 3 anos em relação ao prazo residual no momento da modificação;
- aumento da exposição em mais de 10% em relação ao valor nominal (refere-se ao último valor aprovado na operação sujeito a modificação);
- mudança nas características qualitativas, nomeadamente:

- a) mudança da moeda, a menos que a taxa de câmbio entre a moeda antiga e a nova esteja vinculada ou administrada dentro de limites restritos por lei ou autoridades monetárias relevantes;
- b) exclusão ou adição de uma característica substancial de conversão de capital para um instrumento de dívida, a menos que não seja razoavelmente possível que seja exercido durante o seu prazo;
- c) transferência do risco de crédito do instrumento para outro mutuário, ou uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento.

Crédito abatido ao ativo (write-off)

O Banco reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pelo Banco se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao ativo são registados em contas extrapatrimoniais.

B1.4. Ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os ativos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito (POCI) são ativos que apresentam evidências objetivas de imparidade de crédito no momento do seu reconhecimento inicial. Um ativo está em imparidade de crédito se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo.

Os dois eventos que levam à origem de uma exposição POCI são apresentados como segue:

- ativos financeiros originados na sequência de um processo de recuperação em que se tenham verificado modificações nos termos e condições do contrato original, o qual apresentava evidências objetivas de imparidade que tenham resultado no seu desreconhecimento (nota B1.3) e no reconhecimento de um novo contrato que reflete as perdas de crédito incorridas;
- ativos financeiros adquiridos com um desconto significativo, na medida em que a existência de um desconto significativo reflete perdas de crédito incorridas no momento do seu reconhecimento inicial.

No reconhecimento inicial, os POCI não têm imparidade. Em vez disso, as perdas de crédito esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efetiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto do POCI (saldo inicial) é registado ao justo valor e é igual ao valor contabilístico líquido antes de ser reconhecido como POCI (diferença entre o saldo inicial e o total de cash flows descontados).

B1.5. Perdas por imparidade

B1.5.1. Instrumentos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas por imparidade

O Banco reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros registados nas seguintes rubricas contabilísticas:

B1.5.1.1. Ativos financeiros ao custo amortizado

As perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica “Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado” (em resultados).

B1.5.1.2. Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas em resultados, na rubrica “Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, por contrapartida de outro rendimento integral (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

B1.5.1.3. Compromissos de crédito, créditos documentários e garantias financeiras

As perdas por imparidade associadas a compromissos de crédito, créditos documentários e garantias financeiras são reconhecidas no passivo, na rubrica “Provisões para garantias e outros compromissos”, por contrapartida da rubrica “Outras provisões” (em resultados).

B1.5.2. Classificação dos instrumentos financeiros por stages

← Variação do risco de crédito desde o reconhecimento inicial →			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Critério de classificação	Reconhecimento inicial	Aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	Em situação de imparidade
Perdas por imparidade	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas “lifetime”	

O Banco determina as perdas de crédito esperadas de cada operação em função da deterioração do risco de crédito verificada desde o seu reconhecimento inicial. Para este efeito, as operações são classificadas de acordo com um dos três stages seguidamente referidos:

- Stage 1: são classificadas neste stage as operações em que não se verifica um aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. As perdas por imparidade associadas a operações classificadas neste stage correspondem às perdas de crédito esperadas resultantes de um evento de *default*, que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses);
- Stage 2: são classificadas neste stage as operações em que se verifica um aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial (nota B1.5.3), mas que não estão em situação de imparidade (nota B1.5.4). As perdas por imparidade associadas a operações classificadas neste stage correspondem às perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado das operações (perdas de crédito esperadas “lifetime”);
- Stage 3: são classificadas neste stage as operações em situação de imparidade. As perdas por imparidade associadas a operações classificadas neste stage correspondem a perdas de crédito esperadas “lifetime”.

B1.5.3. Aumento significativo de risco de crédito (SICR)

O aumento significativo do risco de crédito (SICR) é determinado de acordo com um conjunto de critérios maioritariamente quantitativos, mas também qualitativos. Esses critérios baseiam-se principalmente nos graus de risco dos clientes de acordo com a *Rating Master Scale* em vigor no Banco, e na respetiva evolução, com vista a detetar aumentos significativos da Probabilidade de *Default* (PD), complementados com outro tipo de informação na qual se destaca o comportamento dos clientes perante entidades do sistema financeiro.

B1.5.4. Definição de ativos financeiros em *default* e em situação de imparidade

São marcados em *default* e, conseqüentemente, em NPE todos os clientes que verifiquem pelo menos uma das seguintes condições:

a) Atraso de pagamento material superior a 90 dias:

- Montantes de capital, juros ou comissões não pagos na data de vencimento que, cumulativamente, representem:
 - i) mais de Euros 100 (retalho) ou mais de Euros 500 (não-retalho); e,
 - ii) mais de 1% da dívida total (responsabilidades diretas).

Após se verificarem estas duas condições, tem início a contagem de dias de atraso: se foram contados mais de 90 dias consecutivos em que o cliente se encontre nesta situação, é classificado em *default* (ou GR15).

A existência de atraso de pagamento material dá lugar à marcação em *default* (GR15) de todos os titulares da operação (ou das operações).

b) Indícios de baixa probabilidade de pagamento:

- i) Reestruturação de crédito por dificuldades financeiras com perda de valor;
- ii) Atraso após reestruturação por dificuldades financeiras;
- iii) Reincidência de reestruturação por dificuldades financeiras;
- iv) Crédito com sinais de imparidade (ou stage 3 da IFRS 9);
- v) Insolvência ou processo equivalente;
- vi) Contencioso;
- vii) Garantes de operações em incumprimento;
- viii) Vendas de crédito com perda;
- ix) Fraudes de crédito;
- x) Estatuto de crédito não remunerado;
- xi) Quebra de *covenants* de um contrato de crédito;
- xii) Contágio de *default* em grupo económico;
- xiii) *Cross default* no Grupo BCP.

B1.5.5. Estimativa das perdas de crédito esperadas - Análise individual

1. São objeto de análise individual os clientes que se encontrem numa das seguintes condições:

Clientes em <i>default</i>	Clientes em contencioso ou em insolvência, desde que a exposição total dos membros do grupo nessas situações ultrapasse 1 milhão de euros
	Clientes integrados em grupos com exposição superior a 5 milhões de euros, desde que tenham grau de risco 15
Grupos ou clientes que não se encontrem em <i>default</i>	Outros clientes pertencentes a grupos nas condições acima
	Grupos ou clientes com exposição superior a 5 milhões de euros, desde que um membro do grupo tenha grau de risco 14
	Grupos ou clientes com exposição superior a 5 milhões de euros, desde que um membro do grupo tenha um crédito reestruturado e grau de risco 13
	Grupos ou clientes com exposição superior a 10 milhões de euros, desde que pelo menos um dos membros do grupo se encontre em stage 2
	Grupos ou clientes não incluídos nos pontos anteriores, com exposição superior a 25 milhões de euros

2. Independentemente dos critérios descritos no ponto anterior, a análise individual só é realizada para clientes com uma exposição de crédito superior a Euros 500.000, não se considerando clientes com exposição abaixo deste limite para efeitos da determinação da exposição referida no ponto anterior.

3. Serão também sujeitos à análise individual os clientes que não verificam os critérios definidos em 1, mas que:

- tenham imparidade atribuída com base em análise individual na última revisão;
- de acordo com informação recente, mostram uma degradação significativa dos níveis de risco; ou,
- sejam veículos especiais de investimento (SPV).

4. A análise individual contempla os seguintes procedimentos:

- para os clientes que não se encontrem em *default*, análise dos indícios de dificuldades financeiras de modo a determinar se o cliente tem sinais objetivos de imparidade, ou se deve ser classificado em stage 2 atendendo à ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito, considerando para o efeito um conjunto de indícios predeterminados;
- para os clientes em *default* ou para os quais a análise anterior tenha permitido concluir que o cliente tem sinais objetivos de imparidade, determinação da perda.

5. A análise individual é da responsabilidade das direções gestoras do cliente e da Direção de Crédito, esta última no que respeita aos clientes geridos pelas Redes Comerciais.

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados, entre outros, os seguintes fatores:

- a exposição total de cada cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no rating do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

6. Cada uma das unidades referidas no ponto anterior é responsável por atribuir uma expectativa e um prazo de recuperação às exposições relativas aos clientes sujeitos a análise individual, que devem ser transmitidas ao Risk Office no âmbito do processo regular de recolha de informação, acompanhadas por justificação detalhada da imparidade proposta.

7. A expectativa de recuperação deve ser representada por uma taxa de recuperação da exposição total em dívida, que poderá ser uma taxa ponderada tendo em consideração as diferentes perspetivas de recuperação para cada parte das responsabilidades do cliente.

8. A estimativa de recuperação referida no ponto anterior deve ser influenciada por perspetivas futuras (*forward-looking*), contemplando não só um cenário mais expectável, como também cenários alternativos (*an unbiased and probability-weighted amount*). A referida aplicação e ponderação dos cenários deverá ser realizada tanto numa perspetiva global como numa perspetiva individualizada, esta última quando sejam identificados casos que, pela sua especificidade, tenham um grau de incerteza elevado quanto à estimativa de recuperação esperada.

9. O ajustamento macroeconómico disposto no ponto 8 deverá ser analisado anualmente e ponderado de acordo com o tipo de estratégia de recuperação associado à exposição em análise:

- para estratégias de *“Going Concern”* (i.e., a estimativa é realizada com base nos fluxos de caixa do negócio), deverá ser analisada de forma global a possibilidade da aplicação dos dois cenários macroeconómicos adicionais (otimista e pessimista), de modo a aferir se existe o risco de ocorrência de uma visão enviesada das perdas esperadas pela consideração de apenas um cenário;
- para estratégias de *“Gone Concern”* (i.e., a estimativa de recuperação é realizada com base na realização dos colaterais), deverá ser analisado o impacto do cenário macroeconómico nos colaterais, como, por exemplo, em que medida é que o índice imobiliário projetado permite antecipar alterações significativas aos valores de avaliação atuais.

10. É da responsabilidade das unidades referidas no ponto 5 considerar na sua projeção expectativas macroeconómicas que poderão influenciar a recuperabilidade da dívida.

11. Para efeitos do disposto nos pontos anteriores, a Direção de Estudos, Planeamento e ALM deverá divulgar os dados macroeconómicos que permitam a realização das estimativas.

12. A decisão de considerar impactos globais relativos aos cenários going e gone concern deverá ser realizada pelo Comité de Risco, por proposta do Risk Office.

13. Para casos específicos com um elevado grau de incerteza, a atribuição de cenários alternativos deve ser considerada casuisticamente. Exemplos de situações de recuperação com elevado grau de incerteza incluem:

- recuperação de colaterais em geografias nas quais o Banco não tenha experiência de recuperação relevante;
- recuperação de dívida relacionada com geografias em que se verifique uma forte instabilidade política;
- recuperação de colaterais não imobiliários para os quais não exista evidência de liquidez no mercado;
- recuperação de colaterais relacionados com avais ou garantias governamentais em moeda diferente da do próprio país;
- recuperação de dívida relacionada com devedores para os quais exista uma forte exposição pública negativa.

14. O Risk Office é responsável pela revisão da informação recolhida e pelo esclarecimento de todas as inconsistências identificadas, cabendo-lhe a decisão final sobre a imparidade do cliente.

15. Os clientes que tenham sinais objetivos de imparidade, mas um montante de imparidade individual igual a zero, são incluídos na análise coletiva, sendo assumida uma *Probability of Default* (PD) 12 meses equivalente à do grau de risco do cliente.

16. A análise individual de imparidade deve ser realizada com periodicidade mínima anual. No caso de serem detetados sinais de degradação ou de melhoria significativos da situação económico-financeira de um cliente, bem como das condições macroeconómicas que afetem a capacidade do cliente em cumprir com o serviço da dívida, cabe ao Risk Office promover a revisão antecipada da imparidade desse cliente.

B1.5.6. Estimativa das perdas de crédito esperadas - Análise coletiva

As operações que não são sujeitas a análise individual de imparidade são agrupadas tendo em conta as suas características de risco e sujeitas a análise coletiva de imparidade. A carteira de crédito do Banco encontra-se dividida por graus de risco internos e de acordo com os seguintes segmentos:

- a) Segmentos com um histórico reduzido de *defaults*, designados "*low default*". Instituições (bancos/instituições financeiras) e Soberanos;
- b) Segmentos não "*low default*": - Retalho: Habitação; Descobertos bancários; Cartões de crédito; Pequenas e médias empresas – Retalho ("*SME Retail*"); e Outros.

O Banco efetua testes estatísticos de modo a comprovar a homogeneidade dos segmentos acima referidos, com uma periodicidade mínima de um ano.

As perdas de crédito esperadas tratam-se de estimativas de perdas de crédito que são determinadas da seguinte forma:

- ativos financeiros sem sinais de imparidade à data de reporte: o valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- ativos financeiros com sinais de imparidade à data de reporte: a diferença entre o valor bruto contabilístico e o valor atual dos fluxos de caixa estimados;
- compromissos de crédito não utilizados: o valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais resultantes caso o compromisso seja realizado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- garantias financeiras: o valor atual dos pagamentos a reembolsar esperados deduzidos dos valores que o Banco espera recuperar.

Os principais *inputs* utilizados para a mensuração das perdas de crédito esperadas numa base coletiva incluem as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento ("*Probability of Default*" – PD);
- Perda dado o Incumprimento ("*Loss Given Default*" – LGD); e,
- Exposição dado o Incumprimento ("*Exposure at Default*" – EAD).

Estes parâmetros são obtidos através de modelos estatísticos internos e outros dados históricos relevantes, tendo em conta modelos regulamentares já existentes adaptados em função dos requisitos da IFRS 9.

As PD são estimadas com base num determinado período histórico e são calculadas com base em modelos estatísticos. Estes modelos são baseados em dados internos, compreendendo tanto fatores quantitativos, como qualitativos. Caso exista uma alteração do grau de risco da contraparte ou da exposição, a estimativa da PD associada também varia. As PD's são calculadas considerando as maturidades contratuais das exposições.

Os graus de risco são um *input* de elevada relevância para a determinação das PD's associadas a cada exposição.

O Banco recolhe indicadores de performance e *default* acerca das suas exposições de risco de crédito com análises por tipos de clientes e produtos.

A LGD é a magnitude da perda que se espera que ocorra caso a exposição entre em incumprimento. O Banco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em *default* das contrapartes. Os modelos de LGD consideram os colaterais associados, o setor de atividade da contraparte, o tempo em incumprimento, bem como os custos de recuperação. No caso de contratos garantidos por imóveis, os rácios de LTV (*loan-to-value*) são um parâmetro de elevada relevância na determinação da LGD.

A EAD representa a exposição esperada caso a exposição e/ou cliente entre em incumprimento. O Banco obtém os valores de EAD a partir da exposição atual da contraparte e de alterações potenciais ao respetivo valor atual em resultado das condições contratuais, incluindo amortizações e pagamentos antecipados. Para compromissos e garantias financeiras, o valor da EAD considera tanto o valor de crédito utilizado, como a expectativa do valor potencial futuro que poderá ser utilizado de acordo com o contrato.

Como descrito anteriormente, com exceção dos ativos financeiros que consideram uma PD a 12 meses por não apresentarem um aumento significativo do risco de crédito, o Banco calcula o valor das perdas de crédito esperadas tendo em conta o risco de incumprimento durante o período máximo de maturidade contratual do contrato, mesmo que para efeitos da gestão do risco seja considerado um período superior. O período contratual máximo será considerado como o período até à data em que o Banco tem o direito de exigir o pagamento ou terminar o compromisso ou garantia.

O Banco adotou como critério de prazo residual para as operações renováveis, quando em stage 2, o prazo de 5 anos. Este prazo foi determinado com base nos modelos comportamentais deste tipo de produtos aplicados pelo Banco no âmbito da análise de risco de liquidez e taxa de juro (ALM). De acordo com estes modelos, o prazo máximo de *repayment* destas operações são os 5 anos considerados de forma conservadora no âmbito do cálculo de imparidade de crédito.

O Banco aplica modelos de projeção da evolução dos parâmetros mais relevantes para as perdas esperadas de crédito, nomeadamente as probabilidades de *default*, que incorporam informação *forward-looking*. Esta incorporação de informação *forward-looking* é efetuada nos elementos relevantes considerados para o cálculo das perdas esperadas de crédito (ECL).

Em particular as PD *point-in-time* (PDpit) consideradas para a determinação da probabilidade das exposições *performing* à data de referência se tornarem em exposições em incumprimento considera os valores previstos (em cada cenário considerado no cálculo da ECL) para um conjunto de variáveis macroeconómicas. Estas relações foram desenvolvidas especificamente com base na informação histórica do Banco sobre o comportamento deste parâmetro (PDpit) em diferentes cenários económicos, e são distintas por segmento de cliente e grau de risco.

B2. Passivos financeiros

B2.1. Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- “Passivos financeiros ao custo amortizado”;
- “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”.

B2.1.1. Garantias financeiras

Caso não sejam designados ao justo valor através de resultados no momento do reconhecimento inicial, os contratos de garantia financeira são mensurados subsequentemente pelo maior dos seguintes valores:

- a provisão para perdas determinada de acordo com os critérios descritos na nota B1.5;
- o montante reconhecido inicialmente deduzido, quando apropriado, do montante acumulado de rendimentos reconhecidos em conformidade com a IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes.

Os contratos de garantia financeira que não são designados ao justo valor através de resultados são apresentados na rubrica de “Provisões”.

B2.1.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos financeiros que não foram classificados ao justo valor através de resultados, nem correspondem a contratos de garantia financeira, são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui recursos de instituições de crédito, recursos de clientes e títulos de dívida subordinada e não subordinada.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação e, subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de “Juros e custos equiparados”, com base no método da taxa de juro efetiva.

B2.2. Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

B2.3. Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

B3. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” ou “Juros e custos similares” (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (e.g., opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no stage 1 ou 2 são apurados aplicando a taxa de juro efetiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado antes da dedução da respetiva imparidade. Para os ativos financeiros incluídos no stage 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre de forma prospetiva, i.e., para ativos financeiros que entrem em stage 3, os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para ativos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCI), a taxa de juro efetiva reflete as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do ativo financeiro.

C. Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro emitido é classificado como instrumento de capital próprio apenas se (i) o instrumento não incluir qualquer obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o emitente; e, (ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente e for um não derivado que não inclua qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado pelo emitente apenas pela troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Um instrumento de capital, independentemente da sua forma legal, evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Banco são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Banco e os dividendos são pagos pelo Banco numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital próprio (dividendos) são reconhecidos quando a obrigação para o seu pagamento é estabelecida e deduzidos ao capital próprio.

D. Locações (IFRS 16)

Esta norma estabelece os requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- na ótica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação, que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação, à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou das locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

O Banco optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação a curto prazo, i.e., com prazo menor ou igual a um ano, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha pouco valor, considerando para este efeito o montante de Euros 5.000. Foi utilizada, também, a opção de não aplicar esta norma a locações de ativos intangíveis.

Definição de locação

A definição de locação apresenta um enfoque no controlo do ativo identificado, i.e., um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, permitindo obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

Impactos na ótica do locatário

O Banco reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou das locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, deve ter em conta o Net Present Value (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente, é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);
- um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
 - pagamentos fixos, deduzidos dos incentivos à locação a receber;
 - pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
 - as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
 - o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;
 - pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário, a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva *swap*) acrescida de um *spread* de risco do Banco Comercial Português, S.A., aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo, é considerada essa data como data do fim da locação, enquanto que, para os outros contratos sem termo, ou com termos renováveis, é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória, bem como eventuais penalidades económicas associadas ao contrato de locação. Na avaliação da força executória são tidas em consideração as cláusulas particulares dos contratos, bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente, é mensurado da seguinte forma:

- pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;
- a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para refletir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação (e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso) sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

O Banco não efetuou quaisquer ajustamentos para os períodos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o Banco futuramente exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A adoção da norma implica alterações nas demonstrações financeiras do Banco, nomeadamente:

- na demonstração dos resultados:
 - (i) registo em “Margem financeira” do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
 - (ii) registo em “Outros gastos administrativos” dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e,
 - (iii) registo em “Amortizações” do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.
- no balanço:
 - (i) registo em “Outros ativos tangíveis” pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e,
 - (ii) registo em “Outros passivos” pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.
- na demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Fluxos de caixa de atividades operacionais – Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores” inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de ativos de baixo valor, e a rubrica “(Aumento)/Diminuição em outras contas de passivo” inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado nas demonstrações individuais dos fluxos de caixa.

Impacto na ótica do locador

De acordo com a IFRS 16, parágrafo 62, os locadores devem classificar as locações como financeiras ou operacionais.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo subjacente. Uma locação é classificada como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo subjacente.

Impacto da pandemia causada pelo vírus Covid-19

Em 12 outubro de 2020, a União Europeia publicou uma emenda à IFRS 16, associada às concessões nas rendas relacionadas com a Covid-19. Esta emenda permite que os locatários, como expediente prático, tenham a possibilidade de optar por não considerar uma concessão na renda que ocorra por consequência direta da pandemia Covid-19 como uma modificação da locação. Um locatário que recorra a esta opção deverá contabilizar qualquer concessão que ocorra ao nível das rendas da mesma forma que o faria em aplicação da IFRS 16 – Locações, se essa alteração não constituísse uma modificação da locação. Esta emenda não afeta os locadores.

E. Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

De acordo com a IFRS 15, o Banco reconhece a receita associada a serviços e comissões quando (ou à medida que) seja satisfeita uma obrigação de desempenho (*“performance obligation”*) ao transferir um serviço, tendo por base o preço de transação associado a essa obrigação de desempenho. Neste âmbito, o Banco procede às seguintes etapas para o reconhecimento da receita associada a serviços e comissões:

- Reconhecimento (satisfação da obrigação de desempenho): (i) identificação do contrato associado ao serviço prestado e se o mesmo deve estar a ser abrangido pela IFRS 15; (ii) identificação das obrigações de desempenho associadas a cada contrato; (iii) definição do critério para que as obrigações de desempenho sejam satisfeitas, tendo também em consideração os termos contratuais estabelecidos com a contraparte. De acordo com esta definição, um serviço é transferido quando o cliente obtém os benefícios e o controlo associados ao serviço prestado. Neste âmbito, o Banco ainda procede à identificação se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo (*“over time”*) ou num momento exato (*“point in time”*), sendo a receita reconhecida em conformidade.

- Mensuração (preço a reconhecer associado a cada obrigação de desempenho): (i) determinar o preço de transação associado ao serviço prestado, considerando os termos contratuais estabelecidos com a contraparte e as suas práticas comerciais habituais. O preço da transação é o montante da contraprestação (*“amount of consideration”*) à qual o Banco espera ter direito em troca da transferência de serviços prometidos ao cliente, excluindo valores cobrados em nome de terceiros. O Banco inclui no preço da transação parte ou todo o montante estimado da contraprestação variável associada a uma obrigação de desempenho, apenas na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não venha a ocorrer quando a incerteza associada a essa contraprestação variável for posteriormente resolvida; e (ii) alocar o preço de transação a cada um das obrigações de desempenho identificadas no âmbito do contrato estabelecido com o cliente.

De salientar que quando os serviços ou comissões são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota B3).

F. Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, Ganhos/(Perdas) cambiais e Ganhos/(Perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos ao custo amortizado

Estas rubricas incluem os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, as variações de justo valor, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui, igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de ativos financeiros ao custo amortizado.

G. Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração dos resultados, no exercício em que ocorrem.

H. Outros ativos tangíveis

Os “Outros ativos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamentos	4 a 12
Outros ativos tangíveis	3

Sempre que exista um indício de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da vida útil. As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

I. Ativos intangíveis

11. Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento

O Banco não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como gasto no período em que ocorrem.

12. *Software*

O Banco regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras, e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 6 anos. O Banco não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

J. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a “Caixa”, as “Disponibilidades em Bancos Centrais” e as “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

K. Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando: (i) o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido; e, (ii) o Banco pretenda liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. Considerando as atuais operações do Banco, não são efetuadas quaisquer compensações de montante material. No caso de ocorrerem reclassificações de quantias comparativas, é divulgado o disposto da IAS 1.41: (i) a natureza da reclassificação; (ii) a quantia de cada item (ou classe de itens) reclassificado(s); e, (iii) o motivo da reclassificação.

L. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

M. Benefícios a empregados

M1. Plano de benefícios definidos

O Banco tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português.

No seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março, as entidades bancárias passaram a inscrever obrigatoriamente os novos colaboradores no Regime Geral de Segurança Social (RGSS). Estes colaboradores têm como regime base de reforma o RGSS, não tendo no âmbito dos ACT qualquer benefício (plano base). O Banco, no âmbito da sua gestão e recursos humanos, já tinha adotado como regra a inscrição dos novos colaboradores no RGSS desde julho de 2005. No entanto, até à transposição para o ACT das alterações decorrentes do referido Decreto-Lei n.º 54/2009, todos os colaboradores ficaram abrangidos pelo disposto no capítulo de segurança social do ACT, sendo que para os colaboradores que já estavam inscritos no RGSS, o benefício do ACT funcionava como complemento ao RGSS. A partir de 1 de julho de 2009, de acordo com o ACT, todos os novos colaboradores têm apenas o RGSS como regime base de previdência.

Até 2011, a par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Banco tinha assumido a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Banco admitidos até 21 de setembro de 2006 (Plano Complementar). O Banco, no final do exercício de 2012, determinou a extinção (corte) do benefício de velhice do Plano Complementar. Em 14 de dezembro de 2012, o Instituto de Seguros de Portugal (ISP) aprovou formalmente esta alteração ao plano de benefícios do Banco, com efeitos a 1 de janeiro de 2012. O corte do plano foi efetuado, tendo sido atribuído aos colaboradores direitos adquiridos individualizados. Nessa data, o Banco procedeu igualmente à liquidação da respetiva responsabilidade.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Esta integração conduziu a um decréscimo no valor atual dos benefícios totais reportados à idade da reforma a suportar pelo fundo de pensões, estando esse efeito a ser registado de acordo com o método *Projected Unit Credit* durante o tempo médio de vida ativa até se atingir a idade normal de reforma. O apuramento das responsabilidades com pensões, realizado periodicamente pelo atuário, considera este efeito, sendo calculado tendo em conta os pressupostos atuariais em vigor, assegurando que as responsabilidades calculadas com referência a 31 de dezembro de 2010, não considerando o efeito da integração dos empregados bancários no Regime Geral da Segurança Social, encontram-se totalmente cobertas e deduzidas do valor do efeito reconhecido até à data. A componente deste efeito respeitante ao exercício encontra-se reconhecida na rubrica "Custo dos serviços correntes".

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

No final de dezembro de 2016, foi celebrado um acordo de revisão do ACT entre o Grupo BCP e dois sindicatos representativos dos trabalhadores do Grupo, que introduziu alterações no capítulo de Segurança Social e, consequentemente, no plano de pensões financiado pelo Fundo de Pensões do Grupo BCP. O novo ACT foi publicado pelo Ministério do Trabalho no Boletim do Trabalho e do Emprego em 15 de fevereiro de 2017, tendo os respetivos efeitos sido registados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 para os colaboradores associados a estes dois sindicatos.

A negociação com o Sindicato dos Bancários do Norte (SBN), que também esteve envolvido nas negociações do novo ACT, apenas ficou concluída em abril de 2017 com a publicação no Boletim de Trabalho e Emprego, tendo sido registados os efeitos deste novo ACT nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 para os colaboradores associados do SBN.

As alterações mais relevantes ocorridas em 2016 no ACT foram a alteração da idade de reforma (invalidez presumível), que passou dos 65 anos para 66 anos e dois meses em 2016 e a atualização subsequente de mais um mês em cada ano civil, não podendo em qualquer caso ser superior à que estiver em vigor em cada momento no Regime Geral da Segurança Social, a alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para os SAMS e, por último, foi introduzido um novo benefício denominado Prémio Fim de Carreira, que substituiu o Prémio de Antiguidade.

As alterações acima descritas foram enquadradas pelo Banco como uma alteração do plano de pensões nos termos previstos na IAS 19. Como tal, tiveram impacto no valor atual das responsabilidades com serviços prestados e foram reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica "Custos com o pessoal".

Em 2017, após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), foi alterado o contrato constitutivo do Fundo de Pensões do Grupo BCP. Este processo teve, como objetivos essenciais, incorporar no fundo de pensões as alterações introduzidas nos ACT do Grupo em termos de benefícios de reforma, e também passar para o fundo de pensões as responsabilidades que estavam diretamente a cargo das empresas (responsabilidades extra-fundo). O fundo de pensões tem uma quota-parte exclusivamente afeta ao financiamento das referidas responsabilidades, que no âmbito do fundo se denomina Complemento Adicional. O benefício Prémio Fim de Carreira passou também a estar a cargo do fundo de pensões no âmbito do plano base de reforma.

A responsabilidade líquida do Banco com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano e sempre que ocorram flutuações de mercado significativas ou eventos pontuais significativos, tais como alterações no plano, cortes ou liquidações desde a última estimativa. As responsabilidades com serviços passados são calculadas utilizando o método *Projected Unit Credit* e pressupostos atuariais considerados adequados.

As responsabilidades com pensões são calculadas pelo atuário responsável, que se encontra certificado pela ASF.

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano, através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do fundo de pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e, (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento dos ativos do fundo calculado com base na taxa de desconto e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de "Outro rendimento integral".

O Banco reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e, (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os valores a reconhecer na demonstração dos resultados são reconhecidos como custos e proveitos consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma.

Os outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte, são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente por cada empresa do Grupo, incluindo o Banco, de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. No final de cada exercício, de acordo com o Aviso 12/2001 do Banco de Portugal, o financiamento mínimo das responsabilidades tem de ser 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

M2. Revisão das tabelas salariais dos colaboradores no ativo e das reformas em pagamento

Em 2021, prosseguiram as negociações com todos os sindicatos subscritores dos Acordos Coletivos de Trabalho do Grupo, para a conclusão da revisão integral do respetivo clausulado, negociações essas que ainda decorrem.

M3. Planos de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas como um gasto do período quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco tem dois planos de contribuição definida. Um desses planos abrange os colaboradores que tenham sido admitidos até 1 de julho de 2009. Para este plano, designado não contributivo, são efetuadas contribuições do Banco anuais e iguais a 1% da remuneração anual paga aos colaboradores no ano anterior. As contribuições apenas são efetuadas caso sejam cumpridos os seguintes requisitos: (i) o ROE do Banco Comercial Português seja igual ou superior à taxa das obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 5 pontos percentuais e, (ii) existam reservas ou resultados distribuíveis nas contas do Banco Comercial Português.

Um outro plano abrange os colaboradores que tenham sido admitidos após 1 de julho de 2009. Para este plano, designado contributivo, são efetuadas contribuições mensais e iguais a 1,5% da remuneração mensal auferida pelos colaboradores no corrente mês, quer pelo Banco quer pelos próprios colaboradores. Esta contribuição tem carácter obrigatório e está definida nos Acordos Coletivos de Trabalho do Grupo BCP, não tendo subjacente critério de performance.

M4. Remuneração variável paga aos colaboradores

Na política de remunerações para os colaboradores, está previsto um sistema de remuneração variável anual para os colaboradores não abrangidos por sistemas de incentivos comerciais, baseado na avaliação do desempenho de cada colaborador com base em critérios quantitativos e qualitativos, que é efetuada anualmente. Em função dessa avaliação e da remuneração fixa anual de referência para a função exercida, e desde que cumprido um nível mínimo de desempenho do Banco aferido por um conjunto de indicadores quantitativos, é determinado o valor da remuneração variável a atribuir a cada colaborador.

Compete ao Conselho de Administração, nos termos definidos na política de remunerações, fixar os respetivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no período a que dizem respeito.

M5. Planos de remuneração com ações

À data de 31 de dezembro de 2021, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

N. Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), ao Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos, aprovado pela Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto, ao qual aderiu, e a legislação avulsa. Adicionalmente, são registados impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais e relativos a diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de impostos sobre o rendimento sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

A rubrica de “Ativos por impostos diferidos” inclui montantes associados a imparidades de crédito não aceites fiscalmente cujos créditos foram abatidos ao ativo, em função da expectativa de que as utilizações dessas imparidades serão dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável dos períodos de tributação em que se encontrem reunidas as condições legais previstas para a sua dedutibilidade fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e, (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

O Banco cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

No exercício de 2016, o Banco Comercial Português, S.A. optou pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) para efeitos de tributação em sede de IRC para um grupo de sociedades, no qual se inclui o Banco ActivoBank, S.A. Nos exercícios de 2021 e de 2020 foi mantida a aplicação do RETGS.

O. Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O1. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades); (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e, (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Adicionalmente, quando ocorrem reorganizações fundamentais que tenham um efeito material na natureza e foco das operações da empresa, e encontrando-se cumpridos os critérios para reconhecimento de provisões atrás referidos, são reconhecidas provisões para custos de reestruturação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e considerando os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

O2. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

O3. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo enquadrados na norma IAS 37 e divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. O Banco regista um passivo contingente quando:

- i) É uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo do Banco; ou,
- ii) É uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - a) Não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; ou,
 - b) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes identificados são objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

P. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

O Banco ActivoBank é uma entidade autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros, o Banco efetua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, recebe comissões pela mediação de contratos de seguros e de contratos de investimento, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos com as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo recebimento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de "Outros ativos".

Q. Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram efetuadas considerando a melhor informação disponível na data de preparação das demonstrações financeiras, considerando o contexto de incerteza que resulta do impacto do Covid-19 no âmbito económico atual. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Q1. Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, acumulados e reconhecidos no exercício.

Este aspeto assume uma relevância acrescida para efeitos da análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, na qual o Banco considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluindo a estimativa de resultado antes de imposto, ajustamentos à matéria coletável, a evolução da legislação fiscal e a respetiva interpretação. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Banco, nomeadamente da capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados, da evolução da legislação fiscal e da respetiva interpretação.

Os Decretos Regulamentares n.º 5/2016, de 18 de novembro, n.º 11/2017, de 28 dezembro, e n.º 13/2018, de 28 de dezembro, vieram estabelecer os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede de IRC nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, respetivamente. Estes Decretos Regulamentares estabelecem que o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 (Aviso que era relevante para a determinação de provisões para crédito nas demonstrações financeiras apresentadas em NCA) deve ser considerado para efeitos de apuramento dos limites máximos das perdas por imparidade aceites para efeitos fiscais em 2016, 2017 e 2018, respetivamente.

A Lei n.º 98/2019, de 4 de setembro, veio estabelecer o regime fiscal das imparidades de crédito e das provisões para garantias para os períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019, prevendo a aproximação entre as regras contabilísticas e fiscais para efeitos da dedutibilidade dos gastos com o reforço das imparidades de crédito. Até ao final do exercício de 2023 continuarão a ser aplicadas as regras em vigor até 2018, salvo se for exercida antecipadamente a opção pela aplicação do novo regime.

Independentemente da opção antes referida, a aplicação do novo regime será obrigatória nos exercícios de 2022 e/ou 2023 nas seguintes circunstâncias:

- no exercício de 2022, se, a partir de 1 de janeiro de 2022, o Banco distribuir dividendos relativos a esse exercício ou adquirir ações próprias, sem que tenha ocorrido uma redução dos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial em pelo menos 10% face ao valor registado em 31 de dezembro de 2018;
- no exercício de 2023, se, a partir de 1 de janeiro de 2023, o Banco distribuir dividendos relativos a esse exercício ou adquirir ações próprias, sem que tenha ocorrido uma redução dos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial em pelo menos 20% face ao valor registado em 31 de dezembro de 2018.

No apuramento do lucro tributável do exercício de 2020 e na estimativa de lucro tributável de 2021 foi considerada a manutenção das regras fiscais em vigor até 2018, uma vez que não foi exercida a opção pela aplicação do novo regime.

Na sequência das alterações previstas na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, no âmbito do Orçamento Suplementar para 2020, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais em Portugal passou a ser de 14 anos para os prejuízos de 2014, 2015 e 2016 e de 7 anos para os prejuízos fiscais de 2017, 2018 e 2019; os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2020 e de 2021 têm um prazo de reporte de 12 anos, podendo ser deduzidos até 2032 e 2033, respetivamente. O limite de dedução dos prejuízos fiscais passa de 70% para 80%, quando a diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Nas projeções de lucros tributáveis futuros, nomeadamente para efeitos na análise de recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos realizada com referência a 31 de dezembro de 2021, foi considerada a aproximação entre as regras contabilísticas e fiscais previstas na referida Lei n.º 98/2019, de 4 de setembro, assumindo-se o não exercício antecipado da sua aplicação durante o período de adaptação de cinco anos nela previsto, bem como as alterações ao nível da utilização de prejuízos fiscais previstas na referida Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho.

O lucro tributável ou prejuízo fiscal apurado pelo Banco pode ser corrigido pela administração fiscal portuguesa no prazo de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou utilizado crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito. O Banco registou provisões ou passivos por impostos diferidos no montante que considera adequado para fazer face às correções de imposto ou dos prejuízos fiscais de que foi objeto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela administração fiscal.

Q2. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores, tais como a taxa de desconto, as taxas de crescimento das pensões e dos salários e as tábuas de mortalidade, que têm impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Conforme definido pela IAS 19, a taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades do fundo de pensões do Banco é determinada com base numa análise efetuada sobre as yields de mercado, de um universo de emissões de obrigações – que o Banco considera terem elevada qualidade (baixo risco), maturidades diversas (adequadas ao prazo de liquidação das responsabilidades do fundo) e denominadas em Euros – respeitantes a um leque diversificado e representativo de emitentes.

Q3. Instrumentos financeiros – IFRS 9

Q3.1. Classificação e mensuração

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Banco determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspetos: a forma como o desempenho dos ativos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos ativos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos ativos.

O Banco monitoriza os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objetivo do modelo de negócio definido para esses ativos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pelo Banco do modelo de negócio dos ativos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e, conseqüentemente, uma alteração prospetiva da classificação desses ativos financeiros.

Q3.2. Perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado e instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

Aumento significativo do risco de crédito:

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de *default* num horizonte temporal de 12 meses para os ativos em stage 1, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em stages 2 e 3. Um ativo é classificado em stage 2 sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, o Banco tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

No sentido de ir de encontro aos *guidelines* dos Supervisores, nomeadamente no que respeita à identificação e mensuração do risco de crédito no contexto da pandemia Covid-19, o Banco procedeu ao registo de imparidades adicionais em relação aos modelos em vigor de cálculo de imparidade coletiva (*overlays*).

O exercício efetuado teve por base uma análise de migrações de clientes identificados como de maior risco para stage 2 e stage 3, sendo o maior impacto no segmento de particulares.

Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns:

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

Definição do número e ponderação relativa da informação prospetiva para cada tipo de produto/mercado e determinação de informação prospetiva relevante:

Na estimativa das perdas de crédito esperadas, o Banco utiliza informação prospetiva razoável e sustentável que é baseada em pressupostos sobre a evolução futura de diferentes drivers económicos e a forma como cada um dos drivers impacta os restantes.

Probabilidade de incumprimento:

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas e corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras. O Banco assume, para exposições a entidades do Grupo, uma probabilidade de incumprimento nula.

Perda dado o incumprimento:

Corresponde a uma estimativa da perda num cenário de incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os que o Banco espera receber, por via dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente ou dos colaterais do crédito. O apuramento da estimativa de perda dado o incumprimento tem por base, entre outros aspetos, os diferentes cenários de recuperação, informação histórica, os custos envolvidos no processo de recuperação e a estimativa de valorização dos colaterais associados às operações de crédito.

R. Eventos subsequentes

O Banco analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão. Neste âmbito, podem ser identificados dois tipos de eventos:

- i) aqueles que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e,
- ii) aqueles que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que não sejam considerados eventos ajustáveis, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2. Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Juros e proveitos equiparados		
Juros de ativos financeiros ao custo amortizado		
Aplicações em instituições de crédito	1.367.333	1.004.167
Créditos a clientes	8.608.431	7.751.267
Títulos de dívida	14.411.038	15.016.879
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(221.811)	138.192
Juros de outros ativos	-	11
	24.164.991	23.910.516
Juros e custos equiparados		
Juros de depósitos e outros recursos	(708.874)	(1.033.093)
	23.456.117	22.877.423

A rubrica "Juros de ativos financeiros ao custo amortizado - Aplicações em instituições de crédito" regista os juros recebidos de aplicações do Banco junto do Banco Comercial Português, S.A. (BCP), contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.B3.

A rubrica "Juros de ativos financeiros ao custo amortizado - Créditos a clientes" incorpora o montante de Euros 71.805 (31 de dezembro de 2020: Euros 45.089), conforme nota 18, relativo ao ajustamento nos juros de clientes classificados em stage 3, no âmbito da aplicação da IFRS 9.

No exercício de 2021, a rubrica de "Juros e proveitos equiparados" inclui o montante de Euros 592.685 (31 de dezembro de 2020: Euros 521.327) relativo a proveitos de clientes com sinais de imparidade.

3. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
SIBS, S.G.P.S., S.A.	39.979	45.188
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	63.290	42.939
	103.269	88.127

Esta rubrica corresponde a dividendos recebidos durante os exercícios de 2021 e 2020.

4. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Serviços e comissões recebidas		
Por garantias prestadas	1.550.084	1.639.263
Por compromissos perante terceiros	200	325
Por serviços bancários prestados	7.724.151	5.701.777
Operações sobre títulos	1.239.710	1.294.380
Gestão e manutenção de contas	22.923	15.966
Outras comissões	12.121.681	5.423.448
	22.658.749	14.075.159
Serviços e comissões pagas		
Por garantias recebidas	(274)	-
Por serviços bancários prestados por terceiros	(1.072.324)	(1.085.540)
Outras comissões	(40.697)	(65.227)
	(1.113.295)	(1.150.767)
	21.545.454	12.924.392

A rubrica "Serviços e comissões recebidas - Por serviços bancários prestados" inclui as comissões cobradas pelo Banco no âmbito dos Contratos de Distribuição celebrados com diversas sociedades gestoras de ativos financeiros. Estes contratos preveem o pagamento de comissões de gestão, de subscrição e resgate, de acordo com as condições específicas acordadas com cada entidade. Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica inclui o montante de Euros 1.233.930 (31 de dezembro de 2020: Euros 934.316) relativo a comissões de gestão.

A rubrica "Serviços e comissões recebidas - Por serviços bancários prestados" inclui o montante de Euros 757.786 (31 de dezembro de 2020: Euros 577.526), relativo a comissões de mediação de seguros.

A rubrica "Serviços e comissões recebidas - Outras comissões" inclui o montante de Euros 12.084.025 (31 de dezembro de 2020: Euros 5.380.217), relativo a comissões de rede cobradas ao Banco Comercial Português, S.A. por intermediação de operações de crédito à habitação.

5. Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Ganhos / (perdas) cambiais		
Lucros	66.441	-
Prejuízos	-	(32.093)
	<u>66.441</u>	<u>(32.093)</u>
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	(164.786)	(4.220)
Ganhos / (perdas) em operações financeiras ao justo valor através de resultados		
Resultados em ativos financeiros não detidos para negociação		
obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	(1.037)	118
	<u>(99.382)</u>	<u>(36.195)</u>

6. Outros proveitos/(custos) de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Proveitos		
Prestação de serviços	17.991	21.588
Venda de cheques e outros	42.939	32.172
Outros proveitos de exploração	6.379	102.310
	<u>67.309</u>	<u>156.070</u>
Custos		
Impostos	(343.691)	(319.745)
Donativos e quotizações	(52.880)	(57.365)
Contribuição sobre o Setor Bancário	(268.430)	(236.038)
Contribuição para o Fundo de Resolução	(117.946)	(97.822)
Contribuição para o Fundo Único de Resolução	(50.000)	(50.000)
Outros custos de exploração	(570.646)	(581.827)
	<u>(1.403.593)</u>	<u>(1.342.797)</u>
	<u>(1.336.284)</u>	<u>(1.186.727)</u>

A rubrica "Contribuição sobre o Setor Bancário" é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço, deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*), e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósito; e, (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica "Contribuição para o Fundo de Resolução" corresponde a contribuições periódicas obrigatórias para o Fundo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013. As contribuições periódicas são calculadas de acordo com uma taxa base a aplicar em cada ano, determinada pelo Banco de Portugal, por instrução, podendo ser ajustada em função do perfil de risco da instituição, sobre a base de incidência objetiva das referidas contribuições. As contribuições periódicas incidem sobre o passivo das instituições participantes do Fundo, definido nos termos do Artigo 10.º do referido Decreto-Lei, deduzido dos elementos do passivo que integram os fundos próprios de base e complementares e dos depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos.

A rubrica "Contribuição para o Fundo Único de Resolução" corresponde a contribuição anual *ex ante* efetuada pelo Banco para suportar a aplicação de medidas de resolução a nível da União Europeia. O Fundo Único de Resolução foi estabelecido pelo Regulamento (UE) n.º 806/2014 (o "Regulamento do Fundo"). O Fundo Único de Resolução é financiado por contribuições *ex ante* efetuadas anualmente, a nível individual, por todas as instituições de crédito no seio da União Bancária. As contribuições para o Fundo Único de Resolução tomam em consideração o nível-alvo anual, bem como a dimensão e o perfil de risco das instituições.

Ao apurar as contribuições *ex ante*, o Fundo Único de Resolução aplica a metodologia disposta no Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/63 da Comissão e no Regulamento (UE) n.º 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho. A contribuição anual para o Fundo é baseada no passivo das instituições, excluindo os fundos próprios e depósitos cobertos, e considerando ajustamentos decorrentes de derivados e passivos intra-grupo, assim como um fator de ajustamento pelo risco que depende do perfil de risco da instituição.

Com base no Artigo 67.º (4) do Regulamento do Fundo e no Acordo Relativo à Transferência e Mutualização das Contribuições para o Fundo Único de Resolução, as contribuições *ex ante* são recolhidas pelas autoridades de resolução nacionais e transferidas para o Fundo Único de Resolução até ao dia 30 de junho de cada ano.

A rubrica "Outros custos de exploração" inclui, no exercício de 2021, o montante de Euros 4.647 (31 de dezembro de 2020: Euros 3.719) relativo às contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos. Esta rubrica inclui, ainda, o montante de Euros 444.171 (31 de dezembro de 2020: Euros 326.225) relativo a custos com bolsas de estudo e estágios.

7. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Remunerações	6.578.250	6.264.941
Encargos sociais obrigatórios		
Fundo de Pensões e outros benefícios (nota 33)		
Custo normal	(186.255)	(162.487)
Custo/(proveito) dos juros	12.976	23.391
Alterações Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)	(47.769)	(98.050)
	(221.048)	(237.146)
Outros encargos sociais obrigatórios	1.784.532	1.682.714
	1.563.484	1.445.568
Encargos sociais facultativos	135.463	149.302
Outros custos	80.079	1.289
	8.357.276	7.861.100

Em 31 de dezembro de 2020, no âmbito dos aumentos salariais registados em setembro de 2020 com efeitos retroativos desde 1 de janeiro de 2020, acordados entre o Banco e os sindicatos, o Banco registou um impacto em "Custos com o pessoal" no montante de Euros 28.963, incluindo os encargos sociais obrigatórios (Segurança Social e SAMS), conforme descrito na política contabilística 1.M2.

O efetivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2021	2020
Direcção	17	13
Enquadramento	31	33
Específicas/Técnicas	85	84
Outras funções	53	55
	186	185

Remunerações

Em cumprimento do disposto no Artigo 47.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, divulga-se informação quantitativa referente à remuneração paga a diferentes categorias de membros de órgãos sociais e categorias de colaboradores previstas no n.º 2 do Artigo 115.ºC do RGICS, bem como a informação prevista nas alíneas g) a i) do artigo 450.º do Regulamento (EU) 2019/876 do Parlamento Europeu e do Conselho.

A. Conselho de Administração do ActivoBank

As remunerações pagas e encargos sociais suportados com os membros do Conselho de Administração do ActivoBank, S.A. são analisados como segue:

	Conselho de Administração	
	2021	2020
Remunerações fixas	295.774	212.590
Remunerações variáveis:		
Pecuniária	7.526	7.650
Ações	5.096	3.632
Diferida	6.076	1.013
Benefícios pós-emprego	(25.237)	(2.427)
Outros encargos sociais obrigatórios	73.290	52.625
	362.525	275.083
N.º de beneficiários	2	2

Tendo presente que a remuneração dos membros da Comissão Executiva e Administradores em regime de exclusividade tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções é deduzido ao valor da remuneração fixa anual paga pelo Banco, assegurando que o valor efetivamente pago corresponde ao montante aprovado pelo Conselho de Remunerações e Previdência.

Em 2021, foi atribuída remuneração variável decorrente da aplicação das Políticas de Remunerações para os membros dos órgãos de administração e para os Colaboradores, aprovada para o exercício de 2020 nos termos descritos na Política Contabilística 1.M4.

No exercício de 2021, foram pagas remunerações variáveis diferidas ao Conselho de Administração relativas ao ano de 2020 em numerário, no montante de Euros: 1.470, e ações relativas aos anos de 2020 e 2019 correspondendo a Euros 4.606.

Em 2020, as remunerações variáveis diferidas pagas são referentes a ações do ano 2019.

No ano de 2021, foi atribuída remuneração variável diferida ao longo de um período de 5 anos, no valor de Euros 7.379.

Durante os exercícios de 2021 e de 2020, não foram pagas indemnizações por cessação de funções a membros do Conselho de Administração.

B. Colaboradores titulares de funções essenciais (Key Function Holders - KFH)

No exercício de 2021, as remunerações pagas e encargos sociais suportados com KFH do ActivoBank, por segmentos, são analisados como segue:

	2021			
	Retail	Funções controlo	Outros	Total
Remunerações fixas	123.322	153.628	293.565	570.515
Remunerações variáveis:				
Pecuniária	26.447	8.574	27.066	62.087
Benefícios pós-emprego	(11.791)	(13.010)	(6.921)	(31.722)
Outros encargos sociais obrigatórios	38.620	40.251	83.282	162.153
	176.598	189.443	396.992	763.033
N.º de beneficiários	3	2	6	11

São considerados colaboradores titulares de funções essenciais (KFH) os Elementos-Chave de Gestão, que correspondem aos diretores de 1.ª linha que reportam diretamente ao Conselho de Administração e os restantes colaboradores cujas atividades profissionais têm um impacto significativo no perfil de risco do Banco.

Nos termos descritos nas Políticas Contabilísticas 1.M4, no exercício de 2021 foi atribuída aos KFH remuneração variável decorrente da aplicação das Políticas de Remunerações para os Colaboradores, aprovada para o exercício de 2020.

No exercício de 2020, as remunerações pagas e encargos sociais suportados com KFH do ActivoBank, por segmentos, são analisados como segue:

(Euros)				
2020				
	Retailho	Funções controlo	Outros	Total
Remunerações fixas	111.018	56.162	342.203	509.383
Remunerações variáveis:				
Pecuniária	13.329	1.760	33.804	48.893
Benefícios pós-emprego	(12.232)	(2.451)	(9.668)	(24.351)
Outros encargos sociais obrigatórios	31.699	14.766	95.082	141.547
	143.814	70.237	461.421	675.472
N.º de beneficiários	3	1	6	10

Nos termos descritos nas Políticas Contabilísticas 1.M4, no exercício de 2020 foi atribuída aos KFH remuneração variável decorrente da aplicação das Políticas de Remunerações para os Colaboradores, aprovada para o exercício de 2019.

No exercício de 2021 e 2020, o Banco não tem colaboradores titulares de funções essenciais (KFH) com remunerações superiores a Euros 1 milhão.

8. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

(Euros)		
	2021	2020
Água, energia e combustíveis	116.676	108.015
Material de consumo corrente	22.295	43.537
Rendas e alugueres	273	2.841
Comunicações	25.862	34.994
Deslocações, estadas e representações	12.594	27.213
Publicidade	2.429.772	2.281.657
Conservação e reparação	39.924	41.785
Estudos e consultas	143.709	104.550
Informática	391.203	309.073
Outsourcing e trabalho independente	7.207.133	6.131.872
Outros serviços especializados	815.308	614.452
Formação de pessoal	6.420	1.751
Seguros	24.995	21.516
Contencioso	85.150	41.224
Transportes	882	2.383
Outros fornecimentos e serviços	232.031	188.734
	11.554.227	9.955.597

A rubrica "Rendas e alugueres" não inclui, nos exercícios de 2021 e de 2020, montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de ativos de baixo valor, conforme descrito na política contabilística 1.D.

A rubrica "Outros serviços especializados" inclui os honorários (excluindo IVA) relativos a serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas do Banco no âmbito das suas funções de revisão legal de contas, bem como outros serviços, tendo em conta a data de início em 2 de maio de 2016, conforme segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Serviços de auditoria		
Serviços de revisão legal	40.000	30.030
Outros serviços de garantia de fiabilidade	29.850	22.508
Outros serviços	29.750	-
	<u>99.600</u>	<u>52.538</u>

9. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Ativos intangíveis (nota 22)		
<i>Software</i>	100.136	119.173
Outros ativos tangíveis (nota 21)		
Imóveis	211.741	263.544
Equipamento		
Mobiliário	9.664	9.909
Máquinas	30.497	30.052
Equipamento informático	190.870	182.277
Instalações interiores	1.389	1.891
Viaturas	34.143	33.427
Equipamento de segurança	1.996	2.405
Direito de uso	1.337.817	1.346.111
	<u>1.818.117</u>	<u>1.869.616</u>
	<u>1.918.253</u>	<u>1.988.789</u>

10. Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Crédito concedido a clientes		
Dotação do exercício (nota 18)	3.163.902	1.965.196
Recuperações de crédito e de juros	(34.592)	(24.347)
	<u>3.129.310</u>	<u>1.940.849</u>

11. Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Dotação do período	234.851	-
Reversão do período	(88)	(2.069)
	<u>234.763</u>	<u>(2.069)</u>

12. Imparidade de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Imparidade de outros ativos (nota 24)		
Reversão do exercício	-	(596)
	<u>-</u>	<u>(596)</u>

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	(Euros)	
	2021	2020
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do exercício (nota 26)	69.179	44.083
	69.179	44.083

14. Resultados de alienação de outros ativos

Os "Resultados de alienação de outros ativos" referem-se a mais e menos valias decorrentes da venda de imóveis afetos à exploração (nota 21).

15. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Caixa	240.100	200.500
	240.100	200.500

A rubrica "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" inclui, nomeadamente, o saldo junto do Banco de Portugal, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 1% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

Adicionalmente, a partir do período de contagem de reservas iniciado em 30 de outubro de 2019, o BCE introduziu o regime de *tiering*, em que o saldo junto do Banco Central em excesso sobre as reservas mínimas de caixa, até um máximo calculado de 6 vezes as reservas, é remunerado à taxa de cedência do banco central ao invés da taxa de depósito.

Em junho de 2008, o Banco de Portugal, através da sua carta DMR/2008/003728, autorizou o Banco Comercial Português, S.A. a constituir reservas mínimas de caixa para o Banco ActivoBank, S.A. Assim, conforme referido na nota 24, as reservas mínimas de caixa foram constituídas de forma indireta pelo Banco Comercial Português, S.A.

16. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Em instituições de crédito no país	188.327.814	205.915.415
Em instituições de crédito no estrangeiro	-	677.994
Valores a cobrar	208	3.533
	188.328.022	206.596.942

A rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito - Em instituições de crédito no país" regista essencialmente o saldo de contas de depósitos à ordem do Banco junto do Banco Comercial Português, S.A.

17. Aplicações em instituições de crédito

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(Euros)	
	2021	2020
Até 3 meses	1.200.034.444	1.150.051.556
	1.200.034.444	1.150.051.556

Esta rubrica refere-se integralmente a aplicações do Banco junto do Banco Comercial Português, S.A. (nota 34).

18. Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Crédito com garantias reais	1.014.677	1.073.008
Crédito com outras garantias	19.447.204	16.893.799
Crédito sem garantias	121.949.555	103.340.998
Crédito sobre o estrangeiro	1.424.827	909.851
	143.836.263	122.217.656
Crédito vencido - menos de 90 dias	123.101	71.374
Crédito vencido - mais de 90 dias	3.065.908	2.769.473
	147.025.272	125.058.503
Imparidade para riscos de crédito	(4.316.972)	(2.830.748)
	142.708.300	122.227.755

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o crédito a clientes refere-se essencialmente a crédito a particulares.

As rubricas "Crédito com garantias reais" e "Crédito com outras garantias" seguem as seguintes tipologias de garantias consideradas:

- "Crédito com garantias reais": Colaterais financeiros, colaterais físicos (móveis ou imóveis) e valores a receber (consignação de rendimentos);
- "Crédito com outras garantias": Garantias *first-demand* emitidas por bancos ou outras entidades e avales pessoais.

A análise do crédito a clientes por tipo de operação é a seguinte:

	(Euros)	
	2021	2020
Crédito em conta corrente	2.139.760	2.011.704
Descobertos em depósitos à ordem	732.898	721.536
Empréstimos	140.963.605	119.484.416
	143.836.263	122.217.656
Crédito vencido - menos de 90 dias	123.101	71.374
Crédito vencido - mais de 90 dias	3.065.908	2.769.473
	147.025.272	125.058.503
Imparidade para riscos de crédito	(4.316.972)	(2.830.748)
	142.708.300	122.227.755

A análise do crédito a clientes por prazos de maturidade, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	(Euros)	
	2021	2020
Até 3 meses	24.192.407	18.610.495
3 meses a 1 ano	2.099.332	1.572.062
1 a 5 anos	70.764.024	55.987.465
Mais de 5 anos	46.780.500	46.047.634
Crédito vencido	3.189.009	2.840.847
	147.025.272	125.058.503

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	2.830.748	1.193.191
Dotação do exercício em margem financeira (nota 2)	71.805	45.089
Transferências	(121.956)	-
Dotação do exercício (nota 10)	3.163.902	1.965.196
Utilização de imparidade		
Crédito abatido ao ativo (Write-offs)	(1.195.508)	(372.728)
Cessões de crédito	(432.019)	
Saldo em 31 de dezembro	4.316.972	2.830.748

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a redução de imparidade é registada por contrapartida de resultados.

A anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e, para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. A referida anulação é realizada pela utilização de perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A carteira de crédito total que inclui, para além do crédito a clientes, as garantias e os avales prestados, detalhada por stage segundo definido na IFRS 9, é apresentada como segue:

	(Euros)	
	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020
Crédito total	453.504.423	439.861.256
Stage 1		
Valor bruto	406.692.451	398.235.678
Imparidade	(269.267)	(141.187)
	406.423.184	398.094.491
Stage 2		
Valor bruto	38.278.579	34.442.148
Imparidade	(649.735)	(496.994)
	37.628.844	33.945.154
Stage 3		
Valor bruto	8.533.393	7.183.430
Imparidade	(3.533.598)	(2.192.798)
	4.999.795	4.990.632
	449.051.823	437.030.277

A carteira de crédito total inclui, em 31 de dezembro de 2021, o crédito concedido a clientes no montante de Euros 147.025.272 (31 de dezembro de 2020: Euros 125.058.503) e as garantias e avales prestados (nota 31) no montante de Euros 306.479.151 (31 de dezembro de 2020: Euros 314.802.753).

As rubricas de imparidade foram determinadas de acordo com o referido na política contabilística descrita na nota 1.B1.5, incluindo a provisão para garantias e outros compromissos (nota 26), associada a garantias e avales prestados, no montante de Euros 347 (31 de dezembro de 2020: Euros 231).

A análise da exposição coberta por colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes, por stage conforme definido na IFRS 9, considerando o seu justo valor, é apresentada como segue:

	(Euros)	
	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020
Stage 1		
Títulos e outros ativos financeiros	1.104.001	898.619
Imóveis residenciais	147	470
Outros imóveis	13.347	751
Outras garantias	10.724.691	9.196.870
	11.842.186	10.096.710
Stage 2		
Títulos e outros ativos financeiros	22.460	218.310
Outros imóveis	39.640	47.752
Outras garantias	1.303.584	820.208
	1.365.684	1.086.270
Stage 3		
Títulos e outros ativos financeiros	-	4.433
Outras garantias	362.988	180.814
	362.988	185.247
	13.570.858	11.368.227

A rubrica "Outras garantias" refere-se a garantias *first-demand* emitidas por bancos ou outras entidades com grau de risco interno 7 ou melhor, assim como a avals pessoais, quando os avalistas se encontrarem classificados com grau de risco interno 7 ou melhor.

A desagregação dos créditos reestruturados, por setor de atividade, é a seguinte:

	2021			2020		
	Crédito reestruturado	Imparidade	Crédito líquido	Crédito reestruturado	Imparidade	Crédito líquido
Alimentação, bebidas e tabaco	496	-	496	859	(266)	593
Máquinas, equipamento e metalurgias de base	9.403	(223)	9.180	-	-	-
Comércio a retalho	54.453	(28.162)	26.291	-	-	-
Comércio por grosso	10.789	(166)	10.623	-	-	-
Restaurantes e hotéis	44.191	(21.308)	22.883	7.749	(3.880)	3.869
Transportes	6.758	(992)	5.766	8.849	(3.040)	5.809
Correios	13.531	(2.468)	11.063	-	-	-
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	27.772	(388)	27.384	2.627	(1)	2.626
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1.112	(18)	1.094	3.202	(210)	2.992
Educação	2.579	(8)	2.571	-	-	-
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	8.072	(636)	7.436	1.634	(375)	1.259
Outros serviços	-	-	-	2.765	(23)	2.742
Crédito ao consumo	2.459.733	(499.622)	1.960.111	722.694	(168.325)	554.369
	2.638.889	(553.991)	2.084.898	750.379	(176.120)	574.259

A desagregação dos créditos reestruturados em 31 de dezembro de 2021, por medida de reestruturação, é a seguinte:

(Euros)

	2021					
	Número de operações	Crédito vincendo	Crédito vencido	Crédito bruto	Imparidade	Crédito líquido
Alargamento do prazo de reembolso	39	185.782	11.773	197.554	(28.139)	169.415
Introdução do período de carência de capital e/ou juros	53	569.102	3.401	572.503	(40.936)	531.567
Redução da taxa de juro	95	358.588	31.021	389.609	(79.751)	309.858
Alteração do plano de pagamentos	4	32.587	-	32.587	(1.486)	31.101
Perdão da dívida	1	-	979	979	(979)	-
Outros créditos reestruturados	225	1.332.001	113.656	1.445.657	(402.699)	1.042.958
	417	2.478.059	160.830	2.638.889	(553.990)	2.084.899

A desagregação dos créditos reestruturados em 31 de dezembro de 2020, por medida de reestruturação, é a seguinte:

(Euros)

	2020					
	Número de operações	Crédito vincendo	Crédito vencido	Crédito bruto	Imparidade	Crédito líquido
Alargamento do prazo de reembolso	12	85.663	507	86.170	(8.628)	77.542
Introdução do período de carência de capital e/ou juros	7	87.191	-	87.191	(18.486)	68.705
Redução da taxa de juro	58	169.845	53.336	223.181	(53.880)	169.301
Alteração do plano de pagamentos	1	742	-	742	(6)	736
Perdão da dívida	4	17.924	3.207	21.131	(1.845)	19.286
Outros créditos reestruturados	74	298.608	33.356	331.964	(93.275)	238.689
	156	659.973	90.406	750.379	(176.120)	574.259

Os créditos reestruturados são ainda objeto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

O Banco implementou um processo para marcação de operações reestruturadas por dificuldades financeiras dos clientes. Essa marcação faz parte do processo de análise do crédito, estando a cargo dos respetivos órgãos de decisão, de acordo com as correspondentes competências, estabelecidas nos normativos em vigor.

A informação sobre operações reestruturadas por dificuldades financeiras está disponível nos sistemas de informação do Banco, tendo um papel relevante nos processos de análise de crédito, na marcação de clientes em *default* e no processo de determinação da imparidade. Em particular:

- existem diversos *triggers* de *default* relacionados com reestruturações por dificuldades financeiras (reestruturação com perda de valor, reincidência de reestruturação, incumprimento em clientes com operações reestruturadas);
- no processo de análise individual de imparidade, para além da existência de operações reestruturadas por dificuldades financeiras constituir motivo para seleção do cliente, é determinada a perda inerente à alteração das condições decorrente da reestruturação.

A desmarcação de uma operação apenas pode ter lugar decorridos pelo menos 2 anos após a data de marcação, desde que se verifique um conjunto de condições que permitam concluir pela melhoria da condição financeira do cliente. No caso de créditos marcados como NPE, esse período de 2 anos apenas terá início na data da classificação do crédito como *performing*.

A definição de *Non Performing Loans* há mais de 90 dias (NPL > 90) incorpora o total de crédito (vencido mais vincendo) associado a operações vencidas há mais de 90 dias.

São marcados em *default* e, conseqüentemente, em *Non Performing Exposure* (NPE) todos os clientes que verifiquem pelo menos uma das seguintes condições:

- Atraso de pagamento material superior a 90 dias nos montantes de capital, juros ou comissões não pagos na data de vencimento que, cumulativamente, representem:

- Mais de 100 euros (retalho) ou mais de 500 euros (não-retalho); e,
- Mais de 1% da dívida total (responsabilidades diretas).

- Indícios de baixa probabilidade de pagamento:

a) Reestruturação de crédito por dificuldades financeiras com perda de valor; b) Atraso após reestruturação por dificuldades financeiras; c) Reincidência de reestruturação por dificuldades financeiras; d) Crédito com sinais de imparidade (ou Stage 3 da IFRS 9); e) Insolvência ou processo equivalente; f) Contencioso; g) Garantes de operações em incumprimento; h) Vendas de crédito com perda; i) Fraudes de crédito; j) Estatuto de crédito não remunerado; k) Quebra de *covenants* de um contrato de crédito; l) Contágio de *default* em grupo económico; m) *Cross default* no Grupo BCP.

19. Títulos de dívida

Esta rubrica é analisada como segue:

	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020
(Euros)		
Títulos de dívida detidos não associados a operações de crédito		
Obrigações de outros emissores		
BCP Obrigações janeiro 2026 (*)	364.742.970	364.940.660
Obrigações BCP Sênior fevereiro 2027	351.305.442	351.459.111
	716.048.412	716.399.771

(*) As obrigações "BCP Obrigações janeiro 2026" têm natureza sênior e preferencial e são remuneradas à taxa Euribor 6M + 3,5% por ano.

A análise dos títulos de dívida por maturidade, com referência a 31 de dezembro de 2021, é a seguinte:

	2021				Crédito vencido	Total
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Entre um e cinco anos	Superior a cinco anos		
(Euros)						
Títulos de dívida detidos não associados a operações de crédito						
De outros emissores						
BCP Obrigações janeiro 2026	-	-	364.742.970	-	-	364.742.970
Obrigações BCP Sênior fevereiro 2027	-	-	-	351.305.442	-	351.305.442
	-	-	364.742.970	351.305.442	-	716.048.412

A análise dos títulos de dívida por maturidade, com referência a 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

	2020				Crédito vencido	Total
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Entre um e cinco anos	Superior a cinco anos		
(Euros)						
Títulos de dívida detidos não associados a operações de crédito						
De outros emissores						
BCP Obrigações janeiro 2026	-	-	-	364.940.660	-	364.940.660
Obrigações BCP Sênior fevereiro 2027	-	-	-	351.459.111	-	351.459.111
	-	-	-	716.399.771	-	716.399.771

20. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

As rubricas de "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" e de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" são analisadas como segue:

	(Euros)	
	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de capital		
Fundo de Compensação do Trabalho - IGFCSS IP Sociedade Gestora	14.103	10.140
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos		
Obrigações de emissores públicos nacionais		
OT 2.875% 15/15.10.2025	847.083	874.668
OT 3.85% 05/15.04.2021	-	832.168
OT 2.875% 16/21.07.2026	635.859	-
	1.482.942	1.706.836
Obrigações de emissores públicos estrangeiros		
French Republic Treasury Bill 0.00% 10.08.2022	200.828.000	-
French Republic Treasury Bill 0.00% 02.11.2022	301.695.000	-
	502.523.000	-
Instrumentos de capital		
Ações		
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	483.256	470.106
SIBS, S.G.P.S., S.A.	1.977.274	2.304.928
	2.460.530	2.775.034
	506.480.575	4.492.010

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, com referência a 31 de dezembro de 2021, é a seguinte:

	(Euros)				
	2021				
	Custo amortizado (a)	Imparidade	Valor líquido	Variação de justo valor (nota 30)	Total
Instrumentos de dívida					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1.472.922	-	1.472.922	10.020	1.482.942
Estrangeiros	502.584.971	-	502.584.971	(61.971)	502.523.000
Instrumentos de capital					
Ações de empresas					
Nacionais	1.285.701	-	1.285.701	1.174.829	2.460.530
	505.343.594	-	505.343.594	1.122.878	506.466.472

(a) Inclui juro corrido

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, com referência a 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

(Euros)

	2020				Total
	Custo amortizado (a)	Imparidade	Valor líquido	Varição de justo valor (nota 30)	
Instrumentos de dívida					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1.685.914	-	1.685.914	20.922	1.706.836
Instrumentos de capital					
Ações de empresas					
Nacionais	1.285.701	-	1.285.701	1.489.333	2.775.034
	2.971.615	-	2.971.615	1.510.255	4.481.870

(a) Inclui juro corrido

Em 31 de dezembro de 2021, a imparidade acumulada associada à carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ascende a Euros 235.750 e encontra-se registada por contrapartida da rubrica "Reservas de justo valor" (31 de dezembro de 2020: Euros 987).

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por maturidade, em 31 de dezembro de 2021, é a seguinte:

(Euros)

	2021					Total
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Entre um e cinco anos	Superior a cinco anos	Indeterminado	
Instrumentos de dívida						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	-	1.482.942	-	-	1.482.942
Estrangeiros	-	502.523.000	-	-	-	502.523.000
Instrumentos de capital						
Ações de empresas						
Nacionais	-	-	-	-	2.460.530	2.460.530
	-	502.523.000	1.482.942	-	2.460.530	506.466.472

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por maturidade, em 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

(Euros)

	2020					Total
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Entre um e cinco anos	Superior a cinco anos	Indeterminado	
Instrumentos de dívida						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	832.168	-	874.668	-	1.706.836
Instrumentos de capital						
Ações de empresas						
Nacionais	-	-	-	-	2.775.034	2.775.034
	-	832.168	-	874.668	2.775.034	4.481.870

21. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Imóveis	3.182.062	3.182.062
Equipamento		
Mobiliário	201.265	200.717
Máquinas	327.844	326.724
Equipamento informático	1.147.428	1.077.056
Instalações interiores	30.448	30.448
Viaturas	223.251	256.659
Equipamento de segurança	27.785	27.785
Direito de uso	7.307.502	6.874.251
	12.447.585	11.975.702
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(1.818.117)	(1.869.616)
Relativas a exercícios anteriores	(6.388.493)	(4.573.479)
	(8.206.610)	(6.443.095)
	4.240.975	5.532.607

Os movimentos da rubrica "Outros ativos tangíveis" durante o ano de 2021 são analisados como segue:

	(Euros)				
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 dezembro
Imóveis	3.182.062	-	-	-	3.182.062
Equipamento					
Mobiliário	200.717	548	-	-	201.265
Máquinas	326.724	1.120	-	-	327.844
Equipamento informático	1.077.056	81.004	(10.632)	-	1.147.428
Instalações interiores	30.448	-	-	-	30.448
Viaturas	256.659	42.358	(75.766)	-	223.251
Equipamento de segurança	27.785	-	-	-	27.785
Direito de uso	6.874.251	433.251	-	-	7.307.502
	11.975.702	558.281	(86.398)	-	12.447.585
Amortizações acumuladas					
Imóveis	(2.587.027)	(211.741)	-	-	(2.798.768)
Equipamento					
Mobiliário	(153.016)	(9.664)	-	-	(162.680)
Máquinas	(159.652)	(30.497)	-	-	(190.149)
Equipamento informático	(840.420)	(190.870)	10.559	-	(1.020.731)
Instalações interiores	(19.795)	(1.389)	-	-	(21.184)
Viaturas	(79.819)	(34.143)	44.041	-	(69.921)
Equipamento de segurança	(12.644)	(1.996)	-	-	(14.640)
Direito de uso	(2.590.720)	(1.337.817)	-	-	(3.928.537)
	(6.443.093)	(1.818.117)	54.600	-	(8.206.610)
	5.532.609	(1.259.836)	(31.798)	-	4.240.975

Os movimentos da rubrica "Outros ativos tangíveis" durante o ano de 2020 são analisados como segue:

	(Euros)				
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 dezembro
Imóveis	3.182.062	-	-	-	3.182.062
Equipamento					
Mobiliário	200.717	-	-	-	200.717
Máquinas	321.069	5.655	-	-	326.724
Equipamento informático	1.061.332	15.724	-	-	1.077.056
Instalações interiores	30.448	-	-	-	30.448
Viaturas	269.748	39.900	(52.989)	-	256.659
Equipamento de segurança	27.785	-	-	-	27.785
Direito de uso	6.641.146	233.105	-	-	6.874.251
	11.734.307	294.384	(52.989)	-	11.975.702
Amortizações acumuladas					
Imóveis	(2.323.482)	(263.544)	-	-	(2.587.026)
Equipamento					
Mobiliário	(143.107)	(9.909)	-	-	(153.016)
Máquinas	(129.599)	(30.052)	-	-	(159.651)
Equipamento informático	(658.144)	(182.277)	-	-	(840.421)
Instalações interiores	(17.905)	(1.891)	-	-	(19.796)
Viaturas	(89.561)	(33.427)	43.168	-	(79.820)
Equipamento de segurança	(10.239)	(2.405)	-	-	(12.644)
Direito de uso	(1.244.610)	(1.346.111)	-	-	(2.590.721)
	(4.616.647)	(1.869.616)	43.168	-	(6.443.095)
	7.117.660	(1.575.232)	(9.821)	-	5.532.607

22. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Ativos intangíveis		
<i>Software</i>	407.638	374.802
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(100.136)	(119.173)
Relativas a exercícios anteriores	(184.077)	(120.621)
	(284.213)	(239.794)
	123.425	135.008

Os movimentos da rubrica "Ativos intangíveis" durante o ano de 2021 são analisados como segue:

	(Euros)				
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 dezembro
Ativos intangíveis					
<i>Software</i>	374.802	88.554	(55.718)	-	407.638
Amortizações acumuladas					
<i>Software</i>	(239.794)	(100.136)	55.718	-	(284.212)
	135.008	(11.582)	-	-	123.426

Os movimentos da rubrica "Ativos intangíveis" durante o ano de 2020 são analisados como segue:

	(Euros)				
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Aliações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 dezembro
Ativos intangíveis					
<i>Software</i>	488.827	8.349	(122.374)	-	374.802
Amortizações acumuladas					
<i>Software</i>	(242.995)	(119.173)	122.374	-	(239.794)
	245.832	(110.824)	-	-	135.008

23. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:

	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura (a)						
Benefícios a empregados	30.961	-	30.961	32.928	-	32.928
	30.961	-	30.961	32.928	-	32.928
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura						
Perdas por imparidade	649.360	-	649.360	388.060	-	388.060
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	16.417	312.182	(295.765)	-	397.799	(397.799)
	665.777	312.182	353.595	388.060	397.799	(9.739)
Total dos impostos diferidos	696.738	312.182	384.556	420.988	397.799	23.189
Compensação entre impostos diferidos ativos e passivos	(312.182)	(312.182)	-	(388.058)	(388.058)	-
Impostos diferidos líquidos	384.556	-	384.556	32.930	9.741	23.189

(a) Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos

Em 5 de novembro de 2014 foi deliberada a adesão do Banco ao Regime Especial aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, aplicável aos ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e de variações patrimoniais negativas com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados.

O Regime Especial é aplicável àqueles gastos e variações patrimoniais negativas contabilizados nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015, bem como aos ativos por impostos diferidos registados nas contas anuais relativas ao último período de tributação anterior àquela data e à parte dos gastos e variações patrimoniais negativas que lhes estejam associados. Nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, este regime especial não é aplicável aos gastos e às variações patrimoniais negativas com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016 nem aos ativos por impostos diferidos a estes associados.

O Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos prevê um enquadramento opcional e com possibilidade de renúncia subsequente, nos termos do qual:

- Os gastos e variações patrimoniais negativas com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados abrangidos pelo mesmo são deduzidos, nos termos e condições previstos no Código do IRC e em legislação fiscal avulsa relevante, até à concorrência do lucro tributável do período de tributação apurado antes dessas deduções. Os gastos e variações patrimoniais negativas não deduzidos em resultado da aplicação do referido limite são deduzidos nos períodos de tributação subsequentes, com o mesmo limite. Os ativos por impostos diferidos associados aos gastos e variações patrimoniais negativas nestas condições ascendem a Euros 30.961 (31 de dezembro de 2020: Euros 23.221);

- Em certas situações (as de resultado líquido negativo nas contas individuais anuais ou de liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada judicialmente ou revogação da respetiva autorização), os ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial são convertidos em créditos tributários, em parte ou na totalidade. Nas situações de resultado líquido negativo, a conversão é efetuada em função da proporção entre o montante do resultado líquido negativo do período e o total dos capitais próprios, devendo ainda ser constituída uma reserva especial correspondente a 110% do crédito tributário e, em simultâneo, constituídos direitos de conversão atribuíveis ao Estado de valor equivalente, direitos esses que podem ser adquiridos pelos acionistas mediante pagamento ao Estado desse mesmo valor. Os créditos tributários poderão ser compensados com dívidas tributárias dos beneficiários (ou de entidade com sede em Portugal do mesmo perímetro de consolidação prudencial) ou reembolsados pelo Estado.

O enquadramento legal antes descrito foi densificado pela Portaria n.º 259/2016, de 4 de outubro, sobre o controlo e utilização dos créditos tributários, e pela Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro, que estabelece as condições e procedimentos para a aquisição por parte dos acionistas dos referidos direitos do Estado. A Lei n.º 98/2019, de 4 de setembro, estabeleceu um prazo máximo para que os referidos direitos do Estado sejam adquiridos pelos acionistas, findo o qual o órgão de administração do banco emitente é obrigado a promover o registo do aumento de capital pelo montante que resultar do exercício dos direitos de conversão. Na sequência desta legislação, entre outros aspetos, os referidos direitos estão sujeitos a um direito de aquisição por parte dos acionistas na data de criação dos direitos do Estado, exercível em períodos que serão estabelecidos pelo Conselho de Administração até 3 anos após a data da confirmação da conversão do ativo por imposto diferido em crédito tributário pela Autoridade Tributária. O banco emitente deve depositar a favor do Estado o montante do preço correspondente à totalidade dos direitos emitidos, no prazo de 3 meses a contar da data da confirmação da conversão do ativo por imposto diferido em crédito tributário. Tal depósito será resgatado quando e na medida em que os direitos do Estado sejam adquiridos pelos acionistas, ou exercidos pelo Estado.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

A taxa de imposto corrente é analisada como segue:

Descrição	2021	2020
Taxa de IRC	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual (sobre o lucro tributável)		
De mais de 1.500.000 até 7.500.000 Euros	3,0%	3,0%
De mais de 7.500.000 até 35.000.000 Euros	5,0%	5,0%
Mais de 35.000.000 Euros	9,0%	9,0%

A taxa dos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais é de 21% (31 de dezembro 2020: 21%).

A taxa média dos impostos diferidos associados a diferenças temporárias é de 26,34% (31 de dezembro de 2020: 26,34%).

Na sequência das alterações previstas na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, no âmbito do Orçamento Suplementar para 2020, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais em Portugal passou a ser de 14 anos para os prejuízos de 2014, 2015 e 2016 e de 7 anos para os prejuízos fiscais de 2017, 2018 e 2019. Os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2020 e de 2021 têm um prazo de reporte de 12 anos, podendo ser deduzidos até 2032 e 2033, respetivamente. O limite de dedução dos prejuízos fiscais passa de 70% para 80%, quando a diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

No exercício de 2016, o Banco Comercial Português, S.A. optou, enquanto sociedade dominante, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) para um grupo de sociedades, no qual se inclui o Banco ActivoBank, S.A.

Em 2021, optou-se por não refletir em cada uma das sociedades abrangidas pelo RETGS o efeito da compensação entre lucros tributáveis e prejuízos fiscais, pelo que o imposto sobre o rendimento foi apurado pelo Banco, a nível individual, como se não fosse aplicável o regime.

O Banco reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros tributáveis futuros. Em função desta avaliação, não existem impostos diferidos não reconhecidos.

Na sequência da publicação do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal, as entidades que apresentavam as suas demonstrações financeiras em Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), emitidas pelo Banco de Portugal, passaram a aplicar as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia.

Na sequência desta alteração, nas demonstrações financeiras do Banco, a carteira de crédito concedido, garantias prestadas e outras operações de natureza análoga passaram a estar sujeitas ao registo de perdas por imparidade calculadas de acordo com os requisitos previstos nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS 39 até 31 de dezembro de 2017 e IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2018), em substituição do registo de provisões para risco específico e para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95.

Os Decretos Regulamentares n.º 5/2016, de 18 de novembro, n.º 11/2017, de 28 de dezembro, e n.º 13/2018, de 28 de dezembro, vieram estabelecer os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede de IRC nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, respetivamente. Estes Decretos Regulamentares estabelecem que o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 (aviso relevante para a determinação de provisões para crédito nas demonstrações financeiras apresentadas em NCA) deve ser considerado para efeitos de apuramento dos limites máximos das perdas por imparidade aceites para efeitos fiscais em 2016, 2017 e 2018, respetivamente.

A Lei n.º 98/2019, de 4 de setembro, veio estabelecer o regime fiscal das imparidades de crédito e das provisões para garantias para os períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019, prevendo a aproximação entre as regras contabilísticas e fiscais para efeitos da dedutibilidade dos gastos com o reforço das imparidades de crédito. Até ao final de 2023, continuarão a ser aplicadas as regras em vigor até 2018, salvo se for exercida antecipadamente a opção pela aplicação do novo regime.

Independentemente da opção antes referida, a aplicação do novo regime será obrigatória nos exercícios de 2022 e/ou 2023 nas seguintes circunstâncias:

- no exercício de 2022, se, a partir de 1 de janeiro de 2022, o Banco distribuir dividendos relativos a esse exercício ou adquirir ações próprias, sem que tenha ocorrido uma redução dos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial em pelo menos 10% face ao valor registado em 31 de dezembro de 2018;
- no exercício de 2023, se, a partir de 1 de janeiro de 2023, o Banco distribuir dividendos relativos a esse exercício ou adquirir ações próprias, sem que tenha ocorrido uma redução dos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo Regime Especial em pelo menos 20% face ao valor registado em 31 de dezembro de 2018.

Na determinação do lucro tributável de exercício de 2020 e na estimativa de lucro tributável por referência a 31 de dezembro de 2021 foi considerada a manutenção das regras fiscais em vigor até 2018, uma vez que não foi exercida a opção pela aplicação do novo regime.

O Banco cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

O impacto do imposto sobre o rendimento nos resultados e em outras rubricas da situação líquida do Banco é analisado como segue:

	2021		2020	
	Resultado do exercício	Reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Reservas e resultados transitados
(Euros)				
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura (a)				
Benefícios a empregados	-	(1.967)	-	(1.968)
	-	(1.967)	-	(1.968)
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura				
Perdas por imparidade	261.300	-	202.728	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	102.034	-	(108.889)
Outros	-	-	(1.975)	-
	261.300	102.034	200.753	(108.889)
	261.300	100.067	200.753	(110.857)
Impostos correntes				
Relativos ao exercício (b)	(5.154.706)	9.765	(940.556)	291.276
Correções de exercícios anteriores	23.059	(259)	(187.108)	141.616
	(5.131.647)	9.506	(1.127.664)	432.892
	(4.870.347)	109.573	(926.911)	322.035

(a) Impostos diferidos associados a gastos e a variações patrimoniais negativas abrangidos pelo Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto). Nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, este regime especial não é aplicável aos gastos e às variações patrimoniais negativas contabilizados nos períodos de tributação que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016, nem aos ativos por impostos diferidos a estes associados.

(b) O imposto em reservas respeita a realidades reconhecidas em reservas que concorrem para efeitos do apuramento do lucro tributável.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Resultado antes de impostos	18.406.098	12.887.523
Taxa de imposto corrente	26,34%	26,34%
Imposto esperado	(4.848.166)	(3.394.573)
Impacto do regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a)	-	2.685.775
Contribuição sobre o setor bancário	(70.705)	(62.172)
Efeito da diferença de taxa de imposto e do imposto diferido não reconhecido anteriormente	(29.771)	50.732
Gastos não dedutíveis e outras correções	67.898	(4.623)
Correções de exercícios anteriores	23.059	(189.084)
Tributação autónoma	(12.662)	(12.969)
Total dos impostos sobre o rendimento	(4.870.347)	(926.914)
Taxa efetiva	26,46%	7,19%

(a) Em 2021, os efeitos do apuramento da matéria coletável de acordo com o RETGS não foram refletidos no apuramento do imposto corrente do exercício de cada uma das sociedades do Grupo.

24. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021	2020
Devedores	23.987.359	19.044.469
Outras imobilizações financeiras	7.500	7.500
Outros impostos a recuperar	82.672	79.065
Empresas do Grupo BCP	913.466	754.190
Outros proveitos a receber	530.917	378.220
Despesas antecipadas	2.918	-
Responsabilidades com benefícios pós-emprego (nota 33)	2.005.865	693.048
Contas diversas	138.479	123.040
	27.669.176	21.079.532

No âmbito da carta DMR/2008/00378 emitida pelo Banco de Portugal e conforme referido na nota 15, a rubrica "Devedores" inclui o montante de Euros 23.980.400 (31 de dezembro de 2020: Euros 19.041.600) relativo à constituição indireta de reservas mínimas de caixa pelo Banco Comercial Português, S.A.

A rubrica "Outros proveitos a receber" inclui a periodificação das comissões de gestão no âmbito dos contratos de distribuição celebrados com diversas sociedades gestoras de ativos financeiros, assim como comissões de rede cobradas a empresas do Grupo e outras instituições seguradoras.

25. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021			2020		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos de clientes:						
Depósitos à ordem	1.533.312.342	-	1.533.312.342	1.163.872.652	-	1.163.872.652
Depósitos a prazo	-	1.042.238.191	1.042.238.191	-	897.745.311	897.745.311
Depósitos de poupança	-	415.700	415.700	-	559.054	559.054
Cheques e ordens de pagamento		1.202.640	1.202.640	517.227	-	517.227
	1.533.312.342	1.043.856.531	2.577.168.873	1.164.389.879	898.304.365	2.062.694.244

Nos termos da Lei, o Fundo de Garantia de Depósitos tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras que fazem parte deste, até ao montante máximo de Euros 100.000 por depositante e por instituição, em caso de indisponibilidade de depósitos. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(Euros)	
	2021	2020
Depósitos à ordem	1.533.312.342	1.163.872.652
Depósitos a prazo e de poupança		
Até 3 meses	430.170.394	384.441.606
3 meses até 6 meses	306.670.996	267.444.924
6 meses até 1 ano	205.573.846	184.984.244
1 ano até 5 anos	100.238.655	61.433.591
	1.042.653.891	898.304.365
Outros		
Até 3 meses	1.202.640	517.227
	1.202.640	517.227
	2.577.168.873	2.062.694.244

26. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Provisão para garantias e outros compromissos (nota 18)	135.628	66.449
Outras provisões para riscos e encargos	318.351	318.351
	453.979	384.800

Os movimentos da "Provisão para garantias e outros compromissos" são analisados como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	66.449	22.366
Dotação do exercício (nota 13)	69.179	44.083
Saldo em 31 de dezembro	135.628	66.449

Os movimentos das "Outras provisões para riscos e encargos" são analisados como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	318.351	318.351
Transferências	-	-
Saldo em 31 de dezembro	318.351	318.351

27. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Credores:		
Fornecedores	450.172	415.974
Rendas a pagar	3.114.728	3.942.609
Outros credores	1.951.860	2.307.976
Férias e subsídios de férias a pagar	1.034.735	953.378
Outros custos a pagar	1.364.076	1.227.392
Setor Público Administrativo	540.094	404.424
Receitas antecipadas	343.781	350.710
Contas diversas	616.734	58.481
	9.416.180	9.660.944

O saldo da rubrica "Outros credores" corresponde essencialmente a montantes de cartões pré-pagos.

O Banco possui diversos contratos de locação operacional de imóveis, sendo registado na rubrica "Rendas a pagar" o valor dos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16, conforme descrito na política contabilística 1.D. A análise desta rubrica, por maturidade, é a seguinte:

	(Euros)	
	2021	2020
Até 1 ano	229.816	336.097
1 ano até 5 anos	1.103.078	1.520.166
Mais de 5 anos	1.913.436	2.277.676
	3.246.330	4.133.939
Custos a periodificar em margem financeira	(131.602)	(191.330)
	3.114.728	3.942.609

28. Capital

No âmbito do projeto de cisão-fusão ocorrido em 2001, mencionado na nota 1.A, o Banco procedeu a uma redução de capital de Euros 90.000.000 para Euros 17.500.000, mediante a extinção de 14.500.000 ações com valor unitário de Euros 5. Ainda no âmbito da cisão-fusão, foi efetuada a alteração do valor nominal das ações do Banco, passando o capital a estar representado por 17.500.000 ações de valor nominal de Euro 1.

À data de 31 de julho de 2002, a BCP Investment B.V. adquiriu as 17.500.000 ações representativas de 100% do capital social do Banco ActivoBank, S.A.

Durante o exercício de 2002, o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 6.000.000, pela emissão de seis milhões de novas ações com o valor nominal de Euro 1 cada. Este aumento de capital foi inteiramente subscrito pela BCP Investment B.V., que detinha a totalidade do capital nessa data.

Durante o exercício de 2011, o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 17.500.000, pela emissão de 17.500.000 novas ações com valor nominal de Euro 1 cada. Este aumento de capital foi inteiramente subscrito pela BCP Investment B.V., que detinha a totalidade do capital nessa data. Após esta operação, o capital do Banco passou a ser de Euros 41.000.000, representado por 41.000.000 ações de Euro 1 cada. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Em maio de 2014, concretizou-se uma redução de capital do Banco de Euros 41.000.000 para Euros 17.500.000, para cobertura de resultados transitados negativos e outras reservas. Após esta operação, o capital do Banco passou a ser representado por 17.500.000 ações de Euro 1 cada. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado.

À data de 18 de dezembro de 2017, o Banco Comercial Português, S.A. adquiriu as 17.500.000 ações representativas de 100% do capital social do Banco ActivoBank, S.A.

A 14 de dezembro de 2018, o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 47.000.000. A operação foi realizada em dinheiro pelo único acionista, Banco Comercial Português, S.A, ascendendo o seu capital social a Euros 64.500.000.

Em 24 de janeiro de 2020, o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 36.500.000, através da emissão de 36.500.000 novas ações, com valor nominal de Euro 1 cada. Este aumento de capital foi integralmente realizado em dinheiro pelo acionista único, Banco Comercial Português, S.A, ascendendo o seu capital social a Euros 101.000.000.

Em 6 de julho de 2021, foi deliberado aumentar o capital do Banco no montante de Euros 26.600.000, através da emissão de 26.600.000 novas ações, com valor nominal de Euro 1 cada. Este aumento de capital foi integralmente realizado em dinheiro pelo acionista único, Banco Comercial Português, S.A. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o capital social do Banco ascende a Euros 127.600.000.

29. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

30. Outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Variações de justo valor - Bruto		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (nota 20)		
Instrumentos de dívida	(51.951)	20.922
Instrumentos de capital	1.174.829	1.489.333
	<u>1.122.878</u>	<u>1.510.255</u>
Impostos		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (nota 20)		
Instrumentos de dívida	13.684	(5.509)
Instrumentos de capital	(309.450)	(392.292)
	<u>(295.766)</u>	<u>(397.801)</u>
	<u>827.112</u>	<u>1.112.454</u>
Reservas e resultados acumulados		
Reserva legal (nota 29)	6.750.578	5.554.517
Outras reservas e resultados acumulados	46.604.556	35.026.039
Reservas e resultados acumulados	<u>53.355.134</u>	<u>40.580.556</u>

As "Variações de justo valor" correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.B.

A variação da rubrica "Reserva legal" é analisada na nota 29.

A movimentação da rubrica "Variação de justo valor - Bruto" durante o exercício de 2021 é apresentada como segue:

	(Euros)			
	2021			
	Saldo em 31 dezembro 2020	Imparidade	Movimento	Saldo em 31 dezembro
BT República Francesa 21/10.08.2022	-	93.721	(124.514)	(30.793)
BT República Francesa 21/02.11.2022	-	140.786	(171.963)	(31.177)
OT 3.85% 05/15.04.2021	5.055	(479)	(4.576)	-
OT 2.875 PCT 15/15.10.2025	15.867	198	(5.695)	10.370
OT 2.875 PCT 16/21.07.2026	-	537	(888)	(351)
SIBS, S.G.P.S., S.A.	1.393.525	-	(327.654)	1.065.871
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	95.808	-	13.150	108.958
	<u>1.510.255</u>	<u>234.763</u>	<u>(622.140)</u>	<u>1.122.878</u>

A movimentação da rubrica "Variação de justo valor - Bruto" durante o exercício de 2020 é apresentada como segue:

	Saldo em 31 dezembro 2019	2020		Saldo em 31 dezembro
		Imparidade	Movimento	
OT 4.8% 10/15.06.2020	159.485	(2.856)	(156.629)	-
OT 3.85% 05/15.04.2021	20.322	361	(15.628)	5.055
OT 2.875 PCT 15/15.10.2025	(3.355)	426	18.796	15.867
SIBS, S.G.P.S., S.A.	824.597	-	568.928	1.393.525
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	95.808	-	-	95.808
	1.096.857	(2.069)	415.467	1.510.255

31. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2021	2020
Garantias e avales prestados (nota 18)	306.479.151	314.802.753
Garantias e avales recebidos	20.868.809	17.852.635
Compromissos perante terceiros	104.999.528	230.766.761
Compromissos assumidos por terceiros	32.655.577	29.643.260
Valores recebidos em depósito	408.620.510	327.355.453
Valores depositados na Central de Valores (*)	1.618.997.562	1.033.703.533
Outras contas extrapatrimoniais	(33.127.481)	(34.200.250)

(*) O aumento desta rubrica é explicado pela subscrição de "BCP Obrigações janeiro 2026", conforme nota 19, no montante de Euros 360.000.000.

Os montantes de "Garantias e avales prestados" e de "Compromissos perante terceiros" são analisados como segue:

	2021	2020
Garantias e avales prestados		
Garantias e avales	306.479.151	314.802.753
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	-	150.000.000
Linhas de crédito irrevogáveis	76.170	-
Outros compromissos irrevogáveis	1.151.606	1.087.116
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	97.031.352	72.413.273
Facilidades em descobertos de conta	6.740.400	7.266.372
Outros compromissos revogáveis	-	-
	104.999.528	230.766.761

As "Garantias e avales prestados" podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Banco presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa. As responsabilidades estimadas são registadas na rubrica "Provisões" (nota 26).

Adicionalmente, a rubrica "Garantias e avales prestados - Garantias e avales" inclui, a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o montante de Euros 226.319.033, relativo a duas garantias bancárias emitidas pelo Banco, em nome do Banco Comercial Português, S.A., no âmbito de dois processos fiscais relativos ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos exercícios de 2006 e 2005.

Os "Compromissos irrevogáveis" constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como "Garantias e outros compromissos" estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística 1.B.

A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

32. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de pricing do Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo, a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Banco.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais e disponibilidades em outras instituições de crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é considerado uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito e depósitos de instituições de crédito

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Esta atualização é efetuada como referido com base na taxa de mercado prevalecente para o prazo de cada fluxo de caixa adicionado do spread médio da produção dos 3 meses mais recentes do mesmo. Para os elementos com sinais de imparidade o valor líquido de imparidade destas operações é considerado como uma estimativa razoável do fair value destes considerando a avaliação económica que é realizada no apuramento desta imparidade.

A taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pelo Banco em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do período).

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Para os créditos com sinais de imparidade, o valor líquido de imparidade destas operações é considerado como uma estimativa razoável do seu fair value, considerando a avaliação económica que é realizada no apuramento desta imparidade.

A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro) e o Spread atual do Banco para cada tipo de crédito. Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes face à data de reporte.

Créditos a clientes sem maturidade definida e débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do período) e o spread atual do Banco (calculado como o spread médio da produção do mesmo instrumento nos 3 meses mais recentes). Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes.

Em 31 de dezembro de 2021, as taxas médias de desconto para as rubricas "Aplicações em instituições de crédito", "Créditos a clientes" e "Recursos de clientes", detalhadas por moeda, são analisadas conforme segue:

	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a clientes	Recursos de clientes
EUR	-0,21%	6,22%	-0,18%
USD	n.a.	n.a.	0,61%
GBP	n.a.	n.a.	0,82%
Taxa média de desconto	-0,21%	6,22%	-0,18%

Em 31 de dezembro de 2020, as taxas médias de desconto para as rubricas "Aplicações em instituições de crédito", "Créditos a clientes" e "Recursos de clientes", detalhadas por moeda, são analisadas conforme segue:

	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a clientes	Recursos de clientes
EUR	-0,17%	5,97%	-0,17%
USD	n.a.	n.a.	0,60%
GBP	n.a.	n.a.	0,49%
Taxa média de desconto	-0,17%	5,97%	-0,17%

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard (Black-Scholes, Black, Ho e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2021, a tabela com as taxas de juro utilizadas no apuramento das curvas de taxa de juro das principais moedas, nomeadamente EUR, USD, GBP e PLN, utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco:

	Moedas			
	EUR	USD	GBP	PLN
1 dia	-0,59%	0,11%	0,19%	1,99%
7 dias	-0,59%	0,14%	0,21%	1,99%
1 mês	-0,56%	0,14%	0,25%	2,13%
2 meses	-0,56%	0,16%	0,32%	2,28%
3 meses	-0,56%	0,21%	0,38%	2,44%
6 meses	-0,54%	0,33%	0,56%	2,74%
9 meses	-0,51%	0,47%	0,76%	2,89%
1 ano	-0,49%	0,52%	0,89%	3,71%
2 anos	-0,30%	0,92%	1,20%	3,93%
3 anos	-0,15%	1,15%	1,30%	3,88%
5 anos	0,02%	1,34%	1,29%	3,74%
7 anos	0,13%	1,45%	1,24%	3,63%
10 anos	0,30%	1,56%	1,21%	3,54%
15 anos	0,49%	1,68%	1,18%	3,74%
20 anos	0,55%	1,74%	1,15%	3,86%
30 anos	0,48%	1,72%	1,10%	3,86%

O quadro seguinte resume, com referência a 31 de dezembro de 2021, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores:

	2021				
	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	240.100	240.100	240.100
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	188.328.022	188.328.022	188.328.022
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.200.034.444	1.200.034.444	1.200.848.815
Crédito a clientes	-	-	142.708.300	142.708.300	144.290.079
Títulos de dívida	-	-	716.048.412	716.048.412	677.976.212
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados					
	14.103	-	-	14.103	14.103
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral					
	-	506.466.472	-	506.466.472	506.466.472
	14.103	506.466.472	2.247.359.278	2.753.839.853	2.718.163.803
Passivo					
Recursos de clientes					
	-	-	2.577.168.873	2.577.168.873	2.577.427.891
	-	-	2.577.169.918	2.577.169.918	2.577.428.936

O quadro seguinte resume, com referência a 31 de dezembro de 2020, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores:

	(Euros)				
	2020				
	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de outro rendimento integral	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	200.500	200.500	200.500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	206.596.942	206.596.942	206.596.942
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.150.051.556	1.150.051.556	1.150.675.840
Crédito a clientes	-	-	122.227.755	122.227.755	122.181.026
Títulos de dívida	-	-	716.399.771	716.399.771	678.327.571
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Ativos financeiros não detidos para negociação					
obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	10.140	-	-	10.140	10.140
Ativos financeiros ao justo valor através de					
outro rendimento integral	-	4.481.870	-	4.481.870	4.481.870
	10.140	4.481.870	2.195.476.524	2.199.968.534	2.162.473.889
Passivo					
Recursos de clientes	-	-	2.062.694.244	2.062.694.244	2.063.901.880
	-	-	2.062.694.244	2.062.694.244	2.063.901.880

O Banco procedeu à classificação dos instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor de acordo com a hierarquia prevista na norma IFRS 13.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nas cotações registadas em mercado ativo e líquido, considerando-se que um mercado é ativo e líquido sempre que os seus intervenientes efetuam transações de forma regular conferindo liquidez aos instrumentos negociados.

Quando se verificar a não existência de transações que, de forma regular, confirmam liquidez aos instrumentos negociados, são utilizados métodos e técnicas valorimétricas para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros.

Nível 1 – Com cotação em mercado ativo

Nesta categoria são englobados para além dos instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado, as obrigações e unidades de participações em fundos de investimento valorizados com base em preços divulgados através de sistemas de negociação.

A classificação do justo valor de nível 1 é utilizada quando:

- Existe cotação diária executável firme para os instrumentos financeiros em causa, ou;
- Existe cotação disponível em sistemas de informação de mercado que agreguem múltiplos preços de diversos intervenientes, ou;
- Os instrumentos financeiros tenham sido classificados no nível 1, em pelo menos, 90% dos dias de negociação no ano (à data de valorização).

Nível 2 – Métodos e técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Os instrumentos financeiros, sempre que se constate inexistência de transações regulares em mercado ativo e líquido (nível 1), são classificados no nível 2, de acordo com as seguintes regras:

- Não serem cumpridos as regras definidas para o nível 1, ou;
- Serem valorizados com base em métodos e técnicas valorimétricas que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio, curvas de crédito, etc.).

Nível 3 – Métodos e técnicas de valorização baseadas em dados não observáveis em mercado

Não sendo cumpridos os critérios de nível 1 ou nível 2, os instrumentos financeiros devem ser classificados no nível 3, bem como em situações em que o justo valor dos instrumentos financeiros resultar da utilização de informação não observável em mercado, tais como:

- Instrumentos financeiros não enquadrados no nível 1 e que sejam valorizados com recurso a métodos e técnicas de avaliação sem que sejam conhecidos ou exista consenso sobre os critérios a utilizar, nomeadamente:

- i) São valorizados por recurso a análise comparativa de preços de instrumentos financeiros com perfil de risco e retorno, tipologia, senioridade ou outros fatores similares, observáveis em mercado ativo e líquido;
- ii) São valorizados com base na realização de testes de imparidade, recorrendo a indicadores de performance das operações subjacentes (e.g., taxas de probabilidade de *default* dos ativos subjacentes, taxas de delinquência, evolução dos ratings, etc.);
- iii) São valorizados com base no *Net Asset Value* (NAV) divulgado pelas entidades gestoras de fundos de investimento mobiliário/imobiliário/outras não cotados em mercado regulamentado.

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2021:

(Euros)				
	2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	240.100	-	-	240.100
Disponibilidades em outras instituições de crédito	188.328.022	-	-	188.328.022
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.200.848.815	1.200.848.815
Crédito a clientes	-	-	144.290.079	144.290.079
Títulos de dívida	-	677.976.212	-	677.976.212
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados				
Ativos financeiros não detidos para negociação				
obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	14.103	14.103
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	504.005.942	-	2.460.530	506.466.472
	692.574.064	677.976.212	1.347.613.527	2.718.163.803
Passivo				
Recursos de clientes	-	-	2.577.427.891	2.577.427.891
	-	-	2.577.427.891	2.577.427.891

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2020:

(Euros)				
	2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	200.500	-	-	200.500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	206.596.942	-	-	206.596.942
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.150.675.840	1.150.675.840
Crédito a clientes	-	-	122.181.026	122.181.026
Títulos de dívida	-	678.327.571	-	678.327.571
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados				
Ativos financeiros não detidos para negociação				
obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	10.140	10.140
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.706.836	-	2.775.034	4.481.870
	208.504.278	678.327.571	1.275.642.040	2.162.473.889
Passivo				
Recursos de clientes	-	-	2.063.901.880	2.063.901.880
	-	-	2.063.901.880	2.063.901.880

33. Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez, assim como outras responsabilidades, conforme referido na política contabilística 1.M.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o número de participantes do Banco no Fundo de Pensões do Banco Comercial Português abrangidos pelo plano de pensões de reforma e outros benefícios é o seguinte:

	2021	2020
Número de participantes		
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	7	7
Pessoal no ativo	191	189
	198	196

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.M1, as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e outros benefícios e respetivas coberturas, calculadas com base no método de *Projected Unit Credit*, são analisadas como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Responsabilidades por benefícios projetados		
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	404.248	427.197
Pessoal no ativo	15.319.116	16.731.408
	15.723.364	17.158.605
Valor do Fundo	(17.729.229)	(17.851.653)
(Ativos)/Passivos líquidos em balanço (nota 24)	(2.005.865)	(693.048)
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	9.753.465	10.845.234

Em 2017, após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), foi alterado o contrato constitutivo do Fundo de Pensões do Grupo BCP. Este processo teve como objetivos essenciais incorporar no fundo de pensões as alterações introduzidas no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do Grupo em termos de benefícios de reforma, assim como transferir para o fundo de pensões as responsabilidades que estavam diretamente a cargo das empresas (responsabilidades extra-fundo). O fundo de pensões tem uma quota-parte exclusivamente afeta ao financiamento das referidas responsabilidades, que no âmbito do fundo se denomina Complemento Adicional. O benefício Prémio de Fim de Carreira passou também a estar a cargo do fundo de pensões, no âmbito do plano base de reforma.

Em 2021, prosseguiram as negociações com todos os sindicatos subscritores dos Acordos Coletivos de Trabalho do Grupo, para a conclusão da revisão integral do respetivo clausulado, negociações essas que ainda decorrem.

A evolução das responsabilidades por benefícios pós-emprego é analisada conforme segue:

	(Euros)	
	2021	2020
	Responsabilidades com benefícios pós-emprego	Responsabilidades com benefícios pós-emprego
Saldo a 1 de janeiro	17.158.605	15.032.017
Custo normal	(186.255)	(162.487)
Custo dos juros	198.443	215.386
(Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alteração de pressupostos	96.335	(62.415)
Resultantes de alterações de pressupostos	(1.234.845)	1.528.486
Programas de reformas antecipadas	(47.769)	(98.050)
Contribuições dos colaboradores	129.852	129.578
Transferência entre planos (a)	(391.002)	576.090
Saldo no fim do exercício	15.723.364	17.158.605

(a) Transferência de colaboradores de outras entidades do Grupo BCP.

O valor das responsabilidades com benefícios de saúde está integralmente coberto pelo Fundo, o qual corresponde, em 31 de dezembro de 2021, a Euros 1.624.860 (31 de dezembro de 2020: Euros 1.682.010).

O montante incluído na rubrica "Transferência entre planos" corresponde às responsabilidades com benefícios pós-emprego relativamente à rotação de colaboradores entre as várias empresas do Grupo por cedência temporária dos mesmos.

A evolução do valor dos ativos do fundo em 2021 e 2020 é analisado como se segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Saldo a 1 de janeiro	17.851.653	15.072.416
Rendimento estimado dos ativos com base na taxa de desconto	185.467	191.995
Ganhos/(perdas) atuariais	(46.741)	381.574
Contribuições para o Fundo	-	1.500.000
Contribuições de colaboradores	129.852	129.578
Transferência entre planos (a)	(391.002)	576.090
Saldo no fim do exercício	17.729.229	17.851.653

(a) Transferência de colaboradores de outras entidades do Grupo BCP.

Os elementos que compõem o valor da quota-parte do Banco no ativo do fundo de pensões são analisados como segue:

	2021			2020		
	Ativos com preço de mercado em			Ativos com preço de mercado em		
	Carteira total	mercado ativo	Remanescente	Carteira total	mercado ativo	Remanescente
Ações	1.909.107	1.903.848	5.259	2.502.030	2.001.806	500.224
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	6.622.847	6.599.752	23.095	9.231.149	9.209.218	21.931
Unidades de participação em fundos mobiliários	5.683.656	-	5.683.656	1.897.893	-	1.897.893
Unidades de participação em fundos imobiliários	1.460.205	-	1.460.205	1.245.020	-	1.245.020
Imóveis	1.149.229	-	1.149.229	1.141.590	-	1.141.590
Aplicações em Bancos e outros	904.185	-	904.185	1.833.971	-	1.833.971
	17.729.229	8.503.600	9.225.629	17.851.653	11.211.024	6.640.629

A rubrica "Ações", em 2020, incluía a quota-parte da participação do ActivoBank no grupo segurador holandês não cotado Achmea B.V., tendo a sua valorização sido apurada com base na última avaliação independente disponível, realizada por solicitação do grupo referido. O Fundo de Pensões vendeu esta participação em dezembro de 2021.

A rubrica "Imóveis" inclui os imóveis registados nas demonstrações financeiras do fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 31 de dezembro de 2021, ascendem a Euros 1.149.229 (31 de dezembro de 2020: Euros 1.141.590).

Em 31 de dezembro de 2021, a quota-parte do ActivoBank no Fundo de Pensões do Banco Comercial Português ascende a 0,4792% (31 de dezembro de 2020: 0,476%).

A quota-parte do Banco no Fundo de Pensões inclui ativos emitidos por empresas do Grupo BCP, no qual o Banco se insere, e que são analisados como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Ações	19.836	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	73.723	58.210
Aplicações em Bancos	815.140	1.966.899
	908.699	2.025.109

A evolução dos (ativos)/responsabilidades líquidas em balanço é analisada como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Valores em 1 de janeiro	(693.048)	(40.399)
Reconhecidos na demonstração dos resultados		
Custo normal	(186.255)	(162.487)
Custo/(proveito) dos juros	12.976	23.391
Custo com programas de reformas antecipadas	(47.769)	(98.050)
Reconhecidos na demonstração do rendimento integral		
(Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos		
Desvio entre o rendimento estimado e o rendimento efetivo do Fundo	46.741	(381.574)
Desvio entre responsabilidades esperadas e efetivas	96.335	(62.415)
Resultantes de alterações de pressupostos	(1.234.845)	1.528.486
Contribuições para o Fundo	-	(1.500.000)
Valores no final do exercício	(2.005.865)	(693.048)

A estimativa das contribuições a efetuar pelos colaboradores em 2022, para o Plano de Benefício Definido, ascende a Euros 124.911.

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de dezembro de 2021 o Banco contabilizou como proveito com benefícios pós-emprego o montante de Euros 221.048 (31 de dezembro de 2020: proveito de Euros 237.146), cuja análise é apresentada como se segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Custo dos serviços correntes	(186.255)	(162.487)
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	12.976	23.391
Custo com programas de reformas antecipadas	(47.769)	(98.050)
Custo/(proveito) do exercício	(221.048)	(237.146)

No âmbito do acordo tripartido entre o Governo, a Banca e os Sindicatos, os trabalhadores bancários em atividade em 31 de dezembro de 2010, inseridos no regime CAFEB/ACT, foram integrados no RGSS, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011. Esta integração conduziu a um decréscimo no valor atual dos benefícios totais reportados à idade da reforma a suportar pelo fundo de pensões, estando esse efeito a ser registado de acordo com o método *Projected Unit Credit* durante o tempo médio de vida ativa até se atingir a idade normal de reforma. O apuramento das responsabilidades com pensões realizado periodicamente pelo atuário considera este efeito, sendo calculado tendo em conta os pressupostos atuariais em vigor, assegurando que as responsabilidades calculadas com referência a 31 de dezembro de 2010, não considerando o efeito da integração dos empregados bancários no RGSS, se encontram totalmente cobertas e deduzidas do valor do efeito reconhecido até à data. A componente deste efeito respeitante ao exercício encontra-se reconhecida na rubrica "Custo dos serviços correntes".

Após análise dos indicadores de mercado, em particular das perspetivas de evolução da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, o Banco utilizou os seguintes pressupostos atuariais para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma:

	2021	2020
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de rendimento do Fundo	1,35%	1,05%
Taxa de desconto	1,35%	1,05%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres (a)	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Taxa de invalidez	Não aplicada	Não aplicada
Taxa de <i>turnover</i>	Não aplicada	Não aplicada
Idade normal de reforma (b)	66 anos e 6 meses	66 anos e 5 meses
Taxa de crescimento do salário total para efeitos da Segurança Social	1,75%	1,75%
Taxa de revalorização dos salários/pensões da Segurança Social	1%	1%

(a) A tábua de mortalidade considerada para as Mulheres corresponde à TV 88/90 ajustada em menos 3 anos (o que tem implícito um aumento da esperança média de vida face à que seria considerada em função da sua idade efetiva);

(b) A idade de reforma é variável. Em 2021, situa-se em 66 anos e 6 meses (2020: 66 anos e 5 meses) e irá aumentar 1 mês por cada ano civil. Esta idade não pode ser superior à idade normal de reforma em vigor no RGSS. A idade normal de reforma no RGSS é variável e depende da evolução da esperança média de vida aos 65 anos. Para efeitos de cálculo atuarial, utilizou-se como pressuposto que o incremento da esperança de vida, em anos futuros, será de um ano em cada dez anos. No entanto, fixou-se como máximo a idade de 67 anos e 2 meses.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Conforme definido na IAS 19, considerando tratarem-se de planos de benefício definido que partilham riscos entre entidades sobre controlo comum, é obtida informação sobre o plano como um todo, sendo este avaliado de acordo com os requisitos da IAS 19 na base de pressupostos aplicáveis ao plano como um todo. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

Conforme definido pela IAS 19, a taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades do fundo de pensões do Banco foi determinada com base numa análise efetuada sobre as *yields* de mercado, de um universo de emissões de obrigações - de elevada qualidade (baixo risco), maturidades diversas (adequadas ao prazo de liquidação das responsabilidades do fundo) e denominadas em Euros - respeitantes a um leque diversificado e representativo de emitentes. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco utilizou uma taxa de desconto de 1,35% (31 de dezembro de 2020: 1,05%) para medir a sua responsabilidade relativamente aos planos de pensões com benefícios definidos dos seus colaboradores.

O Grupo BCP, no qual o Banco se insere, face à atual tendência de evolução dos salários e à situação económica a esta data, determinou uma taxa de crescimento dos salários progressiva de 1,75% a partir de 2020, assim como determinou uma taxa de crescimento das pensões de 1% após 2020.

Os ganhos atuariais líquidos do exercício no montante de Euros 1.158.506 (31 de dezembro de 2020: perdas atuariais líquidas no montante de Euros 1.084.497) são relativos às alterações de pressupostos atuariais, à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e no rendimento esperado do fundo de acordo com a taxa de desconto. Os valores efetivamente verificados e a alteração de pressupostos atuariais são analisados conforme segue:

(Euros)				
	(Ganhos)/perdas atuariais			
	2021		2020	
	%	Euros	%	Euros
Desvios entre as responsabilidades esperadas e efetivas	-	96.335	-	(62.415)
Alteração da taxa de desconto	-	(1.234.845)	-	1.528.486
Desvio entre o rendimento esperado e o rendimento do fundo	1,92%	46.741	5,77%	(381.574)
		(1.091.769)		1.084.497

(*) Alteração na metodologia de determinação da idade de reforma de acordo com o RGSS.

Em 31 de dezembro de 2021, as perdas atuariais não decorrentes da alteração dos pressupostos ascendem a Euros 96.335 (31 de dezembro de 2020: ganhos atuariais de Euros 62.415).

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto na IAS 19, é a seguinte:

(Euros)				
	Impacto da alteração de pressupostos financeiros			
	2021		2020	
	-0,25%	0,25%	-0,25%	0,25%
Taxa de desconto	1.020.321	(946.159)	1.183.615	(1.094.291)
Taxa de crescimento das pensões	(554.573)	584.882	(616.351)	649.841
Taxa de crescimento dos salários	(676.095)	740.625	(775.681)	850.544

(Euros)				
	Impacto da alteração de pressupostos demográficos			
	2021		2020	
	- 1 ano	+ 1 ano	- 1 ano	+ 1 ano
Alteração da tábua de mortalidade	461.983	(462.293)	537.856	(535.672)

Plano de Contribuição Definida

De acordo com o descrito na política contabilística 1.M3, no âmbito do Plano de Contribuição Definida previsto no Fundo de Pensões do Grupo BCP, não foram efetuadas contribuições no ano de 2021 e 2020 para os colaboradores que tenham sido admitidos até 1 de julho de 2009 por não se terem verificado os seguintes requisitos: (i) o ROE do Banco Comercial Português, S.A. ser igual ou superior à taxa das obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 5 pontos percentuais; e, (ii) existam reservas ou resultados distribuíveis nas contas do Banco Comercial Português, S.A.

Para os colaboradores que tenham sido admitidos após 1 de julho de 2009, são efetuadas contribuições mensais e iguais a 1,5% da remuneração mensal auferida pelos colaboradores no corrente mês, quer pelo Banco como pelos próprios colaboradores. Esta contribuição tem caráter obrigatório e está definida no ACT do Grupo BCP, não tendo subjacente qualquer critério de performance. Em 2021, o Banco registou em "Custos com pessoal" o montante de Euros 18.621 (2020: Euros 16.775) relativo a esta contribuição.

34. Partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do Banco as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e os elementos-chave de gestão. São considerados elementos-chave de gestão os diretores de 1.ª linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos-chave de gestão, foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas, ou em cuja gestão exercem influência significativa.

O Banco concede empréstimos, no decurso normal das suas atividades, a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito dos dois acordos coletivos de trabalho que englobam substancialmente todos os colaboradores do Grupo BCP que operam em Portugal, bem como ao abrigo da política social do Grupo, são concedidos empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros do Conselho de Administração e seus familiares diretos, não foram concedidos créditos à data de 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Transações com o Fundo de Pensões

Não ocorreram operações de compra e de venda de ativos com o Fundo de Pensões.

Transações com empresas do Grupo BCP

À data de 31 de dezembro de 2021, os créditos detidos pelo ActivoBank sobre empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP são analisados como segue:

	2021			
	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Ativos financeiros ao justo valor através de outro integral	Outros ativos
Banco Comercial Português, S.A.	188.248.323	1.200.034.444	716.048.412	24.860.882
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	-	-	7.500
Millennium bcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	109.251
SIBS, S.G.P.S., S.A.	-	-	1.977.274	-
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-	483.256	-
	188.248.323	1.200.034.444	718.508.942	24.977.633

(Euros)

À data de 31 de dezembro de 2020, os créditos detidos pelo ActivoBank sobre empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP são analisados como segue:

	2020			
	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Ativos financeiros ao justo valor através de outro integral	Outros ativos
Banco Comercial Português, S.A.	205.809.070	1.150.051.556	716.399.771	19.695.920
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	-	-	7.500
Millennium bcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	77.760
SIBS, S.G.P.S., S.A.	-	-	2.304.928	-
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-	470.106	-
	205.809.070	1.150.051.556	719.174.805	19.781.180

(Euros)

À data de 31 de dezembro de 2021 e 2020, os débitos do ActivoBank junto de empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP são analisados como segue:

(Euros)

	2021		2020	
	Recursos de clientes	Outros passivos	Recursos de clientes	Outros passivos
Banco Comercial Português, S.A.	-	126.475	-	-
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	12.852.795	116.644	10.306.443	293.631
	12.852.795	243.119	10.306.443	293.631

No exercício de 2021, os proveitos do ActivoBank com origem em transações efetuadas com empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP são analisados como segue:

(Euros)

	2021				
	Juros e proveitos equiparados	Comissões e proveitos	Dividendos	Outros proveitos de exploração	Total
Banco Comercial Português, S.A.	15.778.371	13.631.237	-	6.321	29.415.929
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	-	-	-	-
Millennium bcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	327.994	-	-	327.994
SIBS, S.G.P.S., S.A.	-	-	39.979	-	39.979
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-	63.290	-	63.290
	15.778.371	13.959.231	103.269	6.321	29.847.192

No exercício de 2020, os proveitos do ActivoBank com origem em transações efetuadas com empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP são analisados como segue:

(Euros)

	2020				
	Juros e proveitos equiparados	Comissões e proveitos	Dividendos	Outros proveitos de exploração	Total
Banco Comercial Português, S.A.	16.021.046	7.017.631	-	-	23.038.677
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	-	-	-	-
Millennium bcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	225.710	-	-	225.710
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	-	200	-	-	200
SIBS, S.G.P.S., S.A.	-	-	45.188	-	45.188
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	-	42.939	-	42.939
	16.021.046	7.243.541	88.127	-	23.352.714

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco apresenta garantias prestadas ao Banco Comercial Português, S.A. no valor de Euros 306.368.917, conforme nota 31 (31 de dezembro de 2020: garantias prestadas ao Banco Comercial Português, S.A. no montante de Euros 314.733.817).

No exercício de 2021, os custos do ActivoBank com origem em transações efetuadas com empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP são analisados como segue:

(Euros)

	2021			
	Comissões e custos	Fornecimentos e serviços de terceiros	Outros custos de exploração	Total
Banco Comercial Português, S.A.	274	28.983	30.064	59.321
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	3.970.137	-	3.970.137
	274	3.999.120	30.064	4.029.458

No exercício de 2020, os custos do ActivoBank com origem em transações efetuadas com empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP são analisados como segue:

	(Euros)		
	2020		
	Outros custos de exploração	Fornecimentos e serviços de terceiros	Total
Banco Comercial Português, S.A.	41.696	-	41.696
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	3.645.579	3.645.579
	41.696	3.645.579	3.687.275

No âmbito das atividades de mediação de seguros do Banco, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 as remunerações de prestação de serviços são como segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Ramo Vida		
Produtos de poupança	36.401	39.692
Crédito à habitação e consumo	291.593	186.018
	327.994	225.710
Ramo Não Vida		
Acidentes e doença	281.834	236.592
Automóvel	57.562	50.318
Multi-Riscos Habitação	72.652	48.805
Outros	17.744	16.100
	429.792	351.815
	757.786	577.525

As remunerações por serviços de mediação de seguros foram recebidas através de transferências bancárias e resultaram da intermediação de seguros com as subsidiárias do Grupo Millennium bcp Ageas (Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.) e com a Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

Os saldos a receber da atividade de mediação de seguros, por natureza e entidade, são analisados conforme segue:

	(Euros)	
	2021	2020
Por natureza		
Fundos a receber relativos a pagamento de comissões de seguros do Ramo Vida	93.441	61.950
Fundos a receber relativos a pagamento de comissões de seguros do Ramo Não Vida	118.577	90.449
	212.018	152.399
Por entidade		
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	93.441	61.950
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	118.577	90.449
	212.018	152.399

As comissões recebidas pelo Banco resultam da mediação de contratos de seguro e de contratos de investimento, conforme os termos estabelecidos nos contratos em vigor. As comissões de mediação são calculadas atendendo à natureza dos contratos objeto de mediação, de acordo com o seguinte:

- Contratos de seguro: aplicação de taxas fixas sobre os prémios brutos emitidos;
- Contratos de investimento: aplicação de taxas fixas sobre as responsabilidades assumidas pela seguradora no âmbito da comercialização desses produtos.

As comissões de mediação encontram-se registadas na rubrica "Resultados de serviços e comissões" (nota 4), patente na demonstração de resultados.

35. Solvabilidade

Os fundos próprios do Banco são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) n.º 575/2013, aprovados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (CRD IV/CRR).

Os fundos próprios incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e fundos próprios de nível 2 (*tier 2*). O *tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (*common equity tier 1* – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1.

O *common equity tier 1* inclui: i) o capital realizado, os prémios de emissão e as reservas e os resultados retidos; e, ii) as deduções relacionadas com as ações próprias, os ativos intangíveis e o excesso de perdas esperadas face às imparidades constituídas para as exposições cujos requisitos de capital para risco de crédito sejam apurados de acordo com a metodologia IRB, caso ocorra, outros ativos intangíveis e os ajustamentos de valor adicionais necessários pela aplicação dos requisitos de avaliação prudente a todos os ativos avaliados ao justo valor. Adicionalmente, procede-se à dedução dos impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por um lado, e consideram-se as deduções relacionadas com os impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que dependam da rentabilidade futura do Banco, por outro, neste caso pelo montante que exceda os limites máximos de 10% e 15% do *common equity tier 1*, quando analisados de forma individual e agregada, respetivamente. São ainda deduzidos os compromissos irrevogáveis de pagamento para com o Fundo de Garantia Depósitos.

Não existem fundos próprios adicionais de nível 1 no Banco.

Não existem fundos próprios de nível 2 no Banco, com exceção dos referentes aos ajustamentos para risco específico de crédito relativos a posições de risco em situações de incumprimento, na parte que excedem as perdas esperadas das mesmas.

A legislação contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional, até 31 de dezembro de 2013, e os calculados de acordo com a legislação comunitária, por forma a fasear quer a exclusão de elementos anteriormente considerados (*phase-out*), quer a inclusão de novos elementos (*phase-in*). O período de transição faseado prolongou-se até ao final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos dependentes de rentabilidade futura gerados anteriormente a 1 de janeiro de 2014, cujo período se estende até ao final de 2023.

De acordo com o quadro regulamentar em vigor, as instituições devem reportar rácios *common equity tier 1*, *tier 1* e total não inferiores a 7%, 8,5% e 10,5%, respetivamente, incluindo um *conservation buffer* de 2,5%. O Banco cumpre todos os requisitos e outras recomendações emanadas da supervisão nesta matéria.

O Banco ActivoBank utiliza as metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e contraparte para uma componente relevante da carteira de retalho. O Banco utiliza o método avançado (modelo interno) para cobertura do risco genérico de mercado e o método standard para cobertura do risco operacional.

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com as metodologias da CRD IV/CRR (*phased-in*) anteriormente referidas são os seguintes:

	2021	2020
(Euros)		
Fundos próprios principais de nível 1		
Capital	127.600.000	101.000.000
Reservas e resultados retidos	66.890.885	40.580.556
Ajustamentos regulamentares a fundos próprios principais de nível 1	(3.512.241)	(1.780.558)
	190.978.644	139.799.998
Fundos próprios de nível 2		
Outros	26.959	14.411
Fundos próprios totais	191.005.603	139.814.409
RWA		
Risco de crédito	1.209.855.370	1.200.981.442
Risco de mercado	5.215.042	2.673.226
Risco operacional	57.872.125	47.123.485
	1.272.942.537	1.250.778.153
Rácios de Capital		
<i>Common Equity Tier 1</i>	15,0%	11,2%
<i>Tier 1</i>	15,0%	11,2%
	15,0%	11,2%

36. Gestão de riscos

Atendendo à estrutura do Banco ActivoBank, S.A. e ao facto de estar integrado no Grupo BCP, a gestão de riscos é efetuada, nos termos legalmente admitidos, pelo Banco Comercial Português, S.A.

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efetuada de forma centralizada em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercado, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade do Banco.

Principais tipos de risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

Mercado – O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ocorrer em resultado de alterações de taxas (de juro ou de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respetivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflete a incapacidade do Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização interna

O Conselho de Administração do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco, incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão do mesmo, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital às linhas de negócio.

O Conselho de Administração do BCP, através da Comissão de Auditoria, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta da Comissão Executiva do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo e para o Banco.

O Comité de Risco do BCP é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade.

O *Chief Risk Officer* é responsável pelo controlo dos riscos em todas as entidades do Grupo, pela identificação dos riscos aos quais está exposta a atividade do Grupo e pela proposta de medidas destinadas a melhorar o controlo de riscos. O *Chief Risk Officer* também assegura que os riscos são acompanhados numa base global e que existe alinhamento de conceitos, práticas e objetivos na gestão de risco. Apesar de o Banco não ter um comité de risco próprio, todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português, onde o Banco se insere, regem a sua atuação pelos princípios e orientações estabelecidos centralmente pelo Comité de Risco, estando as principais subsidiárias dotadas de estruturas do *Risk Office*, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respetiva atividade.

O *Group Head of Compliance* é responsável pela implementação de sistemas de controlo do cumprimento de obrigações legais e dos deveres a que o Banco se encontra sujeito, assim como pela prevenção, monitorização e reporte de riscos nos processos organizacionais, que incluem, entre outros, a prevenção e repressão do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo, a prevenção de conflito de interesses, as matérias conexas com o abuso de mercado e o cumprimento dos deveres de informação junto de clientes.

O Banco dispõe de um Conselho Fiscal.

Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rendibilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- **Negociação e Vendas:** contempla as posições detidas com o objetivo de obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionáveis sem restrições e podem ser precisas e frequentemente reavaliadas, incluindo os títulos e derivados das atividades de vendas;

- Financiamento: operações de financiamento do Grupo em mercado, incluindo operações em mercado institucional e monetário (e eventuais coberturas de risco), mas não operações de financiamento estrutural (como, por exemplo, dívida subordinada);
- Investimento: inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade, durante um período alargado de tempo, que não sejam transacionáveis em mercados líquidos, ou quaisquer outros que sejam detidos com outro propósito que não o de ganhos de curto prazo. Inclui também qualquer operação de cobertura de risco associada aos mesmos;
- Comercial: inclui todas as operações (ativas e passivas) realizadas na prossecução da atividade comercial do Banco com os seus clientes;
- ALM: representa a função de gestão de ativos e passivos, inclui as operações decididas pelo Capital and Assets and Liabilities Committee (CALCO) na gestão do risco global do Grupo e centraliza as operações de transferência de risco entre as restantes áreas;
- Estrutural: inclui os elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas, incluindo as operações de financiamento estrutural do Grupo, capital e itens fixos de balanço.

A definição das áreas de gestão permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada de acordo com o respetivo contexto.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de proteção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este intuito, é aplicado um sistema único de notação de risco, a *Rating Master Scale*, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A *Rating Master Scale* permite, também, identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados na situação de incumprimento.

Todos os modelos de rating/scoring usados no Grupo foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale*. O conceito de nível de proteção é um elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais ativa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

No quadro seguinte, apresenta-se a informação relativa às exposições brutas ao risco de crédito do Banco (posição em risco original), em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Rubricas de risco	(Euros)	
	2021	2020
Administrações centrais ou bancos centrais	504.005.942	1.706.836
Outras instituições de crédito	2.410.779.587	2.387.778.553
Clientes de retalho e empresas	250.983.428	204.807.083
Outros elementos (*)	33.127.190	29.160.248
	3.198.896.147	2.623.452.720

Nota: exposições brutas de imparidade e amortizações, em conformidade com o perímetro de consolidação prudencial.

(*) Além de posições em ações, organismos de investimento coletivo e titularização, a rubrica "Outros elementos" contém outros ativos sujeitos a risco de crédito, em conformidade com o Art.º 134 da CRR.

A avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorridas, têm em conta as seguintes notas metodológicas:

a) Colaterais e garantias

Na avaliação do risco de uma operação ou conjunto de operações, são levados em consideração os elementos de mitigação do risco de crédito a elas associados, de acordo com regras e procedimentos internos que cumprem os requisitos definidos na regulamentação em vigor, refletindo também a experiência das áreas de recuperação de crédito e o parecer da Direção Jurídica no que respeita ao caráter vinculativo dos vários instrumentos de mitigação.

Os colaterais e as garantias relevantes podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- colaterais financeiros, colaterais imobiliários ou outros colaterais;
- valores a receber;
- garantias *on first demand*, emitidas por bancos ou outras entidades com grau de risco 7 ou melhor na *Rating Master Scale*;
- avales pessoais, quando os avalistas se encontrarem classificados com grau de risco 7 ou melhor;
- derivados de crédito.

Os colaterais financeiros aceites são os transacionados numa bolsa reconhecida, isto é, num mercado secundário organizado, líquido e transparente, com preços públicos de compra e venda, localizado em países da União Europeia, Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Hong Kong ou Suíça.

Neste contexto, importa referir que as ações do Banco Comercial Português não são aceites como colaterais financeiros de novas operações de crédito, sendo aceites unicamente no âmbito de reforço de garantias em operações de crédito já existentes ou no âmbito de processos de reestruturação associados à recuperação de créditos.

Relativamente a garantias e derivados de crédito pode aplicar-se o princípio da substituição do grau de risco do cliente pelo grau de risco do prestador de proteção (desde que o grau de risco deste último seja melhor que o do primeiro) quando a proteção seja formalizada através de:

- Avals do Estado, garantias de instituições financeiras ou de Sociedades de Garantia Mútua;
- Avals pessoais ou fianças (ou, no caso das operações de Leasing, exista acordo de retoma do fornecedor);
- Derivados de crédito;
- Formalização da cláusula de contratante aderente em contratos de leasing em que este é uma entidade que está em relação de domínio ou de grupo com o locatário.

É atribuído um nível interno de proteção a todas as operações de crédito no momento da decisão de concessão, levando em consideração o montante de crédito e o valor e tipo dos colaterais envolvidos. O nível de proteção corresponde à avaliação da redução da perda em caso de incumprimento subjacente aos vários tipos de colateral, considerando a relação entre o valor de mercado dos colaterais e o montante de exposição associado.

No caso dos colaterais financeiros, procede-se ao ajustamento do valor da proteção através da aplicação de um conjunto de *haircuts*, de modo a refletir a volatilidade do preço dos instrumentos financeiros.

No caso de hipotecas sobre imóveis, a avaliação inicial do valor dos imóveis é feita durante o processo de análise e antes da decisão de crédito.

Quer essas avaliações iniciais quer as respetivas revisões de valor são efetuadas com recurso a peritos avaliadores externos encontrando-se o respetivo processo de análise e ratificação centralizado na Unidade de Avaliações do BCP, independentemente das áreas-cliente.

Em qualquer caso, são objeto de relatório escrito, em formato digital padronizado, baseado num conjunto de métodos pré-definidos e alinhados com as práticas do setor – de rendimento, custo e reposição e/ou comparativo de mercado –, relevando o valor obtido quer para efeitos de valor de mercado quer para efeitos de garantia hipotecária, em função do tipo de imóvel em causa. As avaliações são objeto de declaração/certificação do perito avaliador desde o ano de 2008, conforme exigido pelo Regulamento (EU) 575/2013 e a Lei 153/2015 de 14 de Setembro, cabendo à Unidade de Avaliações a sua ratificação.

Relativamente aos imóveis destinados à habitação, após a avaliação inicial e em conformidade com o estabelecido nos Avisos do Banco de Portugal n.º 5/2006 e CRR 575/2013, o Banco procede à verificação dos valores respetivos através de índices de mercado. Caso o índice seja inferior a 0,9 o Banco procede à revisão do valor do bem, por um dos dois métodos:

- i) desvalorização do bem por aplicação direta do índice, se o valor das responsabilidades não exceder os Euros 300.000;
- ii) revisão do valor dos imóveis por peritos avaliadores externos, em função do valor da operação de crédito, e de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central Europeu (BCE) e Banco de Portugal (BdP).

Para todos os imóveis não-habitacionais, o Banco procede igualmente às verificações de valor por índices de mercado e à revisão dos respetivos valores com as periodicidades mínimas previstas no Regulamento (EU) 575/2013, no caso de escritórios, armazéns e instalações industriais.

Para todos os imóveis (habitacionais ou não-habitacionais) para os quais as respetivas verificações de valor resultam numa desvalorização significativa do valor dos imóveis (superior a 10%), é levada a cabo, subsequentemente, a revisão de valor dos mesmos, por perito avaliador, salvaguardando o referido em i) acima.

Para os restantes imóveis (terrenos ou prédios rústicos, por exemplo) não estão disponíveis índices de mercado que permitam levar a cabo as verificações de valor, após as avaliações iniciais. Assim, para estes casos e de acordo com as periodicidades mínimas previstas para as verificações e revisões de valor deste tipo de imóveis, são feitas revisões de valor por avaliadores externos.

Os índices atualmente utilizados são fornecidos ao Banco por uma entidade externa especializada que há mais de uma década recolhe e trata os dados nos quais se baseia a respetiva elaboração.

No caso de colaterais financeiros, o seu valor de mercado é atualizado diária e automaticamente, através da ligação informática existente entre o sistema de gestão de colaterais e a informação dos mercados financeiros relevantes.

b) Graus de risco

A concessão de crédito fundamenta-se na prévia classificação de risco dos clientes, para além da avaliação rigorosa do nível de proteção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este objetivo, é utilizado um sistema único de notação de risco, a *Rating Master Scale*, baseada na Probabilidade de Incumprimento (PD – *Probability of Default*) esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A *Rating Master Scale* permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados em *default*. Todos os sistemas e modelos de *rating* utilizados no Grupo foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale*.

Com o objetivo de avaliar adequadamente os riscos de crédito, o Grupo definiu um conjunto de macrosssegmentos e segmentos que são tratados através de diferentes sistemas e modelos de *rating* e permitem relacionar o grau de risco interno e a PD dos clientes, assegurando uma avaliação de risco que entra em linha de conta com as características específicas dos clientes, em termos dos respetivos perfis de risco.

A avaliação feita por estes sistemas e modelos de *rating* resulta nos graus de risco da *Master Scale*, com quinze graus, dos quais os três últimos correspondem a situações de degradação relevante da qualidade creditícia dos clientes e se designam por “graus de risco processuais”: 13, 14 e 15 a que correspondem, por esta ordem, situações de crescente gravidade em termos de incumprimento, sendo o grau de risco 15 sinónimo de *default*.

Os graus de risco não processuais são atribuídos pelos sistemas de *rating* com modelos de decisão automática ou pela Direção de *Rating* - unidade independente das áreas e órgãos de análise e decisão de crédito - e são revistos/atualizados periodicamente ou sempre que ocorram eventos que o justifiquem.

Os modelos que se integram nos diversos sistemas de *rating* são regularmente sujeitos a validação, sendo a mesma levada a cabo pelo Gabinete de Acompanhamento e Validação de Modelos, órgão independente das unidades responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção dos modelos de *rating*.

As conclusões das validações por parte do Gabinete de Acompanhamento e Validação de Modelos, bem como as respetivas recomendações e propostas para alteração e/ou melhoria, são analisadas e ratificadas por um Comité de Validação específico, cuja composição varia em função do tipo de modelo analisado. As propostas de alteração a modelos originadas nos Comités de Validação são submetidas para aprovação ao Comité de Risco.

A tabela seguinte lista a equivalência entre os níveis de *rating* interno (*Rating Master Scale*) e os *ratings* externos das agências de *rating* internacionais:

Grau de risco interno	Ratings externos			
	Fitch	S&P	Moody's	DBRS
1	AAA	AAA	Aaa	AAA
1	AA+	AA+	Aa1	AA (high)
2	AA	AA	Aa2	AA
2	AA-	AA-	Aa3	AA (low)
3	A+	A+	A1	A (high)
3	A	A	A2	A
4	A-	A-	A3	A (low)
4	BBB+	BBB+	Baa1	BBB (high)
5	BBB	BBB	Baa2	BBB
6	BBB-	BBB-	Baa3	BBB (low)
7	BB+	BB+	Ba1	BB (high)
8	BB	BB	Ba2	BB
9	BB-	BB-	Ba3	BB (low)
10	B+	B+	B1	B (high)
11	B	B	B2	B
12	≤ B-	≤ B-	≤ B3	≤ B

c) Imparidade e incobráveis

O processo de cálculo da imparidade de crédito a 31 de dezembro de 2019 e 2018 integra os princípios gerais definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS 9) e nas orientações emanadas pelo Banco de Portugal através da Carta-Circular CC/2018/000000062, de modo a alinhar o processo de cálculo utilizado no Grupo com as melhores práticas internacionais neste domínio.

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na IFRS 9, analisados por stage, encontram-se detalhados nos quadros seguintes:

(Euros)

Categoria	31 dezembro 2021				
	Exposição bruta				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Aplicações em instituições de crédito (nota 17)	1.200.034.444	-	-	-	1.200.034.444
Crédito a clientes	122.434.858	16.067.119	8.372.110	151.185	147.025.272
Títulos de dívida não associados a operações de crédito	716.048.412	-	-	-	716.048.412
Instrumentos de dívida ao justo valor					
através de outro rendimento integral	504.005.942	-	-	-	504.005.942
Garantias e outros compromissos	381.366.316	28.791.686	169.071	-	410.327.073
Total	2.923.889.972	44.858.805	8.541.181	151.185	2.977.441.143

A exposição bruta de garantias e outros compromissos inclui os saldos de garantias e avales prestados, linhas de crédito irrevogáveis e compromissos revogáveis, conforme detalhado na nota 31.

(Euros)

Categoria	31 dezembro 2021				
	Perdas por imparidade				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Crédito a clientes	246.889	551.574	3.518.509	-	4.316.972
Garantias e outros compromissos	22.378	98.162	15.088	-	135.628
Total	269.267	649.736	3.533.597	-	4.452.600

(Euros)

Categoria	31 dezembro 2021				
	Exposição líquida				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Aplicações em instituições de crédito (nota 17)	1.200.034.444	-	-	-	1.200.034.444
Crédito a clientes	122.187.969	15.515.545	4.853.601	151.185	142.708.300
Títulos de dívida não associados a operações de crédito	716.048.412	-	-	-	716.048.412
Instrumentos de dívida ao justo valor					
através de outro rendimento integral	504.005.942	-	-	-	504.005.942
Garantias e outros compromissos	381.343.938	28.693.524	153.983	-	410.191.445
Total	2.923.620.705	44.209.069	5.007.584	151.185	2.972.988.543

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na IFRS 9, analisados por stage, encontram-se detalhados nos quadros seguintes:

(Euros)

Categoria	31 dezembro 2020				
	Exposição bruta				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Aplicações em instituições de crédito (nota 17)	1.150.051.556	-	-	-	1.150.051.556
Crédito a clientes	105.000.966	12.882.005	7.175.532	-	125.058.503
Títulos de dívida não associados a operações de crédito	716.399.771	-	-	-	716.399.771
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	1.706.836	-	-	-	1.706.836
Garantias e outros compromissos	367.789.757	26.509.462	183.179	-	394.482.398
Total	2.340.948.886	39.391.467	7.358.711	-	2.387.699.064

A exposição bruta de garantias e outros compromissos inclui os saldos de garantias e avales prestados, linhas de crédito irrevogáveis e compromissos revogáveis, conforme detalhado na nota 31.

(Euros)

Categoria	31 dezembro 2020				
	Perdas por imparidade				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Crédito a clientes	141.187	496.990	2.192.571	-	2.830.748
Garantias e outros compromissos	7.687	50.813	7.949	-	66.449
Total	148.874	547.803	2.200.520	-	2.897.197

(Euros)

Categoria	31 dezembro 2020				
	Exposição líquida				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Aplicações em instituições de crédito (nota 17)	1.150.051.556	-	-	-	1.150.051.556
Crédito a clientes	104.859.779	12.385.015	4.982.961	-	122.227.755
Títulos de dívida não associados a operações de crédito	716.399.771	-	-	-	716.399.771
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	1.706.836	-	-	-	1.706.836
Garantias e outros compromissos	367.782.070	26.458.649	175.230	-	394.415.949
Total	2.340.800.012	38.843.664	5.158.191	-	2.384.801.867

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeitos a requisitos de imparidade é analisada como segue:

	(Euros)	
Exposição máxima ao risco de crédito	2021	2020
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	14.103	10.140
Ativos financeiros designados ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de dívida	1.482.942	1.706.836
Total	1.497.045	1.716.976

Notas:
- No caso dos ativos financeiros, exceto derivados, considera-se que a sua exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contabilístico, acrescido de juro corrido.

Durante o exercício de 2021, o movimento ocorrido na rubrica "Crédito a clientes - Perdas por imparidade" é apresentado como segue:

	(Euros)				
	Ativos financeiros ao custo amortizado - Crédito a clientes				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2020	141.187	496.990	2.192.571	-	2.830.748
Variação nas perdas por imparidade					
Transferência para o stage 1	196.049	(137.024)	(59.025)	-	-
Transferência para o stage 2	(9.077)	87.203	(78.126)	-	-
Transferência para o stage 3	(4.558)	(197.664)	202.222	-	-
Variações devidos a alterações no risco de crédito	(148.773)	148.998	1.835.748	-	1.835.973
Write-offs	(16.498)	(39.253)	(1.139.757)	-	(1.195.508)
Variações devido a novos ativos financeiros e ativos financeiros desconhecidos e outras variações	88.559	192.324	564.876	-	845.759
Perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2021	246.889	551.574	3.518.509	-	4.316.972

Durante o exercício de 2021, o movimento ocorrido no valor contabilístico da rubrica "Crédito a clientes" é apresentado como segue:

	(Euros)				
	Ativos financeiros ao custo amortizado - Crédito a clientes				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Valor bruto em 31 de dezembro de 2020	105.000.965	12.882.005	7.175.532	-	125.058.502
Variações no valor bruto contabilístico					
Transferência de stage 1 para stage 2	(5.073.483)	5.073.483	-	-	-
Transferência de stage 1 para stage 3	(2.045.869)	-	2.045.869	-	-
Transferência de stage 2 para stage 1	6.705.388	(6.705.388)	-	-	-
Transferência de stage 2 para stage 3	-	(1.869.966)	1.869.966	-	-
Transferência de stage 3 para stage 1	214.767	-	(214.767)	-	-
Transferência de stage 3 para stage 2	-	316.801	(316.801)	-	-
Write-offs	(16.498)	(39.253)	(1.139.757)	-	(1.195.508)
Saldo líquido de novos ativos financeiro e ativos financeiros desconhecidos e outras variações	17.649.588	6.409.437	(1.047.932)	151.185	23.162.278
Perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2021	122.434.858	16.067.119	8.372.110	151.185	147.025.272

Durante o exercício de 2020, o movimento ocorrido na rubrica "Crédito a clientes - Perdas por imparidade" é apresentado como segue:

(Euros)

	Ativos financeiros ao custo amortizado - Crédito a clientes				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Perdas por imparidade em 31 de dezembro 2019	91.417	308.372	793.402	-	1.193.191
Variação nas perdas por imparidade					
Transferência para o stage 1	120.908	(97.868)	(23.040)	-	-
Transferência para o stage 2	(6.049)	25.845	(19.796)	-	-
Transferência para o stage 3	(4.837)	(118.493)	123.330	-	-
Variações devidos a alterações no risco de crédito	(112.614)	244.416	1.167.498	-	1.299.300
Write-offs	(27.620)	(48.864)	(319.309)	-	(395.793)
Variações devido a novos ativos financeiros e ativos financeiros desconhecidos e outras variações	79.982	183.582	470.486	-	734.050
Perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2020	141.187	496.990	2.192.571	-	2.830.748

Durante o exercício de 2020, o movimento ocorrido no valor contabilístico da rubrica "Crédito a clientes" é apresentado como segue:

(Euros)

	Ativos financeiros ao custo amortizado - Crédito a clientes				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	POCI	Total
Valor bruto em 31 de dezembro 2019	97.419.896	14.062.362	2.757.920	-	114.240.178
Variações no valor bruto contabilístico					
Transferência de stage 1 para stage 2	(3.987.743)	3.987.743	-	-	-
Transferência de stage 1 para stage 3	(2.342.499)	-	2.342.499	-	-
Transferência de stage 2 para stage 1	7.854.005	(7.854.005)	-	-	-
Transferência de stage 2 para stage 3	-	(1.671.167)	1.671.167	-	-
Transferência de stage 3 para stage 1	91.574	-	(91.574)	-	-
Transferência de stage 3 para stage 2	-	76.864	(76.864)	-	-
Write-offs	(27.620)	(48.864)	(319.309)	-	(395.793)
Saldo líquido de novos ativos financeiro e ativos financeiros desconhecidos e outras variações	5.993.353	4.329.072	891.693	-	11.214.118
Perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2020	105.000.966	12.882.005	7.175.532	-	125.058.503

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos financeiros modificados que não tenham resultado em desconhecimento são analisados como segue:

(Euros)

Ativos financeiros modificados durante o período (com perdas por imparidade baseadas nas perdas de crédito esperadas "lifetime")	2021	2020
	Custo amortizado anterior à modificação	2.253.382
Perdas por imparidade anteriores à modificação	372.130	49.733
Custo amortizado líquido anterior à modificação	1.881.252	358.006
Ganho/(perda) líquido da modificação	2.509	(1.703)
Custo amortizado líquido após a modificação	1.883.761	356.303

(Euros)

Ativos financeiros modificados desde o reconhecimento inicial num momento em que a perda por imparidade foi mensurada com base nas perdas de crédito esperadas "lifetime"	2021	2020
	Custo amortizado dos ativos financeiros para os quais as perdas de crédito esperadas passaram de "lifetime" para 12 meses	7.880

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros ao custo amortizado e as garantias e outros compromissos, analisados por segmento e stage, são os seguintes:

(Euros)

Segmento	31 dezembro 2021									
	Stage 1	Stage 2			Total	Stage 3			POCI	Total
		Sem atrasos	Dias de atraso <= 30 dias	Dias de atraso > 30 dias		Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias	Total		
Exposição bruta										
Particulares-Outros	219.643.717	21.149.401	814.770	683.174	22.647.345	1.810.935	6.730.246	8.541.181	151.185	250.983.428
Empresas Financeiras	2.200.240.313	22.211.460	-	-	22.211.460	-	-	-	-	2.222.451.773
Total	2.419.884.030	43.360.861	814.770	683.174	44.858.805	1.810.935	6.730.246	8.541.181	151.185	2.473.435.201
Perdas por imparidade										
Particulares-Outros	269.267	437.753	86.644	125.339	649.736	583.309	2.950.288	3.533.597	-	4.452.600
Total	269.267	437.753	86.644	125.339	649.736	583.309	2.950.288	3.533.597	-	4.452.600
Exposição líquida										
Particulares-Outros	219.374.450	20.711.648	728.126	557.835	21.997.609	1.227.626	3.779.958	5.007.584	151.185	246.530.828
Empresas Financeiras	2.200.240.313	22.211.460	-	-	22.211.460	-	-	-	-	2.222.451.773
Total	2.419.614.763	42.923.108	728.126	557.835	44.209.069	1.227.626	3.779.958	5.007.584	151.185	2.468.982.601
% de cobertura por imparidades										
Particulares-Outros	0,12%	2,07%	10,63%	18,35%	2,87%	32,21%	43,84%	41,37%	0,00%	1,77%
Total	0,01%	1,01%	10,63%	18,35%	1,45%	32,21%	43,84%	41,37%	0,00%	0,18%

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros ao custo amortizado, garantias e outros compromissos, analisados por setor de atividade e stage, são os seguintes:

(Euros)

Setor de atividade	31 dezembro 2021									
	Stage 1	Stage 2			Total	Stage 3			POCI	Total
		Sem atrasos	Dias de atraso <= 30 dias	Dias de atraso > 30 dias		Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias	Total		
Exposição bruta										
Crédito a Particulares	219.643.717	21.149.400	814.771	683.174	22.647.345	1.810.935	6.730.246	8.541.181	151.185	250.983.428
Outros Serviços/Out. Ativ.	2.200.240.313	22.211.460	-	-	22.211.460	-	-	-	-	2.222.451.773
Total	2.419.884.030	43.360.860	814.771	683.174	44.858.805	1.810.935	6.730.246	8.541.181	151.185	2.473.435.201
Perdas por imparidade										
Crédito a Particulares	269.267	437.752	86.644	125.340	649.736	583.309	2.950.288	3.533.597	-	4.452.600
Total	269.267	437.752	86.644	125.340	649.736	583.309	2.950.288	3.533.597	-	4.452.600
Exposição líquida										
Crédito a Particulares	219.374.450	20.711.648	728.127	557.834	21.997.609	1.227.626	3.779.958	5.007.584	151.185	246.530.828
Outros Serviços/Out. Ativ.	2.200.240.313	22.211.460	-	-	22.211.460	-	-	-	-	2.222.451.773
Total	2.419.614.763	42.923.108	728.127	557.834	44.209.069	1.227.626	3.779.958	5.007.584	151.185	2.468.982.601
% de cobertura por imparidades										
Crédito a Particulares	0,12%	2,07%	10,63%	18,35%	2,87%	32,21%	43,84%	41,37%	0,00%	1,77%
Total	0,01%	1,01%	10,63%	18,35%	1,45%	32,21%	43,84%	41,37%	0,00%	0,18%

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros ao custo amortizado e as garantias e outros compromissos, analisados por segmento e stage, são os seguintes:

(Euros)

Segmento	31 dezembro 2020									
	Stage 1	Stage 2			Total	Stage 3			POCI	Total
		Sem atrasos	Dias de atraso <= 30 dias	Dias de atraso > 30 dias		Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias	Total		
Exposição bruta										
Particulares-Outros	179.584.646	16.634.206	727.172	499.792	17.861.170	2.061.502	5.297.209	7.358.711	-	204.804.527
Empresas Financeiras	2.159.654.849	21.530.297	-	-	21.530.297	-	-	-	-	2.181.185.146
Emp. não Financ.-Corporate	2.555	-	-	-	-	-	-	-	-	2.555
Total	2.339.242.050	38.164.503	727.172	499.792	39.391.467	2.061.502	5.297.209	7.358.711	-	2.385.992.228
Perdas por imparidade										
Particulares-Outros	148.874	365.787	87.637	94.379	547.803	496.021	1.704.499	2.200.520	-	2.897.197
Total	148.874	365.787	87.637	94.379	547.803	496.021	1.704.499	2.200.520	-	2.897.197
Exposição líquida										
Particulares-Outros	179.435.772	16.268.419	639.535	405.413	17.313.367	1.565.481	3.592.710	5.158.191	-	201.907.330
Empresas Financeiras	2.159.654.849	21.530.297	-	-	21.530.297	-	-	-	-	2.181.185.146
Emp. não Financ.-Corporate	2.555	-	-	-	-	-	-	-	-	2.555
Total	2.339.093.176	37.798.716	639.535	405.413	38.843.664	1.565.481	3.592.710	5.158.191	-	2.383.095.031
% de cobertura por imparidades										
Particulares-Outros	0,08%	2,20%	12,05%	18,88%	3,07%	24,06%	32,18%	29,90%	0,00%	1,41%
Total	0,01%	0,96%	12,05%	18,88%	1,39%	24,06%	32,18%	29,90%	0,00%	0,12%

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros ao custo amortizado e as garantias e outros compromissos, analisados por setor de atividade e stage, são os seguintes:

(Euros)

Setor de atividade	31 dezembro 2020									
	Stage 1	Stage 2			Total	Stage 3			POCI	Total
		Sem atrasos	Dias de atraso <= 30 dias	Dias de atraso > 30 dias		Dias de atraso <= 90 dias	Dias de atraso > 90 dias	Total		
Exposição bruta										
Crédito a Particulares	179.584.646	16.634.206	727.172	499.792	17.861.170	2.061.502	5.297.209	7.358.711	-	204.804.527
Emp. não Financ.-Outros ser.	2.555	-	-	-	-	-	-	-	-	2.555
Outros Serviços/Out. Ativ.	2.159.654.849	21.530.297	-	-	21.530.297	-	-	-	-	2.181.185.146
Total	2.339.242.050	38.164.503	727.172	499.792	39.391.467	2.061.502	5.297.209	7.358.711	-	2.385.992.228
Perdas por imparidade										
Crédito a Particulares	148.874	365.787	87.637	94.379	547.803	496.021	1.704.499	2.200.520	-	2.897.197
Total	148.874	365.787	87.637	94.379	547.803	496.021	1.704.499	2.200.520	-	2.897.197
Exposição líquida										
Crédito a Particulares	179.435.772	16.268.419	639.535	405.413	17.313.367	1.565.481	3.592.710	5.158.191	-	201.907.330
Emp. não Financ.-Outros ser.	2.555	-	-	-	-	-	-	-	-	2.555
Outros Serviços/Out. Ativ.	2.159.654.849	21.530.297	-	-	21.530.297	-	-	-	-	2.181.185.146
Total	2.339.093.176	37.798.716	639.535	405.413	38.843.664	1.565.481	3.592.710	5.158.191	-	2.383.095.031
% de cobertura por imparidades										
Crédito a Particulares	0,08%	2,20%	12,05%	18,88%	3,07%	24,06%	32,18%	29,90%	0,00%	1,41%
Total	0,01%	0,96%	12,05%	18,88%	1,39%	24,06%	32,18%	29,90%	0,00%	0,12%

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição por classe de instrumento financeiro, rating interno e por stage é analisada como segue:

(Euros)

	31 dezembro 2021							
	Exposição bruta					Total	Perdas por imparidade	Exposição líquida
	Qualidade superior (GR 1-6)	Qualidade média (GR 7-9)	Qualidade inferior (GR 10-12)	GR Processuais (GR 13/14/15)	Não classificados (sem GR)			
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Stage 1	2.019.782.978	16.982.820	1.751.916	-	-	2.038.517.714	246.889	2.038.270.825
Stage 2	6.082.289	5.144.640	2.805.790	1.746.283	288.117	16.067.119	551.574	15.515.545
Stage 3	-	-	-	8.372.110	-	8.372.110	3.518.509	4.853.601
POCI	-	-	-	151.185	-	151.185	-	151.185
	2.025.865.267	22.127.460	4.557.706	10.269.578	288.117	2.063.108.128	4.316.972	2.058.791.156
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral								
Stage 1	504.005.942	-	-	-	-	504.005.942	-	504.005.942
	504.005.942	-	-	-	-	504.005.942	-	504.005.942
Garantias e outros compromissos								
Stage 1	377.014.090	3.852.998	499.228	-	-	381.366.316	22.378	381.343.938
Stage 2	24.020.762	1.123.395	494.910	40.096	3.112.523	28.791.686	98.162	28.693.524
Stage 3	-	-	-	169.071	-	169.071	15.088	153.983
	401.034.852	4.976.393	994.138	209.167	3.112.523	410.327.073	135.628	410.191.445
Total	2.930.906.061	27.103.853	5.551.844	10.478.745	3.400.640	2.977.441.143	4.452.600	2.972.988.543

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição por classe de instrumento financeiro, rating interno e por stage é analisada como segue:

(Euros)

	31 dezembro 2020							
	Exposição bruta					Total	Perdas por imparidade	Exposição líquida
	Qualidade superior (GR 1-6)	Qualidade média (GR 7-9)	Qualidade inferior (GR 10-12)	GR Processuais (GR 13/14/15)	Não classificados (sem GR)			
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Stage 1	1.953.855.491	15.860.513	1.736.289	-	-	1.971.452.293	141.187	1.971.311.106
Stage 2	3.776.233	4.244.611	2.969.098	1.554.240	337.823	12.882.005	496.990	12.385.015
Stage 3	-	-	-	7.175.532	-	7.175.532	2.192.571	4.982.961
	1.957.631.724	20.105.124	4.705.387	8.729.772	337.823	1.991.509.830	2.830.748	1.988.679.082
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral								
Stage 1	1.706.836	-	-	-	-	1.706.836	-	1.706.836
	1.706.836	-	-	-	-	1.706.836	-	1.706.836
Garantias e outros compromissos								
Stage 1	363.806.791	2.950.256	345.591	-	687.119	367.789.757	7.687	367.782.070
Stage 2	22.615.623	696.022	547.790	18.661	2.631.366	26.509.462	50.813	26.458.649
Stage 3	-	-	-	183.179	-	183.179	7.949	175.230
	386.422.414	3.646.278	893.381	201.840	3.318.485	394.482.398	66.449	394.415.949
Total	2.345.760.974	23.751.402	5.598.768	8.931.612	3.656.308	2.387.699.064	2.897.197	2.384.801.867

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros ao custo amortizado e as garantias e outros compromissos sujeitos a imparidade individual e coletiva, por segmento, são apresentados no quadro seguinte:

(Euros)

Segmento	31 dezembro 2021					
	Exposição bruta			Perdas por imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Particulares-Outros	-	250.983.428	250.983.428	-	4.452.600	4.452.600
Empresas Financeiras	-	2.222.451.773	2.222.451.773	-	-	-
Total	-	2.473.435.201	2.473.435.201	-	4.452.600	4.452.600

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros ao custo amortizado e as garantias e outros compromissos sujeitos a imparidade individual e coletiva, por setor de atividade, são apresentados no quadro seguinte:

(Euros)

Setor de atividade	31 dezembro 2021					
	Exposição bruta			Perdas por imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Crédito a Particulares	-	250.983.428	250.983.428	-	4.452.600	4.452.600
Outros Serviços/Out. Atividades	-	2.222.451.773	2.222.451.773	-	-	-
Total	-	2.473.435.201	2.473.435.201	-	4.452.600	4.452.600

As colunas "Exposição bruta" e "Perdas por imparidade coletiva" incluem os créditos sujeitos a análise individual para os quais o Banco concluiu não existir evidência objetiva de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros ao custo amortizado e as garantias e outros compromissos sujeitos a imparidade individual e coletiva, por segmento, são apresentados no quadro seguinte:

(Euros)

Segmento	31 de dezembro 2020					
	Exposição bruta			Perdas por imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Particulares-Outros	-	204.804.527	204.804.527	-	2.897.197	2.897.197
Empresas Financeiras	-	2.181.185.146	2.181.185.146	-	-	-
Emp. não Financ.-Corporate	-	2.555	2.555	-	-	-
Total	-	2.385.992.228	2.385.992.228	-	2.897.197	2.897.197

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros ao custo amortizado e as garantias e outros compromissos sujeitos a imparidade individual e coletiva, por setor de atividade, são apresentados no quadro seguinte:

(Euros)

Setor de atividade	31 de dezembro 2020					
	Exposição bruta			Perdas por imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Crédito a particulares	-	204.804.527	204.804.527	-	2.897.197	2.897.197
Emp. não Financ.-Outros serviços	-	2.555	2.555	-	-	-
Outros Serviços/Out. Atividades	-	2.181.185.146	2.181.185.146	-	-	-
Total	-	2.385.992.228	2.385.992.228	-	2.897.197	2.897.197

As colunas "Exposição bruta" e "Perdas por imparidade coletiva" incluem os créditos sujeitos a análise individual para os quais o Banco concluiu não existir evidência objetiva de imparidade.

Em 31 de dezembro 2021, o quadro seguinte inclui o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção (data de início das operações em carteira na data de referência das demonstrações financeiras - não inclui as operações reestruturadas):

Ano de produção	2021					Total
	Construção e CRE	Empresas Out. Atividades	Habitação	Particulares Outros	Outros Créditos	
2011 e anteriores						
Número de operações	19	42	-	6.445	-	6.506
Montante (Euros)	170.200	229.112.984	-	18.645.210	-	247.928.394
Imparidade constituída (Euros)	182	-	-	68.164	-	68.346
2012						
Número de operações	5	21	-	3.147	-	3.173
Montante (Euros)	6.550	5.993.157	-	3.675.542	-	9.675.249
Imparidade constituída (Euros)	1	-	-	9.723	-	9.724
2013						
Número de operações	4	40	-	3.210	-	3.254
Montante (Euros)	5.500	20.802.249	-	3.803.454	-	24.611.203
Imparidade constituída (Euros)	7	-	-	13.325	-	13.332
2014						
Número de operações	5	48	-	5.480	-	5.533
Montante (Euros)	5.900	18.290.392	-	5.664.900	-	23.961.192
Imparidade constituída (Euros)	5	-	-	28.361	-	28.366
2015						
Número de operações	20	35	-	9.487	-	9.542
Montante (Euros)	24.250	9.958.675	-	8.901.817	-	18.884.742
Imparidade constituída (Euros)	31	-	-	48.777	-	48.808
2016						
Número de operações	24	-	-	13.699	-	13.723
Montante (Euros)	16.390	-	-	13.069.582	-	13.085.972
Imparidade constituída (Euros)	161	-	-	112.861	-	113.022
2017						
Número de operações	39	-	-	16.887	-	16.926
Montante (Euros)	57.919	-	-	17.648.288	-	17.706.207
Imparidade constituída (Euros)	128	-	-	277.256	-	277.384
2018						
Número de operações	51	-	-	21.914	-	21.965
Montante (Euros)	70.490	-	-	26.707.524	-	26.778.014
Imparidade constituída (Euros)	398	-	-	632.950	-	633.348
2019						
Número de operações	86	27	-	35.664	-	35.777
Montante (Euros)	144.948	19.687.389	-	52.494.290	-	72.326.627
Imparidade constituída (Euros)	12.043	-	-	1.457.334	-	1.469.377
2020						
Número de operações	40	15	-	15.983	-	16.038
Montante (Euros)	45.470	912.804	-	33.950.507	-	34.908.781
Imparidade constituída (Euros)	1.850	-	-	766.622	-	768.472
2021						
Número de operações	64	28	-	28.756	-	28.848
Montante (Euros)	181.058	1.611.267	-	63.849.755	-	65.642.080
Imparidade constituída (Euros)	3.978	-	-	378.376	-	382.354
Total						
Número de operações	357	256	-	160.672	-	161.285
Montante (Euros)	728.675	306.368.917	-	248.410.869	-	555.508.461
Imparidade constituída (Euros)	18.784	-	-	3.793.749	-	3.812.533

No ano de produção corrente, são incluídas operações que, pela sua natureza, são sujeitas contratualmente a renovações. Nestes casos é considerada a data da última renovação, nomeadamente para operações de descobertos bancários, conta corrente caucionada e crédito tomado em operações de *factoring*.

Em 31 de dezembro 2020, o quadro seguinte inclui o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção (data de início das operações em carteira na data de referência das demonstrações financeiras - não inclui as operações reestruturadas):

Ano de produção	2020					Total
	Construção e CRE	Empresas Out. Atividades	Habitação	Particulares Outros	Outros Créditos	
2010 e anteriores						
Número de operações	15	39	-	4.976	-	5.030
Montante (Euros)	163.750	236.481.048	-	16.322.817	-	252.967.615
Imparidade constituída (Euros)	78	-	-	35.975	-	36.053
2011						
Número de operações	5	6	-	1.629	-	1.640
Montante (Euros)	6.450	61.127	-	2.176.256	-	2.243.833
Imparidade constituída (Euros)	3	-	-	15.898	-	15.901
2012						
Número de operações	5	21	-	3.204	-	3.230
Montante (Euros)	6.550	5.993.157	-	3.338.390	-	9.338.097
Imparidade constituída (Euros)	1	-	-	5.720	-	5.721
2013						
Número de operações	5	40	-	3.408	-	3.453
Montante (Euros)	5.750	20.802.249	-	3.480.656	-	24.288.655
Imparidade constituída (Euros)	13	-	-	10.253	-	10.266
2014						
Número de operações	5	51	-	5.651	-	5.707
Montante (Euros)	7.500	19.909.175	-	4.952.504	-	24.869.179
Imparidade constituída (Euros)	3	-	-	29.239	-	29.242
2015						
Número de operações	21	41	-	9.758	-	9.820
Montante (Euros)	27.500	9.959.321	-	7.740.804	-	17.727.625
Imparidade constituída (Euros)	27	-	-	42.286	-	42.313
2016						
Número de operações	22	-	-	14.349	-	14.371
Montante (Euros)	12.446	-	-	11.491.200	-	11.503.646
Imparidade constituída (Euros)	125	-	-	95.870	-	95.995
2017						
Número de operações	38	-	-	17.759	-	17.797
Montante (Euros)	65.490	-	-	17.192.384	-	17.257.874
Imparidade constituída (Euros)	131	-	-	306.638	-	306.769
2018						
Número de operações	50	-	-	23.399	-	23.449
Montante (Euros)	80.645	-	-	30.030.358	-	30.111.003
Imparidade constituída (Euros)	92	-	-	630.656	-	630.748
2019						
Número de operações	90	30	-	39.142	-	39.262
Montante (Euros)	197.370	20.144.831	-	63.062.128	-	83.404.329
Imparidade constituída (Euros)	8.518	-	-	1.060.632	-	1.069.150
2020						
Número de operações	48	19	-	19.307	-	19.374
Montante (Euros)	63.034	1.385.465	-	43.570.927	-	45.019.426
Imparidade constituída (Euros)	631	-	-	467.024	-	467.655
Total						
Número de operações	304	247	-	142.582	-	143.133
Montante (Euros)	636.485	314.736.373	-	203.358.424	-	518.731.282
Imparidade constituída (Euros)	9.622	-	-	2.700.191	-	2.709.813

No ano de produção corrente, são incluídas operações que, pela sua natureza, são sujeitas contratualmente a renovações. Nestes casos é considerada a data da última renovação, nomeadamente para operações de descobertos bancários, conta corrente caucionada e crédito tomado em operações de *factoring*.

O quadro seguinte inclui o detalhe, em 31 de dezembro de 2021, do justo valor dos colaterais (não limitado pelo valor máximo garantido) subjacentes à carteira de crédito dos segmentos Construção e CRE, Empresas - Outras Atividades e Habitação:

Justo valor	2021					
	Construção e CRE		Particulares - Outros		Habitação	
	Imóveis	Outros colaterais reais (*)	Imóveis	Outros colaterais reais (*)	Imóveis	Outros colaterais reais (*)
< 0,5 M€						
Número	1	-	3	82	-	-
Montante (Euros)	70.596	-	50.382	1.840.389	-	-
Total						
Número	1	-	3	82	-	-
Montante (Euros)	70.596	-	50.382	1.840.389	-	-

(*) Inclui, nomeadamente, valores mobiliários, depósitos e penhores de ativos fixos.

O quadro seguinte inclui o detalhe, em 31 de dezembro 2020, do justo valor dos colaterais (não limitado pelo valor máximo garantido) subjacentes à carteira de crédito dos segmentos Construção e CRE, Empresas - Outras Atividades e Habitação:

Justo valor	2020					
	Construção e CRE		Particulares - Outros		Habitação	
	Imóveis	Outros colaterais reais (*)	Imóveis	Outros colaterais reais (*)	Imóveis	Outros colaterais reais (*)
< 0,5 M€						
Número	1	1	1	89	-	-
Montante (Euros)	78.511	15.387	821	1.798.779	-	-
>= 0,5 M€ e < 1 M€						
Número	-	-	1	-	-	-
Montante (Euros '000)	-	-	799.800	-	-	-
Total						
Número	1	1	2	89	-	-
Montante (Euros)	78.511	15.387	800.621	1.798.779	-	-

(*) Inclui, nomeadamente, valores mobiliários, depósitos e penhores de ativos fixos.

Em 31 de dezembro de 2021, o quadro seguinte inclui o rácio LTV (*loan-to-value*) dos segmentos Construção e CRE, Empresas - Outras Atividades e Habitação:

(Euros)

Segmento/Rácio	31 dezembro 2021				
	Número	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Imparidade
	de imóveis				
Construção e CRE					
Sem colateral associado	n.a.	337.625	39.091	37.954	18.401
>=100%	1	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2020, o quadro seguinte inclui o rácio LTV (*loan-to-value*) dos segmentos Construção e CRE, Empresas - Outras Atividades e Habitação:

(Euros)

Segmento/Rácio	31 dezembro 2020				
	Número	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Imparidade
	de imóveis				
Construção e CRE					
Sem colateral associado	n.a.	287.875	31.874	18.462	9.422
>=100%	1	-	-	-	-

Análise de impactos da pandemia Covid-19 na definição de Stage de risco IFRS 9, classificação de clientes em situações de risco acrescido ou de *default* e definição de imparidades

Durante o ano de 2021 o Banco manteve processos de acompanhamento dos potenciais impactos da crise pandémica Covid-19, dando seguimento às medidas já implementadas durante o ano de 2020.

Mais especificamente no que respeita às implicações sobre a classificação em Stages de risco nos termos previstos na IFRS 9, bem como ao apuramento de imparidades, os principais procedimentos implementados pelo Banco em Portugal foram os que seguidamente se descrevem.

i. Atualização de cenários macroeconómicos

No que respeita à carteira de clientes objeto de análise coletiva, foram efetuadas, no final de dezembro, atualizações dos pressupostos macroeconómicos utilizados no cálculo de imparidade, tendo por base três cenários (Cenário Central, *Upside* e *Downside*), elaborados pela área de Estudos Económicos do Banco.

Os referidos cenários, que são usados transversalmente no Banco para diversas finalidades para além do cálculo da imparidade, tiveram em consideração as projeções existentes por parte de entidades de referência.

Os quadros abaixo apresentados sistematizam os pressupostos considerados em dezembro de 2021 para Portugal dos cenários centrais relativamente a algumas das variáveis mais críticas utilizadas na estimativa da imparidade coletiva relativamente a 2021 e 2022.

Atualização das principais variáveis dos Cenários Macroeconómicos (Cenário Central)

Indicador	Cenário dezembro 2020		Cenário dezembro 2021		Diferença	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
	Taxa de desemprego	8,80%	8,12%	6,55%	5,96%	-2,25%
Evolução anual PIB nominal	5,16%	5,93%	7,12%	7,84%	1,96%	1,91%
Taxa de poupança	8,73%	6,50%	9,50%	6,80%	0,78%	0,30%
Yield anual dívida soberana Alemã 10 anos	-0,55%	-0,49%	-0,24%	-0,11%	0,31%	0,38%

O quadro seguinte descreve as ponderações atribuídas aos diferentes cenários macroeconómicos considerados em dezembro de 2020 e dezembro de 2021, que se podem considerar como conservadoras:

Cenário	Ponderador	
	dez 2020	dez 2021
Central	60%	60%
<i>Upside</i>	10%	10%
<i>Downside</i>	30%	30%

ii. Inclusão de *overlays* de imparidade

No sentido de incorporar um nível de conservadorismo adicional nos valores de imparidade e indo de encontro aos *guidelines* emitidos pelos Supervisores, nomeadamente no que respeita à identificação e mensuração do risco de crédito no contexto da pandemia Covid-19, o Banco definiu e implementou uma metodologia de identificação complementar de situações de aumento significativo de risco de crédito e de indícios de imparidade. Esta abordagem teve em consideração diversos fatores considerados pertinentes para uma aferição do risco potencial das exposições dos clientes num contexto excepcional resultante da pandemia Covid-19, incluindo dados já observados no seu comportamento e impactos estimados, adotando critérios complementares e distintos em relação às metodologias em vigor, tendo sido adotadas abordagens distintas para o cálculo dos *overlays* dos segmentos de empresas e particulares. Esta metodologia foi sendo ajustada ao longo do exercício de 2021, tendo sido incluídos critérios adicionais, nomeadamente para os clientes que desenvolvem a sua atividade nos setores considerados pelo Banco como sendo de maior risco e com impacto potencial mais adverso no contexto da pandemia Covid-19 e/ou para os clientes que estiveram abrangidos por moratórias, assim como a inclusão dos clientes *performing* objeto de análise individual de imparidade.

Em resultado da implementação desta metodologia, o Banco procedeu ao apuramento de uma imparidade adicional à que resulta do modelo de análise coletiva, portanto com características de *overlays*, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 ascende a aproximadamente Euros 38,6 mil para o ActivoBank.

iii. *Freeze* do Grau de Risco de clientes objeto de atribuição de rating por modelos comportamentais

Numa perspetiva conservadora, o Banco procedeu a uma identificação dos clientes objeto de moratória com notação de risco interna por modelos comportamentais que no final de dezembro de 2021 registaram uma melhoria de grau de risco em comparação com o existente antes da adesão à moratória e, para estes casos, assumiu para efeitos de critérios de staging e apuramento de imparidades a manutenção dessa notação de risco pré-moratória.

Este procedimento não implicou uma alteração da notação de risco interna atribuída pelo Banco, sendo considerado para efeitos de staging dos clientes e apuramento de imparidade.

iv. Classificação de operações como reestruturações por dificuldades financeiras

Especificamente no que respeita à classificação de clientes como reestruturados por dificuldades financeiras, dentro do previsto nas orientações emitidas por reguladores e supervisores, as operações que foram enquadradas no âmbito da moratória estatal (Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 março) ou da moratória sectorial (protocolo celebrado no contexto da APB) poderiam não ser marcadas como reestruturadas por dificuldades financeiras. Ainda assim, o Banco decidiu adotar uma abordagem conservadora, procedendo à classificação como reestruturadas por dificuldades financeiras as operações que beneficiaram das referidas moratórias e que no dia da adesão à moratória apresentavam mais de 30 dias consecutivos de incumprimento acima das materialidades.

No que respeita à marcação de reestruturações por dificuldades financeiras de outras operações ou alterações contratuais, o Banco continuou a reforçar os procedimentos internos com vista à rigorosa classificação de novas operações ou modificação de operações em curso que se considerem realizadas por dificuldades financeiras dos clientes.

Operações objeto de moratórias legislativas e não legislativas e novos empréstimos concedidos ao abrigo de novos sistemas de garantia pública introduzidos em resposta à crise da Covid-19

Os quadros seguidamente apresentados procedem à caracterização das operações que, à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram objeto de moratórias legislativas e não legislativas, bem como os novos empréstimos concedidos ao abrigo de novos sistemas de garantia pública introduzidos em resposta à crise da Covid-19.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, os valores incluídos relativamente a moratórias em vigor são nulos.

Empréstimos e adiantamentos objeto de moratórias legislativas e não legislativas

Análise da exposição bruta e respetiva imparidade dos empréstimos e adiantamentos que alguma vez foram objeto de moratórias legislativas e não legislativas, com referência a 31 de dezembro de 2021:

		(Euros)						
		Montante escriturado bruto						
		Produtivos			Não produtivos			
		Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Stage 2)	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Dos quais: Probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há <= 90 dias	Entradas para exposições não produtivas
Total								
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	19.046.048	16.598.722	866.770	2.552.924	2.447.326	782.509	580.472	1.608.636
dos quais: famílias	19.046.048	16.598.722	866.770	2.552.924	2.447.326	782.509	580.472	1.608.636

		(Euros)						
		Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito						
		Produtivos			Não produtivos			
		Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Stage 2)	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Dos quais: Probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há <= 90 dias	
Total								
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória		1.006.736	166.985	32.124	138.141	839.751	337.963	206.766
dos quais: famílias		1.006.736	166.985	32.124	138.141	839.751	337.963	206.766

A análise do montante escriturado bruto e respetiva imparidade acumulada, dos empréstimos e adiantamentos sujeitos à moratória, com referência a 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

		(Euros)						
		Montante escriturado bruto						
		Produtivos			Não produtivos			
		Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Stage 2)	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Dos quais: Probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há <= 90 dias	Entradas para exposições não produtivas
Total								
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	24.433.501	23.382.205	92.852	2.847.915	1.051.296	185.160	816.119	1.024.020
dos quais: famílias	24.433.501	23.382.205	92.852	2.847.915	1.051.296	185.160	816.119	1.024.020

		(Euros)						
		Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito						
		Produtivos			Não produtivos			
		Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Stage 2)	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Dos quais: Probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há <= 90 dias	
Total								
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória		399.089	139.949	1.214	116.516	259.140	50.731	202.318
dos quais: famílias		399.089	139.949	1.214	116.516	259.140	50.731	202.318

A análise dos empréstimos e adiantamentos cuja moratória foi oferecida e concedida (inclui moratórias já expiradas), a 31 de dezembro de 2021, é a seguinte:

		(Euros)		
		Montante escriturado bruto		
		Número de devedores	Dos quais: moratórias legislativas	Dos quais: expiradas
Empréstimos e adiantamentos aos quais foi oferecida uma moratória		2.820	19.046.049	
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória (aplicada)		2.820	19.046.049	-
dos quais: famílias			19.046.049	-

A análise dos empréstimos e adiantamentos cuja moratória foi oferecida e concedida (inclui moratórias já expiradas), a 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

		(Euros)		
		Montante escriturado bruto		
	Número de devedores		Dos quais: moratórias legislativas	Dos quais: expiradas
Empréstimos e adiantamentos aos quais foi oferecida uma moratória	3.264	24.433.501		
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória (aplicada)	3.264	24.433.501	-	1.564.237
dos quais: famílias		24.433.501	-	1.564.237

A análise dos empréstimos e adiantamentos cuja moratória foi oferecida e foi concedida até o vencimento residual da moratória, a 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

		(Euros)		
		Prazo residual das moratórias		
		<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	Total
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória (aplicada)		20.132.034	2.737.230	22.869.264
dos quais: famílias		20.132.034	2.737.230	22.869.264

Riscos de Mercado

O Banco, no controlo do risco de mercado assumido nas diversas áreas de gestão (de acordo com a definição anterior), utiliza uma medida integrada de risco que engloba os principais componentes de risco de mercado identificados pelo Grupo: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de *commodities* (mercadorias).

A medida utilizada na avaliação do risco genérico de mercado é o VaR (*Value at Risk*). O cálculo do VaR é efetuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%. A estimação da volatilidade associada a cada um dos fatores de risco no modelo é efetuada utilizando uma aproximação histórica (*equally weighted*) com um período de observação de um ano.

Utiliza-se igualmente um modelo de avaliação do risco específico existente devido à detenção de títulos (obrigações, ações, certificados, etc.) e cuja performance esteja diretamente ligada ao valor destes. Com as necessárias adaptações, este modelo segue o standard regulamentar.

São ainda utilizadas medidas complementares para os restantes tipos de risco, uma medida de risco não linear que incorpora o risco de opções não coberto no modelo VaR, com um intervalo de confiança de 99% e uma medida standard para o risco de *commodities*.

Estas medidas são integradas no indicador de risco de mercado com o pressuposto conservador de correlação perfeita entre os diversos tipos de risco.

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adotado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para a carteira de negociação:

Rubricas de risco	(Euros)			
	2021	Máximo risco global no período	Mínimo risco global no período	2020
Risco Genérico (VaR)	26.739	32.622	10.606	10.808
Risco Cambial	26.739	32.622	10.606	10.808
Risco Global	26.739	32.622	10.606	10.808

Risco de taxa de juro

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Banco.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efetuada a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de repricing e eventuais pressupostos de pré-pagamentos considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, por moeda, é calculada pela diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

Os valores apresentados nos quadros abaixo evidenciam o impacto esperado no valor económico da carteira bancária devido a deslocações paralelas na curva de rendimentos em +/-100 e +/-200 pontos base em cada uma das moedas em que o Banco tem posições significativas:

Moeda	(Euros)			
	2021			
	- 200 pb (*)	- 100 pb (*)	+ 100 pb	+ 200 pb
CHF	(3.237)	(3.245)	5.180	10.054
EUR	(51.741.498)	(51.839.698)	62.348.554	120.920.921
USD	(448.655)	(216.632)	204.081	396.447
	(52.193.390)	(52.059.575)	62.557.815	121.327.422

Moeda	(Euros)			
	2020			
	- 200 pb (*)	- 100 pb (*)	+ 100 pb	+ 200 pb
CHF	(2.019)	6.178	10.246	19.974
EUR	(13.500.039)	20.387.578	42.963.440	83.618.155
USD	(234.086)	(71.446)	192.523	375.578
	(13.736.144)	20.322.310	43.166.209	84.013.707

(*) Cenário, de descida de taxas, limitado a taxas não negativas (o que implica variações efetivas de menor amplitude que 100 pb, sobretudo nos prazos mais curtos).

Risco de liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Banco é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Banco para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efetuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projeções de *cash-flows* para períodos de, respetivamente, 3 dias e 3 meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respetivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes *Corporate* e *Private* que, pela sua dimensão, são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o gap de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez estrutural do Banco, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do CALCO, visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da atividade.

Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade do Comité de Risco.

A carteira de ativos disponíveis para desconto junto do BCE (após *haircuts*) terminou o período findo em 31 de dezembro de 2021 com um valor de Euros 500.561.214, mais Euros 500.320.175 do que no final de 2020. Não existe qualquer valor mobilizado na pool da política monetária do BCE.

Este controlo é reforçado com a execução mensal de stress tests de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Grupo cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e as tomadas de decisões de gestão sobre esta matéria.

Risco operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte *end-to-end*. A gestão dos processos é da competência dos *Process Owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da *performance* no âmbito dos seus processos. Os *Process Owners* são responsáveis por manter atualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efetiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão direta ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *risk self assessment*, detetar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as ações de mitigação para as exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Banco destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detetado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as ações de mitigação para as exposições críticas.

37. Passivos contingentes e outros compromissos

De acordo com a política contabilística 1.03, o principal passivo contingente e outros compromissos enquadrados na IAS 37 é o seguinte:

Fundo de Resolução

Medida de resolução do Banco Espírito Santo, S.A.

Em 3 de agosto de 2014, com o intuito de salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro, o Banco de Portugal, aplicou uma medida de resolução ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 145.º C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), na modalidade de transferência parcial de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão para um banco de transição, o Novo Banco, S.A. (Novo Banco), constituído por deliberação do Banco de Portugal nessa mesma data. No âmbito deste processo, o Fundo de Resolução realizou uma entrada de capital no Novo Banco no montante de Euros 4.900 milhões, passando a ser, nessa data, o único acionista.

Adicionalmente, conforme informação disponibilizada pelo site do Fundo de Resolução, este contraiu empréstimos no montante de Euros 4.600 milhões, dos quais Euros 3.900 milhões concedidos pelo Estado e Euros 700 milhões concedidos por um conjunto de instituições de crédito, sendo que o ActivoBank não possui empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução.

Conforme anunciado a 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal transferiu para o Fundo de Resolução as responsabilidades emergentes dos *“eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências”*.

A 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014.

Nos termos da Lei aplicável, caso se venha a verificar, no encerramento da liquidação do BES, que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de maio de 2019, a Comissão Liquidatária do BES divulgou um comunicado sobre a apresentação na secretaria do tribunal da lista de credores por si reconhecidos e da lista dos credores não reconhecidos e termos subsequentes do processo. Neste detalha que o total dos créditos reconhecidos, incluindo capital, juros remuneratórios e moratórios ascende ao valor global de Euros 5.056.814.588, dos quais Euros 2.221.549.499 são créditos comuns e Euros 2.835.265.089 são créditos subordinados, não havendo quaisquer créditos garantidos ou privilegiados. Quer o número total de credores reconhecidos, quer o valor total dos créditos reconhecidos e a sua graduação só ficarão definitivamente fixados com o trânsito em julgado da sentença de verificação e graduação de créditos a proferir no processo de liquidação.

Na sequência da resolução do BES, existe um conjunto relevante de ações judiciais em curso contra o Fundo de Resolução. De acordo com a nota 19 do Relatório e Contas de 2020 do Fundo de Resolução, *“As ações judiciais relacionadas com a aplicação de medidas de resolução não têm precedentes jurídicos, o que impossibilita o uso da jurisprudência na sua avaliação, bem como uma estimativa fiável do eventual efeito financeiro contingente associado. (...) A Comissão Diretiva, suportada pela opinião dos advogados que asseguram o patrocínio destas ações, e face à informação jurídico-processual disponível até ao momento, considera que não existe qualquer evidência que infirme a sua convicção de que a probabilidade de sucesso seja superior à probabilidade de insucesso”*.

Ainda de acordo com a nota 20 da mesma fonte, *“Para além dos tribunais portugueses, importa atender ao contencioso do Novo Banco, S. A., em outras jurisdições, sendo de destacar, pela sua materialidade e respetiva fase processual, o contencioso na jurisdição espanhola. (...) Relativamente à litigância na jurisdição espanhola, durante os anos de 2018 a 2020, transitaram em julgado (...) duas (sentenças) que condenaram o Novo Banco, e em relação às quais foi solicitada a devida compensação ao Fundo de Resolução, estando a ser analisados os fundamentos para a sua exigibilidade”*.

Em 31 de março de 2017, o Banco de Portugal efetuou um comunicado sobre o processo de venda do Novo Banco, onde refere: *“O Banco de Portugal selecionou hoje a Lone Star para concluir a operação de venda do Novo Banco tendo o Fundo de Resolução assinado os documentos contratuais da operação. Nos termos do acordo, a Lone Star irá realizar injeções de capital no Novo Banco no montante total de Euros 1.000 milhões, dos quais Euros 750 milhões no momento da conclusão da operação e Euros 250 milhões no prazo de até 3 anos. Por via da injeção de capital a realizar, a Lone Star passará a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução manterá 25% do capital”*.

As condições acordadas incluem ainda a existência de um mecanismo de capitalização contingente (MCC) nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, se compromete a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições cumulativas, relacionadas com perdas nos ativos abrangidos pelo mecanismo de capitalização contingente e com a evolução dos rácios de capital do Novo Banco.

Estando estas condições verificadas, o Fundo de Resolução pode ser chamado a efetuar um pagamento ao Novo Banco pelo montante correspondente ao menor valor entre as perdas acumuladas nos ativos abrangidos e o montante necessário para a reposição dos rácios de capital nos níveis acordados. As eventuais injeções de capital a realizar nos termos deste mecanismo contingente estão sujeitas a um limite máximo absoluto. As condições acordadas preveem também mecanismos de salvaguarda dos interesses do Fundo de Resolução, de alinhamento de incentivos e de fiscalização, não obstante as limitações decorrentes da aplicação das regras de auxílios de Estado.

No dia 18 de outubro de 2017, após a resolução do Conselho de Ministros n.º 151-A/2017, de 2 de outubro de 2017, o Banco de Portugal comunicou a conclusão da venda do Novo Banco à Lone Star mediante a injeção pelo novo acionista de Euros 750 milhões, seguido de nova entrada de capital de Euros 250 milhões a concretizar até ao final do ano de 2017. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, cumprindo-se integralmente as finalidades que presidiram à resolução do BES.

A 26 de fevereiro de 2018 a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da sua decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco. Nesse comunicado são identificadas as três medidas de suporte do Fundo de Resolução e do Estado que integram o acordo de venda e que se encontram associadas a uma carteira de empréstimos de valor bruto em balanço na ordem de Euros [10 - 20] mil milhões⁽¹⁾ cujo grau de adequação da cobertura é tido por incerto⁽²⁾:

(i) Mecanismo de Capital Contingente (MCC), em que a Lone Star tem o direito de reclamar junto do Fundo de Resolução os custos de financiamento, as perdas e provisionamento com os ativos pertencentes a essa carteira, até um montante máximo de Euros 3,89 mil milhões, subordinado ao preenchimento de diversas condições, entre as quais uma redução do rácio de capital CET1 para um valor inferior a [8%-13%]⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾;

(ii) Tomada firme pelo Fundo de Resolução de emissão de *Tier 2* a realizar pelo Novo Banco, até ao montante de Euros 400 milhões, na medida em que se afigure necessário para a emissão, montante que abate ao Mecanismo de Capital Contingente, limitando a exposição do Fundo de Resolução ao Novo Banco decorrente da venda a Euros 3,89 mil milhões⁽²⁾;

(iii) O Estado Português poderá injetar capital no Novo Banco, sob algumas condições e via diferentes instrumentos, na eventualidade do rácio de capital total atingir valores inferiores aos requisitos de capital definidos no âmbito do *Supervisory Review and Evaluation Process* (SREP)⁽²⁾. De acordo com uma notícia de maio de 2021, o valor desta recapitalização poderá ascender a Euros 1,6 mil milhões, não sendo claro se este montante será financiado via Fundo de Resolução ou diretamente pelo Estado Português.

De acordo com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2018, o Fundo de Resolução e o Novo Banco acordaram que um Agente de Verificação - entidade independente à qual compete, no essencial, esclarecer eventuais divergências que possam existir entre o Novo Banco e o Fundo de Resolução quanto ao conjunto de cálculos inerente ao mecanismo de capitalização contingente ou quanto à aplicação prática dos princípios estipulados no contrato - se encarrega de confirmar que o perímetro do mecanismo está correto e que os valores do balanço do Novo Banco estão a ser corretamente vertidos no mecanismo, bem como de verificar o conjunto de cálculos subjacente, nomeadamente através da confirmação do correto apuramento das perdas e do valor de referência dos ativos. De acordo com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2020, o Fundo de Resolução acompanha os trabalhos realizados pelo Agente de Verificação, solicitando-lhe também análises específicas.

De acordo com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2020, *“No que respeita a períodos futuros, considera-se existir incerteza significativa quanto aos parâmetros relevantes para o apuramento de eventuais responsabilidades futuras, seja para o seu aumento ou para a sua redução, nos termos do MCC”*.

Em comunicado de 17 de junho de 2019, o Fundo de Resolução divulgou um conjunto de esclarecimentos relacionados com o pagamento devido em 2019 no âmbito do acordo de capitalização contingente celebrado com o Novo Banco, nomeadamente:

- Para haver pagamentos por parte do Fundo de Resolução (limitados a um máximo de Euros 3.890 milhões durante toda a vida do mecanismo) é necessário que ocorram perdas nos ativos abrangidos pelo mecanismo contingente e que os rácios de capital do Novo Banco se situem em nível inferior aos limiares de referência acordados;
- O pagamento a efetuar pelo Fundo de Resolução corresponde ao menor valor entre as perdas acumuladas nos ativos abrangidos e o montante necessário para repor os rácios de capital acima do limiar mínimo de referência;
- Os rácios de capital de referência estão, nos anos de 2017, 2018 e 2019, ancorados aos requisitos regulamentares aplicáveis ao Novo Banco (rácio de 11,25% e de 12,75%, respetivamente, para CET1 e *Tier 1*), mas, a partir de 2020, o rácio de referência corresponde a um rácio de CET1 de 12%;
- O valor de referência inicial da carteira que integra o MCC era, à data de 30 de junho de 2016, de Euros 7.838 milhões (valor contabilístico dos respetivos ativos, líquidos de imparidades);
- O valor da carteira, a 30 de junho de 2021, ascendia a Euros 2 mil milhões (valor contabilístico dos respetivos ativos líquidos de imparidades), segundo o Relatório e Contas do 1.º semestre de 2021 do Novo Banco.

⁽¹⁾ Valor exato não divulgado pela Comissão Europeia por motivos de confidencialidade

⁽²⁾ Conforme referido na respetiva Decisão da Comissão Europeia

⁽³⁾ De acordo com a apresentação de resultados referente a 2018 do Novo Banco, a “condição mínima de capital” é (i) CET1 ou *Tier 1* < CET1 ou requisito SREP *Tier 1* mais um *buffer* para os primeiros 3 anos (2017-2019); (ii) CET1 < 12%

De acordo com comunicado do Fundo de Resolução a 4 junho 2020, este esclarece que o *“Fundo de Resolução e o Novo Banco iniciaram um procedimento arbitral com vista a esclarecer o tratamento que devem merecer, à luz do Acordo de Capitalização Contingente celebrado entre ambos, os efeitos decorrentes da intenção do Novo Banco em prescindir do regime transitório de que atualmente beneficia e que visa reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os Fundos próprios das instituições de crédito. Esta questão enquadra-se no âmbito da execução do Acordo de Capitalização Contingente, que fixa em Euros 3.890 milhões o montante máximo de pagamentos a realizar pelo Fundo de Resolução. Assim, mesmo que o procedimento arbitral viesse a ter um desfecho desfavorável para as pretensões do Fundo de Resolução, os seus efeitos seriam incluídos no limite máximo de Euros 3.890 milhões previsto no Acordo de Capitalização Contingente. O procedimento arbitral referido não representa, portanto, risco adicional face ao limite de Euros 3.890 milhões”*.

Em comunicado de 2 de novembro de 2021, o Fundo de Resolução informa da sentença final do Tribunal Arbitral constituído no âmbito da Câmara de Comércio Internacional, de Paris, a seu favor relativamente ao litígio sobre o regime transitório da introdução da IFRS 9. O valor do litígio à data da sentença ascendia a 169 milhões de euros, montante que o Fundo de Resolução teria de pagar ao Novo Banco caso a sentença do Tribunal Arbitral não lhe tivesse sido favorável.

De acordo com comunicado do Novo Banco de 3 novembro 2021, *“o Novo Banco está a rever a decisão”* do Tribunal Arbitral.

Num outro comunicado a 16 junho 2020, o Fundo de Resolução esclarece que *“o Fundo de Resolução também já prestou à Comissão de Orçamento e Finanças, por escrito, todos os esclarecimentos sobre a sua decisão de deduzir, ao valor apurado nos termos do mecanismo de capitalização contingente, o montante relativo à remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração Executivo do Novo Banco”*.

De acordo com o Relatório e Contas do 1.º semestre de 2021 do Novo Banco, *“Decorrente dos prejuízos do exercício de 2020 foi registado um valor a receber por parte do Fundo de Resolução de 598.312 milhares de euros relativo ao Mecanismo de Capitalização Contingente, contabilizado em outras reservas e que resulta, a data de cada balanço, das perdas ocorridas e dos rácios regulamentares em vigor no momento da sua determinação. Em junho de 2021, relativo ao exercício de 2020, foi efetuado o pagamento de 317.013 milhares de euros. A diferença resulta de divergências entre o Novo Banco e o Fundo de Resolução, relativamente (i) a provisão para operações descontinuadas em Espanha, (ii) valorização de unidades de participação e (iii) política de coberturas do risco de taxa de juro, conduzindo a uma limitação ao acesso imediato a este montante, que apesar de se encontrar registado como valores a receber, o Novo Banco deduziu em 30 de junho de 2021, o valor de 277.442 milhares de euros do cálculo do capital regulamentar. O Novo Banco considera o valor de 277.442 milhares de euros como devido ao abrigo do Mecanismo de Capitalização Contingente, estando a despoletar os mecanismos legais e contratuais à sua disposição no sentido de assegurar o recebimento dos mesmos. Adicionalmente, foi ainda deduzido o montante da remuneração variável do Conselho de Administração executivo relativo aos exercícios de 2019 e 2020 (3.857 milhares de euros)”*.

De acordo com um comunicado do Fundo de Resolução de 3 de setembro 2020, na sequência do pagamento realizado em maio de 2019 pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco em cumprimento do MCC, foi realizada uma auditoria especial determinada pelo Governo. Informação foi apresentada pela entidade independente que realizou a auditoria especial evidencia, designadamente, que o Novo Banco tem vindo a operar num quadro fortemente marcado pelo vasto legado de ativos não produtivos, gerado ainda na esfera do BES, com o consequente registo de imparidades e provisões, mas contribuindo para robustecer os procedimentos internos do Novo Banco. No que respeita ao exercício dos poderes do Fundo de Resolução no âmbito do MCC, os resultados da auditoria traduzem a adequação dos princípios e critérios adotados.

O Novo Banco, S.A. aderiu ao Regime Especial aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (REAIID), previsto na Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, segundo o qual caso o Fundo de Resolução não venha a exercer o seu direito potestativo de adquirir os direitos de conversão atribuídos ao Estado, este poderá tornar-se acionista do Novo Banco S.A. De acordo com a informação do relatório e contas do Fundo de Resolução de 2020, nos termos do Contrato de Venda e Subscrição de 75% do capital social do Novo Banco, S. A. celebrado com a Lone Star em 17 de outubro de 2017, o efeito da diluição associada ao REAIID deverá afetar exclusivamente a participação do Fundo de Resolução.

O Novo Banco informou em 15 de dezembro de 2021, por comunicado à CMVM, um aumento de capital decorrente da conversão dos direitos de conversão relativos ao ano fiscal de 2015, emitidos ao abrigo do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos⁽⁴⁾. Este aumento de capital do Novo Banco é realizado na modalidade de incorporação de reservas e no montante de Euros 154.907.314 através da emissão de 154.907.314 novas ações ordinárias representativas de 1,56% do capital social e que são atribuídas ao Estado Português por efeito do referido regime. Com este aumento de capital e por efeito dos acordos celebrados entre o Fundo de Resolução e o acionista Lone Star no contexto da venda de 75% do capital social do Novo Banco, apenas o Fundo de Resolução verá a sua participação diluída. De acordo com o site do Novo Banco, a nova estrutura acionista é: Nani Holdings S.G.P.S, S.A 75%, Fundo de Resolução 2,44% e Direção-Geral do Tesouro e Finanças 1,56%.

A 30 de setembro de 2021, o Novo Banco era detido pela Lone Star e pelo Fundo de Resolução, com uma percentagem do capital social de 75% e de 25%, respetivamente. Após o aumento de capital acima referido, o Estado passou a deter 1,56%, a Lone Star não vê a sua posição diluída (75%) e o Fundo de Resolução vê a sua posição reduzir-se.

No que respeita aos créditos tributários relativos aos períodos de 2015 (cujos direitos de conversão foram exercidos), 2016 e 2017, estima-se que o Estado passará a deter, de acordo com o R&C de 2020 do Fundo de Resolução, um número de ações ordinárias representativas de uma percentagem acumulada de 5,69% do capital social do Novo Banco, com a consequente diluição da percentagem de participação detida pelo Fundo de Resolução. O efeito direto dessa diluição estima-se em 1,4 pontos percentuais, acrescendo ainda os efeitos indiretos abaixo descritos.

⁽⁴⁾ Comunicado "Novo Banco, S.A. informa sobre aumento de capital", publicado pelo Novo Banco, S.A. a 15 de dezembro de 2021.

Ainda segundo o relatório e contas do Fundo Resolução 2020, *“estão em curso os processos de conversão dos ativos por impostos diferidos em créditos tributários, com referência aos períodos de 2018, 2019 e 2020. O efeito dessa diluição adicional poderá corresponder a 10,6 pontos percentuais, em acréscimo à redução agregada de 5,7 pontos percentuais já referida. Em face do exposto, e apesar de ter sido celebrado em 31 de maio de 2021 um acordo que clarifica os procedimentos necessários para que a participação detida pela Nani Holdings no Novo Banco, não seja reduzida por efeito do aumento de capital resultante da conversão dos direitos de conversão detidos pelo Estado, à data atual não se encontram ainda reunidas as condições para ser tomada a decisão quanto ao exercício do direito potestativo, nem existe informação que permita estimar, de forma fiável, o efeito financeiro decorrente da responsabilidade contratual assumida pelo Fundo de Resolução, no quadro da operação de venda do Novo Banco, em outubro de 2017, para assegurar a manutenção da percentagem de participação da Lone Star no Novo Banco”*.

A 3 de maio 2021, o Fundo de Resolução anunciou que foi divulgado o relatório da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, na sequência do pedido da Assembleia da República, de outubro de 2020, às operações e atos de gestão do Novo Banco que estiveram na origem e levaram à necessidade de transferência de verbas do Fundo de Resolução para o Novo Banco. O Tribunal de Contas concluiu que o financiamento público do Novo Banco, através do Acordo de Capitalização Contingente, concorre para a estabilidade do sistema financeiro, sobretudo porque permitiu que fosse evitada a liquidação do banco e que fosse reduzido o risco sistémico. No entendimento do Fundo de Resolução, a auditoria não identifica nenhum impedimento ao cumprimento dos compromissos e dos contratos que decorrem do processo de resolução do Banco Espírito Santo, iniciado em agosto de 2014.

Medida de resolução do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif se encontrava *“em risco ou em situação de insolvência”* e inicia um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, o qual culminou com a alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (BST) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão, do Banif.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de Euros 746 milhões, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português. A operação envolveu, ainda, um apoio público, do qual Euros 489 milhões pelo Fundo de Resolução, financiados através de um contrato mútuo concedido pelo Estado.

No Relatório e Contas de 2020 do Fundo de Resolução refere-se *“O montante em dívida relativamente ao montante disponibilizado pelo Estado para o financiamento da absorção de prejuízos do BANIF, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal àquela entidade [ascende a] Euros 352 880 milhares”*. Este reembolso parcial antecipado no valor de Euros 136 milhões corresponde à receita da contribuição cobrada, até 31 de dezembro de 2015, junto das instituições abrangidas pelo Regulamento do Mecanismo Único de Resolução que não foi transferida para o Fundo Único de Resolução e que será pago ao Fundo Único de Resolução pelas instituições de crédito que se encontram abrangidas por este regime ao longo de um período de 8 anos que se iniciou em 2016 (de acordo com o Relatório e Contas 2016 do Fundo de Resolução).

De acordo com o comunicado da Oitante a 21 julho de 2021, *“durante o ano de 2021 a Oitante regressou já ao processo de pagamento antecipado da dívida inicial de Euros 746 milhões, atualmente em Euros 143,5 milhões (-80,8%), (...). A Sociedade pretende chegar ao final do corrente ano com uma amortização substancial”*.

No Relatório e Contas de 2020 do Fundo de Resolução refere-se ainda *“Considerando a informação prestada pelo Conselho de Administração da Oitante referente à atividade desenvolvida em 2020, não se perspetiva que venha a ocorrer o acionamento da garantia prestada pelo Fundo de Resolução”*.

A 12 de janeiro de 2021, o Banco de Portugal foi informado que o Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal julgou totalmente improcedente uma ação judicial envolvendo vários litígios relacionados com a aplicação das medidas de resolução ao Banif, no qual se pretendia a impugnação das deliberações do Banco de Portugal que aplicaram essas medidas de resolução. Na sua decisão, o Tribunal determinou a legalidade e manutenção das referidas deliberações do Banco de Portugal.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif, o Fundo de Resolução contraiu empréstimos e assumiu outras responsabilidades e passivos contingentes, em particular:

- Os empréstimos obtidos junto do Estado registavam a 31 de dezembro de 2020 os montantes disponibilizados (i) em 2014 para o financiamento da medida de resolução aplicada ao BES (Euros 3.900 milhões); (ii) para o financiamento da absorção de prejuízos do Banif (Euros 353 milhões); (iii) no âmbito do acordo quadro celebrado com o Estado em outubro de 2017, para o financiamento das medidas ao abrigo do MCC (Euros 430 milhões, aos quais se acrescem Euros 850 milhões de financiamento adicional solicitado em 2019 e Euros 850 milhões disponibilizados em 2020, conforme anteriormente descrito);

- Outros financiamentos concedidos em 2014 por instituições participantes no Fundo de Resolução no valor de Euros 700 milhões, no qual o Banco participa, no âmbito da aplicação da medida de resolução do BES;

- Tomada firme pelo Fundo de Resolução de emissão de *Tier 2* do Novo Banco, até ao montante de Euros 400 milhões (esta tomada firme não se materializou, porque a emissão foi colocada junto de entidades terceiras conforme comunicado pelo Novo Banco a 29 de julho de 2018);

- Os efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo superior ao que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;

- Os efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm de ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- Processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- Garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante S.A., a qual está contragarantida pelo Estado Português;
- MCC em que a Lone Star tem o direito de reclamar junto do Fundo de Resolução os custos de financiamento, as perdas e o provisionamento com os ativos pertencentes à carteira de empréstimos associada ao acordo de compra da Lone Star acima referida, até um montante máximo de Euros 3,89 mil milhões, subordinado ao preenchimento das condições anteriormente descritas, entre as quais uma redução do rácio de capital CET1 do Novo Banco para um valor inferior a 8%-13% (conforme definido no acordo com a DGComp atrás referenciado);
- O Estado Português poderá injetar capital no Novo Banco, sob algumas condições e via diferentes instrumentos, na eventualidade do rácio de capital total atingir valores inferiores aos requisitos de capital definidos no âmbito do SREP, conforme referido na respetiva Decisão da Comissão Europeia.

De acordo com a nota 20 do Relatório e Contas 2020 do Fundo de Resolução, não existiam, à data, elementos que permitam estimar com fiabilidade o potencial efeito financeiro destas responsabilidades potenciais.

Por comunicado público de 28 de setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão do empréstimo de Euros 3.900 milhões, originalmente concedidos pelo Estado ao Fundo de Resolução em 2014 para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. De acordo com o Fundo Resolução, a extensão da maturidade do empréstimo visa assegurar a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir as suas obrigações através das suas receitas regulares, independentemente das contingências a que o Fundo de Resolução esteja exposto. O Gabinete do Ministro das Finanças anunciou, igualmente, que aumentos de responsabilidades decorrentes de materialização de contingências futuras determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos Bancos ao Fundo de Resolução, de forma a manter o esforço contributivo exigido ao setor bancário nos níveis atuais.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017:

“Foram alteradas as condições dos empréstimos obtidos pelo Fundo para o financiamento das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. Estes empréstimos ascendem a Euros 4.953 milhões, dos quais Euros 4.253 milhões concedidos pelo Estado e Euros 700 milhões concedidos por um conjunto de bancos”;

“Aqueles empréstimos têm agora vencimento em dezembro de 2046, sem prejuízo da possibilidade de reembolso antecipado com base na utilização das receitas do Fundo de Resolução. O prazo de vencimento será ajustado em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias”.

De acordo com comunicado do Fundo de Resolução de 31 de dezembro de 2021, o empréstimo de 700 milhões de euros ao fundo de Resolução foi concedido por sete instituições de crédito (Caixa Geral de Depósitos, Banco Comercial Português, Banco BPI, Banco Santander Totta, Caixa Económica, Montepio Geral, Banco BIC Português e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo).

Em 2 de outubro de 2017, por Resolução do Conselho de Ministros (Resolução n.º 151-A/2017), ficou autorizada a celebração pelo Estado Português, enquanto garante último da estabilidade financeira, de um acordo-quadro com o Fundo de Resolução, com vista à disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução, se e quando se afigurar necessário, para a satisfação de obrigações contratuais que venham eventualmente a decorrer da operação de venda da participação de 75 % do capital social do Novo Banco. Está igualmente referido que o respetivo reembolso terá presente que um dos objetivos deste acordo-quadro é assegurar a estabilidade do esforço contributivo que recai sobre o setor bancário, ou seja, sem necessidade de serem cobradas, aos participantes do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias.

Em 31 de dezembro de 2020, os recursos próprios do Fundo de Resolução apresentavam um saldo negativo de Euros 7.315 milhões, valor que compara com o saldo negativo de Euros 7.021 milhões de recursos próprios observado no final do exercício de 2019, de acordo com o Relatório e Contas do Fundo de Resolução de 2020.

Para reembolsar os empréstimos obtidos e para fazer face a outras responsabilidades que possa vir a assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente de receitas provenientes das contribuições, iniciais e periódicas, das instituições participantes (incluindo o Banco) e da contribuição sobre o setor bancário instituídas pela Lei n.º 55-A/2010. Está ainda prevista a possibilidade de o membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais, nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade do Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, que estabelece o método de determinação das contribuições iniciais, periódicas e especiais para o Fundo de Resolução, previstas no RGICSF, o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma.

No dia 3 de novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu a Carta-Circular n.º 085/2015/DES, nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é, no último dia do mês de abril de cada ano, conforme estipula o Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013 de 19 de fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como custo a contribuição no ano em que a mesma se torna devida.

O Fundo de Resolução emitiu em 15 de novembro de 2015 um comunicado, no qual esclarece *“(…) que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota”*.

O regime previsto no Decreto-Lei n.º 24/2013 estabelece que o Banco de Portugal fixa, por instrução, a taxa a aplicar em cada ano sobre a base de incidência objetiva das contribuições periódicas. A instrução do Banco de Portugal n.º 22/2021, publicada a 15 de dezembro de 2021, fixou a taxa base a vigorar em 2022 para a determinação das contribuições periódicas para o FR em 0,057% (0,06% em 2021).

Durante o exercício de 2021, o Banco efetuou contribuições periódicas para o Fundo de Resolução no montante de Euros 117.946. O montante relativo à contribuição sobre o setor bancário, registado durante o exercício de 2021, foi de Euros 268.430. Estas contribuições foram reconhecidas como custo no exercício de 2021, de acordo com a IFRIC n.º 21 – Taxas.

Na presente data, não é possível estimar os efeitos no Fundo de Resolução decorrentes: (i) da alienação da participação no Novo Banco nos termos do comunicado do Banco de Portugal de 18 de outubro de 2017 e da informação disponibilizada sobre esta matéria pela Comissão Europeia nos termos anteriormente descritos, incluindo os efeitos da aplicação do Mecanismo de Capital Contingente e do REAID; (ii) da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação; (iii) das responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizadas pelo Fundo de Resolução; (iv) dos processos judiciais contra o Fundo de Resolução, incluindo o denominado “processo dos lesados do BES”; e, (v) da garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante, neste caso, não sendo expectável o respetivo acionamento em função da informação mais recente disponibilizada pelo Fundo de Resolução no respetivo Relatório e Contas.

De acordo com o Artigo 5.º, alínea e), da Portaria n.º 420/2012, de 21 de dezembro, o Fundo de Resolução pode apresentar uma proposta ao membro do governo responsável pela área das finanças relativamente à determinação das contribuições especiais a efetuar pelas instituições participantes, no sentido em que sejam adequadas ao bom funcionamento e à realização do objeto do Fundo de Resolução. De acordo com os comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, não existem indicações de que essa possibilidade seja utilizada.

No Relatório e Contas de 2020 do Fundo de Resolução, nota 8, refere-se ainda *“o Fundo de Resolução não está obrigado a apresentar uma situação líquida positiva. Em caso de insuficiência de recursos, o Fundo de Resolução pode receber contribuições especiais, por determinação do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos do Artigo 153.º-I do RGICSF, sendo que não se encontram previstas quaisquer contribuições desta natureza, em particular após a revisão das condições de financiamento do Fundo de Resolução”*.

A 9 setembro de 2020, o BCP informou que decidiu não dar continuidade ao processo junto do Tribunal Geral da União Europeia tendo em vista a anulação parcial da decisão da Comissão Europeia relativa à aprovação por esta do MCC do Novo Banco.

Conforme publicado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2021 de 27 de maio de 2021, um conjunto de instituições financeiras nacionais disponibilizou-se a financiar o Fundo de Resolução, em condições que este considera adequadas, aumentando, no montante de até Euros 475 milhões, a participação do setor bancário no financiamento direto ao Fundo de Resolução e dispensando um empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução. As obrigações de pagamento emergentes deste empréstimo concorrem pari passu com as obrigações de pagamento dos empréstimos celebrados com o Estado em 7 de agosto de 2014 e em 31 de dezembro de 2015 e com as instituições de crédito nacionais em 28 de agosto de 2014. Os custos dos financiamentos contraídos pelo Fundo de Resolução (perante o Estado e perante os bancos) continuarão a ser suportados exclusivamente pelas receitas periódicas do Fundo de Resolução, que correspondem a contribuições pagas pelo setor bancário.

A 4 de junho de 2021, o Fundo de Resolução realizou o pagamento ao Novo Banco referente ao Acordo de Capitalização Contingente. O valor pago pelo Fundo de Resolução foi de Euros 317.012.629 e diz respeito às contas de 2020. Este pagamento resulta do pedido do Novo Banco, a 7 de abril de 2021, no montante de Euros 598.311.568.

O Fundo de Resolução considerou que, ao valor solicitado pelo Novo Banco, é devido um ajustamento no montante de Euros 169.298.939, pelo que o valor apurado pelo Fundo de Resolução para efeitos de pagamento ao Novo Banco é de Euros 429.012.629.

De acordo com comunicado do Fundo de Resolução de 23 de dezembro 2021, foi dado como concluído o procedimento relativo ao pagamento ao Novo Banco respeitante às contas de 2020. Das análises efetuadas pelo Fundo de Resolução, resultou a conclusão de que é devido ao Novo Banco, pelo Fundo de Resolução, o pagamento de 112 milhões de euros, que, em junho de 2021, ficou pendente de verificação ulterior. O pagamento foi realizado a 23 dezembro 2021, valor este que já se encontrava provisionado, englobado no valor total da provisão (Euros 429.012.629).

De acordo com o comunicado do Novo Banco relativo aos resultados de 2021, o montante de compensação a solicitar com referência a 2021, no montante de Euros 209,2 milhões, teve em conta as perdas incorridas nos ativos cobertos pelo MCC, bem como as condições mínimas de capital aplicáveis no final do mesmo ano ao abrigo do MCC.

De acordo com a apresentação de resultados do Novo Banco referente a 9M21, o valor de Euros 277,4 milhões (operações descontinuadas em Espanha, valorização de unidades de participação e política de coberturas de risco de taxa de juro) são devidas ao abrigo do MCC, estando o Banco a acionar os mecanismos legais e contratuais à sua disposição para assegurar o recebimento dos mesmos.

O pagamento ao Novo Banco foi integralmente financiado com recursos provenientes de um empréstimo obtido junto de sete instituições de crédito nacionais, incluindo o BCP, para financiar os pagamentos que se mostrem devidos nos termos do referido mecanismo de capitalização contingente, até ao montante máximo de Euros 475 milhões. O empréstimo tem vencimento em 2046 e é remunerado a uma taxa de juro correspondente ao custo de financiamento da República para o prazo entre a data de celebração do contrato (31 de maio de 2021) e 31 de dezembro de 2026, acrescido de uma margem de 15 p.b. A taxa de juro será revista a 31 de dezembro de 2026 e depois a cada período de cinco anos, correspondendo ao custo de financiamento da República a cinco anos, acrescido de uma margem de 15 p.b. A alteração orçamental necessária à realização do pagamento por parte do Fundo de Resolução foi autorizada por Despacho do Ministro de Estado e das Finanças, de 31 de maio de 2021.

A expectativa do Fundo de Resolução é a de que, exceto no que possa eventualmente resultar dos litígios arbitrais pendentes com o Novo Banco, não ocorrerão mais pagamentos ao abrigo do Acordo de Capitalização Contingente. O valor dos pagamentos já efetuados poderá vir a ser compensado, nos termos dos contratos, pela eventual recuperação de créditos que venha a ocorrer, a que haverá que acrescentar o valor da participação acionista do Fundo de Resolução no Novo Banco.

38. Normas contabilísticas recentemente emitidas

1 - Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor no presente exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício económico do Banco iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Emenda à IFRS 16: Concessões nas rendas relacionadas com a Covid-19 após 30 de junho de 2021

Em maio de 2020, o IASB emitiu a emenda “Concessões nas rendas relacionadas com a Covid-19”, que alterou a IFRS 16 — Locações. Esta emenda permite que os locatários, como expediente prático, tenham a possibilidade de optar por não considerar uma concessão na renda que ocorra por consequência direta da pandemia Covid-19 como uma modificação da locação. Em março de 2021, o IASB emitiu a emenda “Concessões nas rendas relacionadas com a Covid-19 para além de 30 de junho de 2021”, a qual prorrogou a disponibilidade do expediente prático por um ano.

Não existiram impactos materiais decorrentes da aplicação desta emenda nas demonstrações financeiras do Banco.

Emenda à IFRS 4: Extensão da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 — Instrumentos financeiros

Esta emenda visa estender a data de isenção de adoção da IFRS 9 — Instrumentos Financeiros de 1 de janeiro de 2021 para 1 de janeiro de 2023, alinhando-se, assim, com a data a partir da qual se torna aplicável a adoção da IFRS 17 — Contratos de seguro.

Não existiram impactos materiais decorrentes da aplicação desta emenda nas demonstrações financeiras do Banco.

Emendas à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16: Reforma das taxas de juro *benchmark* — Fase 2

Estas emendas visam responder aos efeitos no relato financeiro da substituição das atuais taxas de juro de referência por taxas de referência alternativas, prevendo um tratamento contabilístico que permite a repartição desfasada das alterações de valor dos instrumentos financeiros ou dos contratos de locação, mitigando o impacto sobre lucros ou perdas e evitando consequências ao nível da contabilidade de cobertura.

Não existiram impactos materiais decorrentes da aplicação destas emendas nas demonstrações financeiras do Banco.

2- Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

IFRS 17 — Contratos de seguro (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023)

Esta norma estabelece, para os contratos de seguro dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 — Contratos de Seguro.

Esta norma contabilística, apesar de aprovada (*endorsed*) pela União Europeia, não foi adotada pelo Banco em 2021 em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Emenda à IFRS 3: Referência à estrutura conceptual (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022)

Esta emenda visa atualizar a IFRS 3 de modo a que corresponda à estrutura conceptual de 2018, não ocorrendo alterações significativas nos requisitos desta norma.

Esta emenda, apesar de aprovada (*endorsed*) pela União Europeia, não foi adotada pelo Banco em 2021 em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Emenda à IAS 16: Propriedades, instalações e equipamentos — Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022)

Esta emenda proíbe que uma entidade deduza ao custo de uma propriedade, instalação ou equipamento quaisquer montantes provenientes da venda de itens produzidos enquanto a entidade prepara o ativo para que opere da forma pretendida, no local e condições necessárias. A entidade deverá reconhecer quaisquer montantes provenientes dessas vendas e os respetivos custos de produção em resultados.

Esta emenda, apesar de aprovada (*endorsed*) pela União Europeia, não foi adotada pelo Banco em 2021 em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Emenda à IAS 37: Contratos onerosos — Custos de cumprir com um contrato (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022)

Esta emenda visa esclarecer quais os custos que uma entidade deve considerar como relativos ao cumprimento de um contrato quando avalia se um contrato é oneroso. Especifica ainda que os custos de cumprir com um contrato correspondem apenas aos custos diretamente relacionados com o mesmo, podendo assumir a forma de custos incrementais ou de uma alocação de outros custos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato.

Esta emenda, apesar de aprovada (*endorsed*) pela União Europeia, não foi adotada pelo Banco em 2021 em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2018-2020) (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022)

Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 — Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro: permite que uma subsidiária que adote as IFRS pela primeira vez possa mensurar diferenças de transposição acumuladas com base nos valores contabilísticos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da sua empresa-mãe, de acordo com a data de transição da empresa-mãe para as IFRS; IFRS 9 — Instrumentos financeiros: esclarece que, no âmbito da avaliação do desreconhecimento de um passivo financeiro, uma entidade deverá apenas considerar honorários pagos ou recebidos entre a entidade e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos por uma em nome da outra; IFRS 16 — Locações: alteração do exemplo ilustrativo 13 inserido na norma, de modo a evitar o surgimento de dúvidas relativas ao tratamento de incentivos de locação; IAS 41 — Agricultura: remoção do requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais aquando o cálculo do justo valor de um ativo biológico, garantindo, assim, a consistência com a norma IFRS 13 — Justo valor.

Estes melhoramentos, apesar de aprovados (*endorsed*) pela União Europeia, não foram adotados pelo Banco em 2021 em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

3 - Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e como tal não foram aplicadas pelo Banco:

Emendas à IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de Políticas Contabilísticas (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023)

As Emendas à IAS 1 requerem que as empresas divulguem a sua informação material relativa às políticas contabilísticas em vez de as suas políticas contabilísticas significativas, explicando ainda como uma entidade pode identificar uma política contabilística relevante. Por outro lado, as Emendas à IFRS Practice Statement 2 proporcionam orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade nas divulgações de políticas contabilísticas.

Emenda à IAS 8: Divulgação de Estimativas Contabilísticas (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023)

Esta emenda enfatiza como as empresas devem distinguir as alterações em políticas contabilísticas das alterações em estimativas contabilísticas, o que é relevante uma vez que as alterações em estimativas contabilísticas são aplicadas prospetivamente, apenas a transações e outros eventos futuros, enquanto as alterações em políticas contabilísticas são geralmente aplicadas retrospectivamente, a transações e outros eventos passados.

Emenda à IAS 12: Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos associados a uma Única Transação (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023)

Esta emenda requer que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre determinadas transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. A emenda proposta aplicar-se-á sobretudo a transações como locações e obrigações de desmantelamento.

Emenda à IFRS 17: Aplicação Inicial da IFRS 17 e da IFRS 9 — Informação Comparativa (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023)

Esta emenda visa ajudar as entidades a evitar divergências contábilísticas temporárias entre ativos financeiros e passivos relacionados com contratos de seguro ao proporcionar às seguradoras a opção de apresentação de informação comparativa sobre os ativos financeiros, melhorando assim a utilidade da informação comparativa para os utilizadores de demonstrações financeiras.

Emenda à IAS 1: Classificação de passivos como correntes ou não correntes e Classificação de passivos como correntes ou não correntes — Adiamento da data efetiva (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023)

Em 23 de janeiro de 2020, foi emitida a Emenda à IAS 1: Classificação de passivos como correntes ou não correntes, a qual visa esclarecer que a classificação de passivos como correntes ou não correntes deve ser feita com base nos direitos existentes no final do período de relato financeiro, não sendo afetada por expectativas relacionadas com exercício do direito de diferir a liquidação de um passivo e, ainda, que a liquidação corresponde à extinção de um passivo através da transferência de dinheiro, instrumentos de capital, outros ativos ou serviços para uma contraparte.

Em 15 de julho de 2020, foi decidido adiar por um ano a data efetiva da referida emenda, tornando-se, assim, aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023.

Emendas à IFRS 10 e IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua associada ou empreendimento conjunto (aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016)

Estas emendas visam clarificar uma inconsistência detetada entre os requisitos da IAS 28 e da IFRS 10, sendo o objetivo da sua implementação que, numa transação que envolva uma associada ou empreendimento conjunto, a extensão do reconhecimento do ganho ou perda originados depende do facto de os ativos transacionados corresponderem, ou não, a negócios. Deste modo, estas emendas definem que deve ocorrer o reconhecimento de um ganho ou de uma perda na sua totalidade quando uma transação envolve um ativo identificado como negócio (quer esteja inserido numa subsidiária ou não) e, por sua vez, um ganho ou uma perda deve ser reconhecido parcialmente quando uma transação envolve ativos que não são identificados como negócios (mesmo que estes estejam inseridos numa subsidiária).

39. Eventos subsequentes

Já em 2022, a Federação Russa invadiu a Ucrânia, conforme amplamente noticiado por instâncias supranacionais e pelos media. Embora a exposição direta do Banco às economias daqueles dois países seja imaterial, a elevada incerteza prevalectante quanto a um potencial escalar do conflito não permite nesta fase excluir liminarmente ulteriores impactos indiretos significativos, que não são por ora passíveis de quantificar ou prever.

Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco ActivoBank, S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.786.257.985 euros e um total de capital próprio de 194.490.885 euros, incluindo um resultado líquido de 13.535.751 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco ActivoBank, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

ACL



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Responsabilidades com pensões de reforma (Notas 1.M, 1.Q2 e 33)</i>	
<p>O Banco assumiu a responsabilidade de pagar, aos seus colaboradores e pensionistas, pensões de reforma e outros benefícios associados nos termos definidos nos acordos coletivos de trabalho. Em 31 de dezembro de 2021, as responsabilidades do Banco por serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios associados ascendem a 15.723.364 euros.</p> <p>As referidas responsabilidades foram apuradas pelo atuário responsável, utilizando o método “Projected Unit Credit” previsto no IAS 19 – “Benefícios a empregados” (“IAS 19”), e considerando um conjunto de pressupostos atuariais, entre os quais, taxa de desconto, taxas de crescimento dos salários e das pensões e tábuas de mortalidade.</p> <p>No que se refere à taxa de desconto, a mesma é determinada tendo por base taxas de mercado disponíveis na data de referência das demonstrações financeiras, para obrigações consideradas de alta qualidade de empresas, denominadas em euros e de maturidade semelhante à das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios associados.</p> <p>Eventuais alterações nos pressupostos atuariais podem ter impactos relevantes nas responsabilidades por serviços passados relativas a pensões.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das atividades de controlo relevantes implementadas ao nível da taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades por serviços passados relativas a pensões. • Verificação da certificação do atuário responsável junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e análise da sua declaração de independência constante no estudo atuarial de 31 de dezembro de 2021 enviado à ASF. • Leitura do estudo atuarial com referência a 31 de dezembro de 2021 e discussão com o atuário responsável sobre a evolução das responsabilidades por serviços passados relativas a pensões, incluindo os principais pressupostos atuariais usados na sua determinação. • Revisão da metodologia utilizada no apuramento das responsabilidades por serviços passados relativas a pensões e da sua adequação face ao disposto no IAS 19. • Análise da razoabilidade dos principais pressupostos atuariais utilizados na quantificação das responsabilidades com pensões, tendo em consideração: (i) estudo atuarial; (ii) dados de mercado disponíveis; (iii) informação histórica (ganhos ou perdas de experiência); e (iv) informações prestadas pelo órgão de gestão. • Revisão, em base de amostragem, do cálculo das responsabilidades por serviços passados relativas a pensões, considerando os pressupostos atuariais utilizados na sua quantificação. • Validação, em base de amostragem, dos dados relativos aos colaboradores e pensionistas, utilizados no apuramento das responsabilidades por serviços passados relativas a pensões. • Revisão das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras relativamente a esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 37)</i>	
<p>Conforme descrito em maior detalhe na Nota 37, na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), em dezembro de 2021 o Fundo de Resolução detém 23,44% do capital social do Novo Banco, S.A. (Novo Banco), sem os correspondentes direitos de voto, e a totalidade do capital social da Oitante, S.A.</p> <p>No âmbito da aplicação das referidas medidas, o Fundo de Resolução contraiu empréstimos junto do Estado Português e de um sindicato bancário, no qual o Banco não participa, e assumiu passivos contingentes e outras responsabilidades, incluindo as relacionadas com a litigância associada a estes processos e com o mecanismo de capitalização contingente definido no âmbito da venda em 2017 da participação de 75% do capital social do Novo Banco à Lone Star, nos termos do qual o Fundo de Resolução se compromete a realizar injeções de capital no Novo Banco no caso de se materializarem certas condições cumulativas.</p> <p>Em outubro de 2017 foi celebrado um acordo-quadro entre o Estado Português e o Fundo de Resolução, tendo em vista a disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução para a satisfação das obrigações contratuais no âmbito da venda da participação de 75% do capital social do Novo Banco acima mencionada. Este acordo-quadro refere igualmente que visa assegurar a estabilidade do esforço contributivo que recai sobre o setor bancário.</p> <p>De acordo com o último Relatório e Contas disponível do Fundo de Resolução, em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos obtidos pelo Fundo de Resolução junto do Estado Português e do sindicato bancário, do qual o Banco não faz parte, ascendiam a 6.382.880 m.euros e 700.000 m.euros, respetivamente.</p> <p>Adicionalmente, em maio de 2021 foi celebrado um novo contrato de abertura de crédito entre o Fundo de Resolução e o sindicato bancário, em que o Banco não participa, para financiar os pagamentos que se mostrem devidos nos termos do referido mecanismo de capitalização contingente, até ao montante máximo de 475.000 m.euros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise dos comunicados públicos divulgados pelo Fundo de Resolução desde 2016 até à data do nosso relatório. • Análise das comunicações públicas do Fundo de Resolução e do Gabinete do Ministro das Finanças de 28 de setembro de 2016 e da comunicação pública do Fundo de Resolução de 21 de março de 2017, relativas às novas condições dos empréstimos celebrados em agosto de 2014 e dezembro de 2015 pelo Estado Português e pelo sindicato bancário com o Fundo de Resolução e ao correspondente impacto na sua sustentabilidade e equilíbrio financeiro. • Análise do anúncio público e do conteúdo da resolução aprovada pelo Conselho de Ministros de 2 de outubro de 2017, que autorizou a celebração pelo Estado Português, enquanto garante último da estabilidade financeira, de um acordo-quadro com o Fundo de Resolução, tendo em vista a disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução para satisfação das obrigações contratuais no âmbito da venda de 75% do capital social do Novo Banco à Lone Star. • Análise do acordo-quadro estabelecido entre o Estado Português e o Fundo de Resolução. • Leitura do último Relatório e Contas do Fundo de Resolução, que se refere ao exercício de 2020. • Revisão do enquadramento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução. • Revisão das divulgações sobre esta matéria incluídas no anexo às demonstrações financeiras.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 37)</i>	
<p>Foi consagrado o tratamento pari passu das obrigações do Fundo de Resolução emergentes deste novo contrato de abertura de crédito e dos contratos de empréstimo celebrados anteriormente com o Estado Português e com o sindicato bancário.</p> <p>Para reembolsar os empréstimos contraídos e para fazer face a outras responsabilidades já assumidas ou que ainda possa vir a assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo do Banco) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade do membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade do Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.</p> <p>De acordo com o último Relatório e Contas disponível do Fundo de Resolução, os recursos próprios do Fundo de Resolução em 31 de dezembro de 2020 eram negativos.</p> <p>O custo com as contribuições periódicas e com a contribuição sobre o setor bancário é registado pelo Banco numa base anual, conforme previsto na IFRIC 21 – “Taxas”.</p>	

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 37)</i>	
<p>As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 refletem a expectativa do órgão de gestão de que não serão exigidas ao Banco, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução no contexto das referidas medidas, tendo em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"> – as condições estabelecidas no âmbito dos empréstimos contraídos pelo Fundo de Resolução junto do Estado Português e de um sindicato bancário, no qual o Banco não participa, incluindo o respetivo prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir que o Fundo de Resolução tem capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário; e – comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, que referem o objetivo de assegurar que tais contribuições não serão necessárias. 	

ACH

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

ACH

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento do Banco, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas do Banco pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de abril de 2016, para um mandato compreendido entre 2016 e 2018. Na assembleia geral de acionistas realizada em 13 de maio de 2019 fomos nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2019 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Banco durante a realização da auditoria.

Lisboa, 30 de março de 2022

Ana Cristina Vieira de Matos Pereira

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Ana Cristina Vieira de Matos Pereira, ROC

Registo na OROC n.º 1908

Registo na CMVM n.º 20190006

Jaw
30
7

BANCO ACTIVOBANK, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021

Exmo. Senhor Acionista do
Banco ActivoBank, S.A.

Em conformidade com o estipulado na alínea g) do número 1 do artigo 420^a do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal do ActivoBank, S.A., apresentar o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração do Banco ActivoBank, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Através dos contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e informações recolhidas junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade do Banco e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da lei e dos Estatutos do Banco, procedemos à verificação da regularidade dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pelo Banco conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Verificámos a independência do Revisor Oficial de Contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo os necessários requisitos de independência.

Reunimos com o Revisor Oficial de Contas, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases do trabalho de auditoria, nomeadamente os riscos identificados na fase de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, o trabalho realizado e as respetivas conclusões. O Revisor Oficial de Contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

Acompanhámos a revisão legal das contas e tomámos conhecimento da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2021 emitida pelo Revisor Oficial de Contas, que não inclui reservas nem ênfases, com cujos termos concordamos. Adicionalmente, foi-nos apresentado pelo Revisor Oficial de Contas o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, o qual inclui os aspetos relevantes do trabalho realizado e respetivas conclusões.

No âmbito das nossas funções, apreciamos o relatório de gestão e as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2021, apresentadas pelo Conselho de Administração do Banco, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Do Conselho de Administração e seus representantes obtivemos as informações e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor e permitem uma adequada compreensão da situação e dos resultados do Banco;
- As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados; e
- O Relatório de Gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação do Banco, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual do Banco aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão.

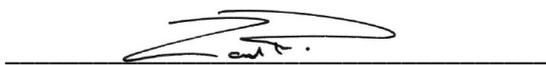
Finalmente, salientamos e agradecemos a colaboração recebida do Conselho de Administração do Banco e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 30 de março de 2022

O Conselho Fiscal



Cândido de Jesus Bernardino
(Presidente)



Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira
(Vogal)



Isabel Maria Beja Gonçalves Novo
(Vogal)



Banco ActivoBank

Resumo do Relatório de Autoavaliação (Individual)

O presente resumo é apresentado nos termos do disposto do artigo 60.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020 ('Aviso').

O Relatório de Autoavaliação ('Relatório'), preparado nos termos do disposto no Artigo 55.º do Aviso e da Instrução n.º 18/2020 do Banco de Portugal ('Instrução'), contém os resultados da avaliação efetuada pelo ActivoBank ('Banco') relativamente à adequação e a eficácia da cultura organizacional do Banco e aos seus sistemas de governo e de controlo interno, incluindo as práticas e políticas remuneratórias. A avaliação foi realizada com referência ao período decorrido entre 1 de fevereiro de 2021 e 30 de novembro de 2021 ('período de referência').

O sistema de controlo interno abrange todo o Banco, incluindo as responsabilidades e as funções do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, todos os seus segmentos de atividade, unidades de estrutura, nomeadamente as funções de controlo interno, atividades subcontratadas e canais de distribuição de produtos.

Ao longo do período de referência, o Banco desenvolveu os esforços necessários para a implementação plena dos requisitos do Aviso. Este processo envolveu todas as unidades orgânicas do Banco, incluindo as três unidades de controlo interno da empresa-mãe Banco Comercial Português, as quais asseguram as respetivas funções ao Banco em regime de serviços comuns (Risk Office, Compliance Office e Direção de Auditoria), o Auditor Externo e consultores externos contratados especificamente para suporte a este projeto.

A estrutura e o conteúdo do Relatório refletem o disposto no artigo 2.º da Instrução e visam demonstrar a relevância que o Banco atribui aos diversos aspetos relacionados com a cultura organizacional e os sistemas de governo e de controlo interno, nomeadamente como componente fundamental do seu negócio e da sua organização.

O Relatório inclui uma descrição da estrutura organizativa do Banco, bem como o resumo das ações empreendidas e das medidas implementadas para corrigir quer as deficiências detetadas no período de referência quer as detetadas em períodos anteriores cuja implementação ainda não se encontrava concluída, bem como para sanar os *gaps* identificados no processo da implementação do Aviso face aos requisitos nele previstos.

30.
7
Jaw

Ao longo do período de referência registou-se um aumento do número global de recomendações em aberto comparativamente com o período homólogo anterior, resultantes de trabalhos recentemente desenvolvidos pelos auditores internos e externos, no âmbito de um controlo apertado e de uma cultura de rigor promovidos pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal. O Conselho de Administração analisou junto do Conselho Fiscal e das funções de controlo interno, exercidas em regime de serviços comuns, os planos definidos para resolução das deficiências identificadas e os prazos definidos para a sua concretização, e acompanhou a respetiva implementação, bem como os eventuais reajustes dos prazos definidos para a sua conclusão. Da análise efetuada, é convicção do Conselho de Administração que tem vindo a ser feito um esforço para melhoria da capacidade de resposta do Banco, robustecendo os processos de controlo.

Com referência a 30 de novembro de 2021 foram igualmente preparados os relatórios anuais dos responsáveis pelas funções de gestão de riscos, de conformidade e de auditoria interna, prestadas em regime de serviços comuns, a que se referem, respetivamente, os artigos 27.º (alínea s) do número 1), 28.º (alínea p) do número 1) e 32.º (alínea d) do número 1) do Aviso, os quais se encontram incluídos no Relatório. Nestes relatórios cada função de controlo interno descreve a sua composição e principais competências e responsabilidades, e a sua independência é confirmada pelo respetivo responsável. Adicionalmente, cada relatório identifica as deficiências em aberto relativamente à correspondente função de controlo interno.

O Relatório inclui também as conclusões da avaliação levada a cabo pelos órgãos de fiscalização e de administração do Banco, nos termos dos artigos 56.º e 57.º do Aviso, respetivamente.

No âmbito dessa avaliação, em resultado do trabalho realizado e da evidência cumulativa recolhida, ponderando os impactos atuais e potenciais das deficiências que se mantêm em aberto, e com exceção dos aspetos referentes às “Deficiências” apontadas, tendo também presente a necessidade de finalizar a adoção plena do Aviso, o Conselho Fiscal concluiu pela adequação e eficácia da cultura organizacional do Banco e dos seus sistemas de governo e de controlo interno em todos os aspetos materialmente relevantes, sublinhando a necessidade de o Banco continuar a assegurar e a manter a efetiva implementação das recomendações em aberto.

O Conselho de Administração avaliou a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e controlo interno e as práticas e políticas remuneratórias, tendo concluído que as mesmas cumprem com o *framework* estabelecido.

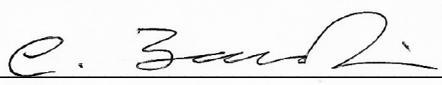
Em particular, o Conselho de Administração avaliou a adequação da classificação atribuída às deficiências classificadas com o nível F3 ‘elevada’ ou nível F4 ‘severa’, atendendo à metodologia definida pelo Banco, tendo concluído pela sua razoabilidade.

Com base no trabalho e na avaliação efetuada e tendo sido analisadas as deficiências F3 e F4 ou outras que agregadamente coloquem em risco o perfil de risco do Banco, o Conselho de Administração considera que a cultura organizacional e os sistemas de governo e de controlo interno, incluindo as práticas e políticas remuneratórias, são adequados, eficazes, sustentáveis e contribuem para uma gestão sã e prudente da atividade do Banco, assim como para um ambiente que valoriza o controlo interno como elemento essencial para a resiliência e o bom desempenho do Banco no longo prazo.

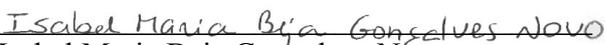
O Conselho de Administração concluiu ainda que a função de gestão de riscos, a função de conformidade e a função de auditoria interna, prestadas em regime de serviços comuns, atuam de forma independente, cumprindo adequada e eficazmente os requisitos previstos no Aviso.

Lisboa, 30 de março de 2022

O Conselho Fiscal


Cândido de Jesus Bernardino
(Presidente)


Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira
(Vogal)


Isabel Maria Beja Gonçalves Nóvo
(Vogal)